



RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NO PROCESSO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa por Justificativa- nº. 8/2020 – M. C. A.
Processo: Nº 117/2020

- ☒ Abertura do processo
- ☒ Termo de dispensa
- ☒ Termo de Ratificação
- ☒ Parecer jurídico
- ☒ Publicação da dispensa
- ☒ Solicitação e Termo de Referência
- ☒ Cotação e documentação
- ☒ Contrato
- ☒ Publicação do extrato de contrato
- ☒ Empenhos
- ☒ Ordem de compras / serviços
- ☐ Nota Fiscal



MUNICÍPIO DE CEÚ AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

002

ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº. 117/2020

MODALIDADE: Dispensa por Justificativa: 8/2020 - - DATA: 28/04/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas unidades de saúde dos bairros e central, clínica de fisioterapia, sede administrativa da saúde e paço municipal, conforme Nota Técnica 22/2020/SEI/COSAN/GHCAS/DIRE3/ANVISA como medidas de proteção e segurança necessárias aos riscos de contaminação pelo Coronavírus - Covid 19. Em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.815/2020 que declara situação de emergência. Conforme Ofício 116/2020 – Saúde, Ofício 15/2020/ADM e termo de referência em anexo;. - Valor Estimado: R\$ 19.974,72

SOLICITANTE	Assinatura responsável
Departamento de Saúde	

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a abertura do processo licitatório para efetuar a aquisição/contratação dos materiais e/ou serviços objeto da presente licitação, conforme solicitação da(s) respectiva(s) Secretaria(s), para o perfeito atendimento das necessidades da Administração Municipal.

O presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1- à indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer face à despesa (Depto Contábil);
- 2- à indicação de disponibilidade de recursos financeiros (Séc. de Finanças);
- 3- ao exame e aprovação das minutas do instrumento convocatório da licitação e da minuta do contrato (Setor Jurídico);

Germano Bonamigo
Prefeito Municipal

SECRETARIA DA FAZENDA

Declaro a existência e/ou previsão de recursos financeiros para a execução do objeto em epígrafe.

Dary Luis Stocco
Secretário de Finanças

DEPARTAMENTO CONTÁBIL

Informamos a existência de previsão de recursos orçamentários p/ a execução do objeto em epígrafe.

Dotação Orçamentária nº:

Órgão/Unid.: 1220 - FUNDO SAÚDE MUN. CEÚ AZUL / DEP. SAÚDE
Proj/Ativ.: 1030100081.053 - RECURSOS EMENDAS PARA MANUTENÇÃO PARA SAÚDE
Classif.: 339039 - 4688 - OUTROS SERV. TERC. P. JURÍDICA - F. 495

Data: 28/04/2020.

Departamento de Contabilidade.



MUNICÍPIO DE CEU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426—Centro— CEP 85840-000 — Fone/Fax: (45) 3121-1000

CNPJ 76.206.473/0001-01 — e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br

003

DOTAÇÕES UTILIZADAS

Órgão	Nome Cat. Econ.	Cód. Cat. Econ.	Fonte	Despesa	Valor
Departamento de Saúde	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	339039999900	495	4773	19.974,72



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umberto Deitos nº 1426 – Centro – CEP 85840-000
Fone: (045) 3121-1000 // CNPJ 76.206.473/0001-01

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 8/2020 – M.C.A

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2020 – M.C.A.

O Município de Céu Azul dispensa a licitação com fundamento no Artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, nos Inciso IV do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Artigo 12 do Decreto Municipal nº 5.815/2020

Do Objeto: Contratação de empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas unidades de saúde dos bairros e central, clínica de fisioterapia, sede administrativa da saúde e paço municipal, conforme Nota Técnica 22/2020/SEI/COSAN/GHCAS/DIRE3/ANVISA como medidas de proteção e segurança necessárias aos riscos de contaminação pelo Coronavírus - Covid 19. Em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.815/2020 que declara situação de emergência. Conforme Ofício 116/2020 – Saúde, Ofício 15/2020/ADM e termo de referência em anexo;

Da Ocorrência da Situação de Emergência (Justificativa da Necessidade da Contratação):

Considerando a confirmação de 3 (três) casos de Covid-19, com mais 4 (quatro) aguardando resultado na data de 28/04/2020.

Tendo em vista as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19.

Considerando a Lei Nº 13.979, de 6 fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Considerando que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde –OMS decretou a disseminação do novo coronavírus como uma pandemia mundial;

Considerando que o art. 37 da Constituição Federal de 1988, inciso XXI, admite a contratação de obras, serviços, compras e alienações com ressalvas em casos especificados na legislação;

Considerando, o Despacho do Presidente da República de 18 de março de 2020, com o reconhecimento pelo Congresso Nacional, da ocorrência de calamidade pública com, efeitos até 31 de dezembro de 2020;

Considerando a Portaria 428 de 19 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das unidades do Ministério da Saúde no Distrito Federal e nos Estados.

Considerando o Decreto Municipal 5.815/2020, do Município de Céu Azul de 20 de março de 2020, que declara “situação de emergência” no Município de Céu Azul e que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus Covid-19.

Com base no Art. 4º da Lei Nº 13.979, de 6 fevereiro de 2020, onde, Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umberto Deitos nº 1426 – Centro – CEP 85840-000

Fone: (045) 3121-1000 // CNPJ 76.206.473/0001-01

Da Necessidade de pronto atendimento da Situação:

Considerando que o serviço não é usualmente utilizado pela Administração Municipal, não tendo assim Registro de Preços ou Contrato em vigência para atender a demanda. Formalizamos a dispensa de licitação, para contratação dos serviços, conforme proposta de preços da empresa J C Soluções Ambientais Ltda, que possui a devida habilidade técnica e regularidade fiscal.

Da Fundamentação Legal para Dispensa:

- Artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.
- Inciso IV do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- Artigo 12 do Decreto Municipal nº 5.815/2020

Do Contratado:

J C Soluções Ambientais Ltda, CNPJ: 32.422.721/0001-86, Rua Arnaldo Busato, 866, Matelândia - PR, CEP 85.887-000.

Dos Serviços e Valor da Contratação:

Item	Qtde de aplic.	Unid.	Descrição dos serviços / local	R\$ Unit. aplicação	R\$ Total
01	32	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Bairro Boa Vista, com 57,19m², com periodicidade de: duas vezes por semana	25,02	800,64
02	64	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Bairro União, com 143,80m², com periodicidade de: quatro vezes por semana	35,95	2.300,80
03	80	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Central, com 262,70m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	44,66	3.572,80
04	80	Aplicação	Serviço de desinfecção do Centro de Especialidades, com 550,69m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	66,08	5.286,40
05	32	Aplicação	Serviço de desinfecção da Clínica de Fisioterapia, com 214,85m², com periodicidade de: duas vezes por semana	36,52	1.168,64
06	80	Aplicação	Serviço de desinfecção da Sede Administrativa da Sec. Da Saúde, com 273,89m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	46,56	3.724,80
07	32	Aplicação	Serviço de desinfecção do paço Municipal, com 795,24m², com periodicidade de: duas vezes por semana	97,52	3.120,64
Total Geral					19.974,72

Da compatibilidade do valor de contratação com o valor de mercado:

Considerando a comparação dos preços gastos por outro ente público na aquisição de insumos, epei's, bomba de aplicação. Bem como a comparação dos preços propostos aos praticados junto a empresas particulares na cidade constata-se a compatibilidade dos preços e condições a serem contratados. Atendendo ao Parágrafo Terceiro do Art. 4º-E da Lei Federal Nº 13.979/2020.

Da forma de pagamento:

O pagamento será formalizado em até 15 (quinze) dias após a execução dos serviços e apresentação da nota fiscal, mediante depósito em conta bancária do contratado.



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umberto Deitos nº 1426 – Centro – CEP 85840-000
Fone: (045) 3121-1000 // CNPJ 76.206.473/0001-01

Do prazo de execução:

Diante da relevante necessidade, os serviços deverão ser indiciados imediatamente e serem mantidos constantemente conforme programação enquanto houver a demanda da desinfecção ou liquidação do serviço do contrato o qual poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites da Lei 13.979/2020.

Da Dotação Orçamentária:

As despesas com a aquisição correção na seguinte dotação orçamentária:
3.3.90.39.99.00.00 Demais Serviços Pessoa Jurídica
Desdobramento: 4773
Fonte: 495 – Atenção Básica

Da Fiscalização: Os serviços serão fiscalizados pela Secretaria de Saúde através de sua equipe técnica.

Dos Anexos: São anexos deste termo de dispensa: Ofício nº 116/2020 – Sec. Saúde, Ofício nº 15/2020 – ADM, Acompanhada do projeto básico, contendo os respectivos despachos, contendo parecer jurídico favorável, pesquisas de preços, documentação da empresa.

Céu Azul, 28 de abril de 2020.



DARY L. STOCCO
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação



GERMANO BONAMIGO
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umberto Deitos nº 1426 – Centro – CEP 85840-000
Fone: (045) 3121-1000 // CNPJ 76.206.473/0001-01

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2020 – M.C.A.

O Município de Céu Azul dispensa a licitação com fundamento no Artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, nos Inciso IV do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Artigo 12 do Decreto Municipal nº 5.815/2020

Do Objeto: Contratação de empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas unidades de saúde dos bairros e central, clínica de fisioterapia, sede administrativa da saúde e paço municipal, conforme Nota Técnica 22/2020/SEI/COSAN/GHCAS/DIRE3/ANVISA como medidas de proteção e segurança necessárias aos riscos de contaminação pelo Coronavírus - Covid 19. Em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.815/2020 que declara situação de emergência. Conforme Ofício 116/2020 – Saúde, Ofício 15/2020/ADM e termo de referência em anexo;

Da Fundamentação Legal para Dispensa:

- Artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.
- Inciso IV do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- Artigo 12 do Decreto Municipal nº 5.815/2020

Do Contratado:

J C Soluções Ambientais Ltda, CNPJ: 32.422.721/0001-86, Rua Arnaldo Busato, 866, Matelândia - PR, CEP 85.887-000.

Dos Serviços e Valor da Contratação:

Item	Qtde de aplic.	Unid.	Descrição dos serviços / local	R\$ Unit. aplicação	R\$ Total
01	32	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Bairro Boa Vista, com 57,19m², com periodicidade de: duas vezes por semana	25,02	800,64
02	64	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Bairro União, com 143,80m², com periodicidade de: quatro vezes por semana	35,95	2.300,80
03	80	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Central, com 262,70m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	44,66	3.572,80
04	80	Aplicação	Serviço de desinfecção do Centro de Especialidades, com 550,69m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	66,08	5.286,40
05	32	Aplicação	Serviço de desinfecção da Clínica de Fisioterapia, com 214,85m², com periodicidade de: duas vezes por semana	36,52	1.168,64
06	80	Aplicação	Serviço de desinfecção da Sede Administrativa da Sec. Da Saúde, com 273,89m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	46,56	3.724,80
07	32	Aplicação	Serviço de desinfecção do paço Municipal, com 795,24m², com periodicidade de: duas vezes por semana	97,52	3.120,64
Total Geral					19.974,72

Carolina Pozzetti
AFIXADO NO MURAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL
EM 28 / 04 / 2020

Céu Azul, 28 de abril de 2020.

GERMANO BONAMIGO
Prefeito Municipal



**LAUDO DE ANÁLISE JURÍDICA**

PROCESSO Nº 117/2020

Os autos referentes ao Processo nº 117, procedimento de **Dispensa por Justificativa nº 8/2020**, destinado a **Contratação de empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas unidades de saúde dos bairros e central, clínica de fisioterapia, sede administrativa da saúde e paço municipal, conforme Nota Técnica 22/2020/SEI/COSAN/GHCAS/DIRE3/ANVISA como medidas de proteção e segurança necessárias aos riscos de contaminação pelo Coronavírus - Covid 19. Em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.815/2020 que declara situação de emergência. Conforme Ofício 116/2020 – Saúde, Ofício 15/2020/ADM e termo de referência em anexo**; Vieram a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico quanto à legalidade do processo e o respectivo termo de contrato e/ou instrumento equivalente, face ao contido no parágrafo único do art. 38 da lei nº 8.666/93.

Considerando que a aquisição tem por objeto aquisição de produtos/materiais/serviços para uso na prevenção e enfrentamento a pandemia de coronavírus – Covid-19, diante da declaração de emergência conforme Decreto nº 5.815/2020;

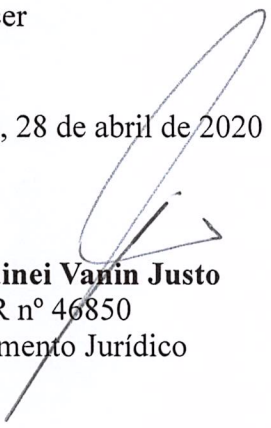
Considerando que o processo se compõe com os elementos essenciais, solicitação, Termo de Referência/Projeto Básico, levantamento de preços (cotações, outras contratações), conforme legislação.

Considerando o parecer jurídico, anteriormente emitido pelo Departamento Jurídico o qual orienta e instrui e ao final manifesta favorável ao procedimento de aquisição, inclusive mediante dispensa de licitação, observando a legislação Lei 13.979/2020 de mais recomendações do Tribunal de Contas do Paraná e Ministério Público.

Examinados os autos do processo nos parece que guardam regularidade com o disposto na Legislação em especial a Lei nº 13.979/2020 e Lei nº 8.666/93, visto que presentes as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações.

É o Parecer

Céu Azul, 28 de abril de 2020


DR. Sidinei Vanin Justo
OAB.PR nº 46850
Departamento Jurídico



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

PARECER JURÍDICO

OBJETO: ANÁLISE JURÍDICA - AQUISIÇÃO DE "MASCARA DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL" PARA USO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE VISANDO PROTEÇÃO E SEGURANÇA AOS RISCOS DE CONTAMINAÇÃO PELO CORONAVÍRUS - COVID19, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL 5815/2020 QUE DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGENCIA - AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO.

FUNDAMENTAÇÃO: LEI FEDERAL Nº 8.666/93 (ART. 24 INCISO IV) E LEI FEDERAL Nº 13.979/2020 (Art. 4º), DECRETO MUNICIPAL 5815/2020

SOLICITANTE: SECRETARIA DE SAÚDE - OFÍCIO Nº 101/2020 (15/04/2020) - DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

Faz apreciação desta Procuradoria Jurídica Geral, para análise e emissão de parecer jurídico, quanto a contratação/aquisição de "máscara de proteção individual" para uso dos profissionais envolvidos na Secretaria de Saúde como medida de proteção e segurança aos riscos causados pela situação de pandemia do COVID19.

Acompanha o ofício requisitório da Secretaria o Projeto Básico (Termo de Referência) contendo a motivação e justificativa, com informações básicas quanto a classificação dos bens, forma de seleção do fornecedor, pesquisa de preços, e outros documentos anexos.

A aquisição se dá em razão da excepcionalidade decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid-19), fundamentada pela Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Públicos) e Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, c/c o Decreto Municipal nº 5815/2020, que declarou Situação de Emergência no âmbito municipal pelas mesmas razões.

A presente análise se dá em razão da contextualização da excepcionalidade, urgência e emergência da contratação, por conta da pandemia do Covid-19, que atinge não só o país mas toda a sociedade mundial, com reflexos na própria economia internacional, que provoca em consequência, não em poucos casos, a escassez de determinados produtos relacionados e necessário ao combate do coronavírus no mercado interno, o que dificulta a aquisição destes pela Administração Pública seguintes os trâmites legais da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Pois bem, feita as declarações preliminares, importante ressaltar que esta Procuradoria se limita a análise com base nos documentos apresentados pela Secretaria de Saúde, em que pese sua justificativa, estudo, análise e pesquisa de preço, na medida em que se dá fidedignidade das informações prestadas, de acordo por ela informado.



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

Em sendo assim, o presente parecer é de caráter consultivo/opinativo quanto a previsão disposta em lei (Lei 8.666/93, Lei Federal nº 13.979/2020 e Decreto Municipal nº 5815/2020), em razão da necessidade, urgência e emergência específica ao combate a pandemia causada pelo Covid19, cabendo a autoridade sua decisão para a contratação.

A respeito, dispõe a melhor doutrina que:

"...reconhece-se a autonomia da autoridade competente para avaliar o conteúdo do parecer jurídico e aceitá-lo ou não". JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 601.

No mesmo sentido o Tribunal de Contas da União:

"...deve-se verificar se o parecer está devidamente fundamentado, se defende tese aceitável e se está alicerçado em lição de doutrina ou de jurisprudência..." (Acórdão nº 206/2007, Plenário - TCU).

No que tange a responsabilidade desta Procuradoria Jurídica, intrinseco ao agente público parecerista (opinião técnica) na presente análise, incorre-se a ao Decreto Lei nº 4.657/1942 (LINDB), especificamente ao artigo 28¹, porquanto isento de dolo ou mesmo erro grosseiro, haja vista se tratar de fato novo (pandemia Covid-19), mesmo que segue as recomendações dos órgãos de controle externo (TCE/PR e Controladoria Interna Municipal).

1. DA EXCEPCIONALIDADE E URGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - DISPOSIÇÕES LEGAIS - LEI FEDERAL Nº 13.979/2020 DECRETO MUNICIPAL 5815/2020 (SITUAÇÃO DE EMERGENCIA) - DISPENSA DE LICITAÇÃO - SIMPLIFICAÇÃO E CELERIDADE NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO - PANDEMIA COVID-19 - PONTOS GERAIS.

A Lei Federal nº 13.979/2020, com as alterações promovidas pela Medida Provisória 926 de 2020, estabeleceu ferramentas de otimização da fase do planejamento da contratação no sentido de otimizar e acelerar o procedimento para enfrentamento da situação decorrente do coronavírus.

A Exposição de motivos constantes da MP 926/20 é clara ao querer desburocratizar e agilizar os processos de contratação, seja por dispensa, seja por pregão, dando concessões no sentido de privilegiar o conteúdo da contratação em detrimento de sua economicidade/celeridade formal.

¹ Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.



Procuradoria Geral do Município

A norma, no presente caso, trata de uma situação excepcional, de demandas peculiares, para combater a emergência da pandemia causada pelo coronavírus, buscando, justamente, a desburocratização e a celeridade da contratação.

Assim sendo, no que se pretende neste momento ao objeto da presente análise, a dispensa de licitação disciplinada pela Lei n. 13.979/2020, inaugura uma hipótese específica de contratação direta com uma finalidade precisa: "o necessário enfrentamento da situação decorrente da ameaça representada pela COVID-19".

A dispensa tratada pela nova legislação, além de possuir destinação específica, é do tipo temporária, ou seja, somente pode ser invocada enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Desta forma, considerando a situação de extrema urgência e emergência, a lei procurou abarcar uma hipótese de contratação direta específica e temporária, em que pese guardar inspiração em algumas das disposições regulares das contratações emergenciais disciplinadas pela Lei Federal n. 8.666/93.

Destarte as contratações diretas a serem entabuladas no âmbito da Lei n. 13.979/2020, não se confundem em absoluto com as contratações emergenciais típicas regidas pela Lei 8.666/93, seja pelo procedimento diferenciado tratado pela norma, seja pela aplicação direcionada e temporária

Dessa forma, ainda que haja eventual similitude entre ambas, as hipóteses de dispensa são material e faticamente distintas, devendo ser tratadas de forma independente. Não há que se falar em arrastamento dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais relativos ao artigo 24, IV², da Lei 8.666/93 para as contratações destinadas ao atendimento da presente situação de emergência em saúde pública, tendo sempre em consideração esse caráter singular da contratação direta disciplinada pela Lei n. 13.979/2020.

Por esta razão, o art. 4º da Lei n. 13.979/2020, delimita o universo de aplicação para as contratações relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, assim como disciplina seu funcionamento, vejamos:

² Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;



Procuradoria Geral do Município

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

A própria lei especial, estabelece presunção legal de atendimento das condições para a realização da dispensa. O artigo 4º-B da Lei (13.979/2020) traz, de forma taxativa, nos incisos I a IV, todas as condições que se presumem já atendidas. São elas:

1. ocorrência de situação de emergência;
2. necessidade de ponto atendimento da situação de emergência;
3. existência de risco a segurança das pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
4. limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

Para o atendimento das exigências da lei, no que tange as condições acima enumeradas, para justificar a contratação pelo viés da dispensa de licitação, resta-se presumida tais condições ao que se legitima pelo conhecimento científico da gravidade e risco da pandemia, tão difundida e divulgada pela mídia, redes sociais e os órgãos de saúde das esferas governamentais, e de forma específica, que "as máscaras" irão atender os servidores da saúde ligados diretamente ao combate do vírus, na medida em que ficam expostos face ao contato diário com pessoas.



MUNICÍPIO DE CÊÚ AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

Portanto, segundo interpretação dada quanto a presunção da necessidade (conhecimento da gravidade e risco da pandemia), configura-se desnecessário comprovar tais requisitos/condições, uma vez que a própria pandemia gera esta presunção quando a necessidade e formato da contratação (dispensa de licitação), não sendo razoável, neste momento, a comprovação da ocorrência da situação de emergência.

Por outro lado, em não se caracterizando a situação de emergência em primeiro momento, ou não sendo a contratação para atendimento específico da situação emergencial ao combate do Covid-19, deve ser seguido as formalidades da lei de licitações (Lei nº 8.666/93), o que não estamos a dizer, caso seja possível, seja dispensado de procedimento licitatório ou que não deva ser realizado mesmo para atendimento a situação de emergência relacionada ao coronavírus. Caso a contratação seja específica para o combate ao Coronavírus, e esta não seja de emergência, deve ser precedido de processo licitatório.

Outro ponto importante a ressaltar no que tange a realização de estudo preliminar (planejamento na fase interna), que a Lei nº 13.979/2020, com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926/2020, em seu artigo 4º. C anuncia que:

Art. 4º-C. Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

Impende observar que a celeridade da situação de emergência em saúde pública mitigou, por conseguinte, a exigência da fase de planejamento (fase interna), ou seja, da obrigatoriedade do estudo preliminar complexo conforme previsto na lei 8.666/93. No caso, para enfrentamento da emergência, fica dispensado estudos preliminares complexos quando se tratar de bens e serviços comuns. (art.4º C MP 926/2020).

Contudo, o que a lei está dispensando são aqueles estudos mais complexos que demandam de tempo maior, o que não faz nenhum sentido exigir neste momento de emergência, mas NÃO afasta a obrigatoriedade de um estudo mais objetivo e simplificado.

Ainda sobre a simplificação da fase de contratação, a lei dispõe da seguinte forma:

Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

A dispensa do Gerenciamento de Riscos (exceto na fase de gestão do contrato) é uma faculdade autorizada pela legislação.



MUNICÍPIO DE CÊÚ AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

No que concerne à elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, a Lei 13.979/2020 fixou um procedimento mais célere com a exigência de determinados requisitos para a sua elaboração, visando uma contratação guiada pelas boas práticas mas despidas da excessiva burocratização, nos seguintes termos:

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

- I - declaração do objeto;
- II - fundamentação simplificada da contratação;
- III - descrição resumida da solução apresentada;
- IV - requisitos da contratação;
- V - critérios de medição e pagamento;
- VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:
 - a) Portal de Compras do Governo Federal;
 - b) pesquisa publicada em mídia especializada;
 - c) sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
 - d) contratações similares de outros entes públicos; ou
 - e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e
- VII - adequação orçamentária.

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput.

§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos.

Outro ponto importante a destacar com as novas regras para contratação diante da situação de emergência é a possibilidade de dispensa de apresentação de documentação de regularidade fiscal prevista no art. 4º-F é aplicável tanto à contratação direta quanto ao pregão eletrônico. O art. 4º-F prevê que:

Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.

Tal condição é imposta na situação de excepcionalidade e mediante justificativa.



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

Quanto a vigência dos contratos, a citada lei prevê no seu artigo 4º-H, a possibilidade de até 6 meses, sendo a prorrogação possível enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública. A cessação de tal necessidade tem o condão de apenas retirar a possibilidade de novas prorrogações, mas os contratos continuarão a vigor até o fim de seus respectivos prazos de vigência. Vejamos:

Art. 4º-H Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

Importante observar ainda, que o encerramento do estado de emergência não acarretará a rescisão abrupta dos contratos alusivos aos procedimentos regidos nesta Lei.

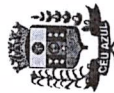
Em que pese a lei federal nº 13.979/2020, com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926/2020, possibilitar flexibilidade no processo de contratação emergencial pelo viés da "dispensa de licitação", deve ficar comprovado para tal possibilidade, o risco de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

Assim, comprovado que a contratação emergencial é a via adequada e efetiva para a eliminação do risco, a Administração Pública somente poderá contratar nos limites estabelecidos na lei: "dispensa de licitação é temporária", "aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de COVID-19". É a lição de Marçal Justen Filho³:

No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética, 12ª edição, 2008, p. 292).

Assim, para a configuração da contratação direta emergencial por dispensa de licitação, devem ser preenchidos os requisitos: a) Demonstração concreta e efetiva de que a aquisição de bens e insumos de saúde serão destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, sem qualquer acréscimo para atividade correlata ou indireta; b) Demonstração de que a contratação é via adequada e efetiva para eliminar o risco ou diminuir a lesão.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética, 12ª edição, 2008, p. 292.



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

No presente caso, a necessidade de contratação (máscara para os agentes de saúde) configura-se nos requisitos para a contratação direta via "dispensa de Licitação" nos moldes da Lei Federal nº 13.979/2020 e suas regulamentações.

Importante frisar, que o próprio TCE/PR⁴, colocou à disposição um informativo na forma de questionário em que são respondidas as dúvidas mais frequentes sobre licitações e contratos neste período excepcional da pandemia, para atender as demandas dos jurisdicionados, em especial com relação à possibilidade de dispensa de licitação para a aquisição de bens, serviços - incluindo de engenharia - e insumos destinados ao enfrentamento da situação emergencial em saúde pública causada pelo novo coronavírus, de acordo a Lei Federal nº 13.979/2020 e Medida Provisória nº 926/20.

A Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, em Memorando nº 270/2020 (24/04/2020), reitera, no mesmo sentido, a observância da recomendação do TCE/PR.

Dentre outras recomendações e informações expostas pelo órgão de contas do Estado, esta a dispensa de licitação prevista na Lei Federal nº 13.979/2020. A respeito, colacionamos algumas perguntas com as respectivas respostas que servira de base como forma de consulta aos demais processos de dispensa, no que couber. Vejamos:

A dispensa de licitação prevista na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 depende de algum procedimento prévio? Qual o procedimento a ser seguido neste caso?

R: Sim. A redação originária da Lei Federal nº 13.979/2020 era extremamente simplista quanto aos procedimentos a serem seguidos para a realização da hipótese de dispensa preconizada na lei. Todavia, o advento da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, regulamentou de forma específica o procedimento a ser aplicado nesses casos, deixando clara a impossibilidade de que a contratação direta seja feita sem a adoção de qualquer procedimento legal. É importante registrar que o fato de se tratar de dispensa não afasta a necessidade de que a compra ou a contratação sejam minimamente planejadas.

Assim, para as contratações realizadas mediante o procedimento de dispensa previsto na legislação, **deve-se elaborar Termo de Referência ou Projeto Básico simplificado, conforme disposto no artigo 4º-E, bem como realizar estudos preliminares se a contratação não se referir a bens e serviços comuns.** Quanto ao Termo de Referência simplificado, assume destaque a necessidade de que haja pesquisa de preços que reflita a realidade de mercado, podendo seguir os procedimentos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Acórdão nº 4624/2017-Pleno, sem prejuízo de que seja consultado o aplicativo "Menor Preço-Nota Paraná", conforme definido no Acórdão nº 706/2019-Pleno, ambos proferidos em sede de Consulta com força normativa.

⁴ <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/infotec-pr-coronavirus-perguntas-frequentes-licitacoes-e-contratos/327961/area/254>



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

Destaque-se que o procedimento de pesquisa de preços previstos na normativa é simplificado, podendo ser dispensado de forma excepcional e justificada (art. 4º-E, § 2º da Lei Federal nº. 13.979/2020). A normativa admite ainda, também de forma excepcional e devidamente justificada, que haja a contratação por valores superiores aos preços obtidos a partir da estimativa obtida na pesquisa de preços (art. 4º-E, § 2º da Lei Federal nº. 13.979/2020).

Ademais, de acordo com Marçal Justen Filho, haverá a necessidade de que sejam observadas as formalidades previstas no artigo 26 da Lei Federal nº. 8.666/1993, desde que aplicáveis: "O art. 26 da Lei 8.666 estabelece certas formalidades a serem observadas inclusive na hipótese de dispensa de licitação (ressalvadas algumas hipóteses, inaplicáveis no caso). A Lei 13.979 não prevê a ausência de observâncias dessas exigências.

A dispensa de licitação prevista na Lei Federal nº. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 precisa ser formalizada em um procedimento administrativo? Qual o fundamento legal?

R: Sim. A despeito de a dispensa de licitação consistir em um procedimento simplificado, orientação reforçada pela Lei Federal nº. 13.979/20, cabe ao gestor documentar a contratação direta mediante a composição de um processo administrativo pautado no disposto nos artigos 26 e 38 da Lei Federal nº. 8.666/93, no que aplicáveis. Nota-se que a própria redação da Lei Federal nº. 13.979/20 obriga a administração pública a disponibilizar em sítio oficial o "respectivo processo de contratação ou aquisição". Inclusive, de acordo com Marçal Justen Filho, destaca-se a necessidade de prévia aprovação do processo de contratação pela assessoria jurídica, conforme redação do artigo 38, p. único da lei geral de licitações.

Quais os limites de valor para as aquisições e contratações via Dispensa que se basearem na Lei 13.979/2020? Devo seguir os limites previstos no artigo 24, incisos I e II da Lei 8.666/93?

R: Contrariamente às dispensas amparadas no artigo 24, incisos I e II da Lei Federal nº. 8.666/93, que condicionam a hipótese de dispensa ao valor equivalente a 10% (dez por cento) dos limites aplicáveis a modalidade de convite, as contratações diretas amparadas na legislação emergencial não apresentam limitação de valor. Todavia, a aquisição ou contratação deve abranger efetivamente "bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública", na parcela necessária ao atendimento da situação emergencial, sob pena de desvirtuamento do instrumento.

A lei menciona que se presumem atendidas as condições necessárias para a contratação, conforme redação do artigo 4º-B. Qual o significado desta presunção expressa na norma?

R: Segundo a redação constante do artigo 4º-B, para fins de contratação via dispensa de licitação, presumem-se atendidas as condições de ocorrência de emergência; necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; existência de risco à segurança de pessoas, obras e bens; e limitação de contratação à parcela necessária para a situação de emergência.



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

As presunções supramencionadas tem por principal objetivo auxiliar o poder público quando da tomada de decisões dentro do período de exceção vivenciado pelo país haja vista que, ao se deparar com a necessidade de realizar contratações em curto espaço de tempo para o enfrentamento da emergência, o gestor se encontra impossibilitado de observar os requisitos legais usualmente exigidos para contratações realizadas em período de normalidade.

Por expressa disposição legal, o gestor público está exonerado de comprovar dentro do procedimento administrativo de dispensa de licitação a presença das condições que autorizam a contratação direta relacionada ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. Ocorre, portanto, uma inversão do ônus da prova em benefício do agente público contratante.

No entanto, a presunção estabelecida no artigo 4º-B deve ser compreendida como presunção de caráter relativo, de modo a não conferir imunidade absoluta ao gestor público quanto a eventuais questionamentos ou impugnações que possam ser levantados acerca da possível presença das condições fáticas que autorizaram a contratação direta.

Assim, em que pese seja presumida a presença das condições emergenciais, essa presunção admite prova em contrário seja pelos órgãos de controle externo, pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público ou mesmo por qualquer cidadão no exercício do controle social.

E nem poderia ser diferente à medida que, caso restasse vedada qualquer possibilidade de controle acerca da efetiva ocorrência das situações de emergência, aquele gestor eventualmente mal intencionado teria liberdade para, a pretexto de encontrar-se em eventual período de exceção, efetuar contratações em prejuízo ao erário ou que resultassem em favoritismos indesejados.

Nota-se um detalhe no que tange o inciso IV do artigo 4º-B da normativa, haja vista que nesse item em específico se exige na fase preliminar da contratação a demonstração do nexo de causalidade entre a aquisição/contratação e o atendimento à situação de emergência que respalde a utilização do regime diferenciado e excepcional previsto na Lei Federal nº. 13.979/20.

Assim, a despeito da presunção relativa de veracidade quanto às condições emergenciais que autorizam a contratação direta, é imprescindível que o gestor público tome as cautelas minimamente necessárias com vistas a se certificar que a contratação direta não será utilizada de forma desvirtuada ou desalinhada das condições fáticas previstas na lei nº 13.979/20.

Há necessidade de informar ao Tribunal de Contas do Estado a respeito das contratações por meio de dispensa enquadrada na Lei 13.979/2020? Em caso positivo, qual o prazo para o envio destas informações no Mural de Licitações?

R: Sim. De acordo com o artigo 2º da Instrução Normativa nº. 37/2009, compete aos órgãos e entidades da administração pública municipal fornecer as informações atinentes a processos licitatórios ou de compra direta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná por meio do Mural de Licitações.



MUNICÍPIO DE CÊÚ AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

Os prazos para a remessa das informações são de 7 (sete) dias úteis antes do prazo para a abertura do certame licitatório, em qualquer das modalidades ou de até 5 (cinco) dias consecutivos após a data da ratificação nos casos de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade. Destaca-se, por oportuno, que a redução dos prazos das modalidades de pregão pela metade, a exemplo da publicação do edital, que ocorrerá 4 (quatro) dias antes da data da abertura, recomendando-se que igual prazo seja respeitado para a remessa das informações no mural de licitações.

Quais os requisitos para a utilização da figura do suprimento de fundos? Houve alteração com a Lei 13.979/2020?

R: O suprimento de fundos, também conhecido como adiantamento, consiste na antecipação de recursos a servidor previamente designado, que utilizará o dinheiro para efetuar aquisições e contratações de menor vulto em favor da entidade pública, com posterior prestação de contas. A regulamentação normativa do suprimento de fundos é localizada nos artigos 68 e 69 da Lei Federal nº. 4.320/1964, bem como nos artigos 74, §3º e 83 do Decreto-lei Federal nº. 200/1967.

Todavia, para os casos destinados a "aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus", a Lei Federal nº. 13.979/2020 passou a admitir que o suprimento de fundos, mediante uso do cartão de pagamento, seja realizado nos limites dos valores máximos admitidos para a modalidade de convite.

A diretriz do Tribunal de Contas do Estado, representada pela Instrução Normativa nº. 89/2013, é paulada no artigo 9º, §4º da normativa, que estipulam um limite de 10% (dez por cento) do limite previsto para a modalidade convite.

É importante alertar que a majoração dos limites de suprimento de fundos prevista na Lei 13.979/2020 certamente não guarda consonância com a realidade fática da maioria dos Municípios do nosso Estado. Assim, sobreleva-se a importância já destacada pelo E. Tribunal de Contas do Estado do Paraná de que haja a regulamentação local geral sobre o suprimento de fundos (Acórdão nº. 2852/16 - 1ª Câmara) e, nesse momento transitório, que haja eventual previsão específica e proporcional ao contexto da entidade frente a situação de calamidade.

As orientações pauladas nas normativas acima mencionadas são de que o adiantamento realizado deve ser precedido de empenho em nome do servidor favorecido, o qual deverá prestar contas de acordo com os critérios regulamentados localmente e não poderá receber novo adiantamento se não tiver prestado contas do recebimento anterior.

Muito embora o suprimento de fundos possa ser de grande valia nesse momento, há que se ponderar ainda que sua utilização está condicionada a despesas urgentes e imprevisíveis (Acórdão 3075/17-Pleno do TCE-PR) e que deverá observar também os princípios do artigo 37 da Constituição Federal, notadamente



MUNICÍPIO DE CÊÚ AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

o princípio da economicidade, que deverá ser demonstrado mediante mínima consulta de preços. Ademais, orienta-se que o documento comprobatório da despesa deverá ser emitido em nome da entidade e não da pessoa física do servidor.

O gestor deverá acautelar-se ainda de que os itens adquiridos não estejam relacionados em outro contrato administrativo/ata de registro de preços válidos, bem como que a sucessiva aquisição por esse instrumento não implique em fracionamento de despesas ou supressão de procedimentos mínimos de controle.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná recomenda, portanto, que as diretrizes acima expostas sejam observadas, mediante adoção de procedimentos adequados que assegurem a prestação de contas e a excepcional utilização do instituto, que não se confunde e nem deve esvaziar a dispensa de licitação por pequeno valor.

É necessário atribuir publicidade imediata nas contratações destinadas aos contratos específicos para combater o coronavírus? Quais informações deverão ser disponibilizadas?

R: Sim. No intuito de reforçar a publicidade e permitir a avaliação concomitante por parte do controle social e do controle externo, a redação do artigo 4º, §2º, da Lei Federal nº. 13.979/2020 é clara ao definir que "todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial (...)". Apenas a título ilustrativo como boas práticas, cita-se que a Controladoria-geral da União (CGU) criou uma página específica do Portal de Transparência para divulgar dados das contratações emergenciais realizadas com fulcro na Lei 13.979/2020, enquanto a Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG) consolidou, em uma página do Portal da Transparência, os dados das referidas contratações emergenciais.

Recomenda-se, portanto, que a administração pública disponibilize as informações diretamente no Portal de Transparência que mantém, tratando-se de boa prática a identificação específica das aquisições que se refiram ao enfrentamento da calamidade pública.

É importante registrar, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, em decisão cautelar proferida na ADI 6.351, determinou a suspensão da eficácia do artigo 6º, B da Lei Federal nº. 13.979/2020, considerando que a suspensão dos prazos de atendimento aos pedidos de acesso à informação poderiam ensejar ofensa ao princípio da publicidade. Destaca-se o seguinte excerto do julgado:

"O acesso as informações consubstancia-se em verdadeira garantia instrumental ao pleno exercício do princípio democrático, que abrange "debater assuntos públicos de forma irrestrita, robusta e aberta" (Cantwell v. Connecticut, 310 U.S. 296, 310 (1940), quoted 376 U.S at 271-72)."

Por fim, quanto à amplitude das informações a serem disponibilizadas no Portal de Transparência, há que se atentar que a Lei Estadual nº. 19.581/2018 impõe aos "órgãos estaduais e municipais da administração pública direta e indireta que realizarem processos licitatórios, disponibilizarão a íntegra desses processos em tempo real em seus sites"



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

Que tipo de bens e serviços posso adquirir e contratar com base na Lei 13.979/2020?

R: No que se refere aos bens e serviços que podem ser contratados nesse período de calamidade pública, a redação originária da Lei Federal nº 13.979/20 foi alterada pela Medida Provisória 926/2020 para admitir também a contratação de serviços de engenharia e a aquisição de equipamentos usados, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem. Por outro lado, a lei não prevê sua aplicabilidade à contratação de obras.

De acordo com a redação do artigo 4º, caput da normativa, a aplicação dos institutos previstos limita-se a "aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública".

Destacando-se a necessidade de que os itens sejam destinados ao enfrentamento da emergência, cita-se o Acórdão nº 196/2016-Plenário do Tribunal de Contas da União, no qual se apontou irregularidade no processo de compra emergencial diante do fato de que "as obras contratadas não apresentaram nexo de causalidade com o estado de calamidade pública provocado por excesso de chuvas, ou seja, não se prestavam para o atendimento da situação emergencial ou calamitosa."

Portanto, é importante que as compras públicas que se utilizem da normativa federal citada apresentem nexo de causalidade com o enfrentamento da situação emergencial, o que poderá ocorrer de forma direta ou indireta/instrumental. Por exemplo, afigurar-se-ia factível reconhecer que a aquisição de combustíveis para atender demandas maiores da assistência social, em quantidades não previstas nos contratos em vigor da administração pública, atenderia o momento atual de combate ao COVID-19, ainda que de forma indireta.

As contratações e aquisições relacionadas com o enfrentamento da crise deverão respeitar as licitações diferenciadas previstas na Lei Complementar 123/2006 (Estatuto da Microempresa)?

R: Sim, pois as regras da Lei Complementar nº 123/06 continuam válidas. Ou seja, a administração pública, conforme redação do artigo 48 do Estatuto da ME/EPP:

deverá realizar processo licitatório, considerando o valor estimado de cada item ou cada lote da licitação, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte;

poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preceitua o Prejuízo nº 27 do TCE/PR.

Outrossim, os benefícios referentes às MPes poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

para aquelas sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, aplicado como empate ficto ou como margem de preferência.

Nessa senda, é possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusivas às microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou para implementação dos objetivos propostos no art. 47, Lei Complementar nº 123/2006, desde que, devidamente justificado.

Ademais, é possível afirmar que, se não existir um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, a licitação não deve ser realizada para tal público de empresas. Por último, caso a realização da licitação para MPes não seja vantajosa para a administração pública ou represente prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, o instrumento licitatório não deve ser aplicado para tais empresas exclusivamente.

Para maiores dúvidas, sugere-se que seja consultado o bloco A do Manual de Licitações elaborado pelo Tribunal de Contas.

Para as contratações de pequeno valor relacionadas com o enfrentamento da crise, há necessidade de se atribuir preferência às ME e EPP?

R: Sim. É importante compreender a leitura do inciso IV do art. 49, da Lei Complementar nº 123/06:

"IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte"

Em linhas gerais, ainda que a dispensa se fundamente na Lei Federal nº 13.979/20, se a aquisição referir-se a valores compreendidos nos limites dos artigos 24, incisos I e II da Lei Federal nº 8.666/93, deverá ser respeitada a preferência a microempresas e empresas de pequeno porte.

A Lei Federal nº 13.979/20 introduziu modificações nas modalidades de prego?

R: A Lei nº 13.979/2020 estabeleceu que para os pregões cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da pandemia do COVID-19, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade (art. 4º-G).

Dessa forma, o prazo de publicidade do certame, por exemplo (o qual, em regra, é de no mínimo 8 dias úteis, conforme a Lei nº 10.520/2002), passa a ser de 4 dias úteis para licitações com essa finalidade. De forma prática, após a publicação do aviso de licitação, recomenda-se que o certame seja aberto durante o quinto dia (um dia após o fim do prazo da publicação), conforme teor do



MUNICÍPIO DE CÊÚ AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

Acórdão nº. 4136/17-Pleno, bem como, analogamente, ao contido no Acórdão 1940/18-Pleno.

Quando o prazo original do procedimento licitatório for número ímpar, dispõe a Lei nº 13.979/2020 que o período final será arredondado para o número inteiro antecedente (art. 4º-G, §1º). Portanto, o prazo para apresentação das razões recursais (que normalmente é definido em 3 dias pela Lei nº 10.520/2002) passa a ser de 1 dia, da mesma forma que o período para envio das respectivas contrarrazões pelos demais licitantes.

Em relação aos recursos, cabe ressaltar também que a Lei nº 13.979/2020 impõe que terão apenas efeito devolutivo (art. 4º-G, §2º), ou seja, os recursos não mais terão efeito suspensivo e o procedimento licitatório continuará a transcorrer normalmente, independentemente de eventuais recursos com decisão pendente pela autoridade competente.

Há livre discricionariedade na realização de pregão presencial nesse momento de calamidade?

R: Inicialmente, deve-se reforçar aos jurisdicionados para que utilizem preferencialmente a modalidade de licitação eletrônica em detrimento do pregão presencial.

A orientação, que já é pacífica no âmbito desta Corte desde o julgamento do Acórdão nº 2605/2018 - Pleno (processo de Consulta em que se determinou que deve ser adotado via de regra o pregão eletrônico para aquisições de bens e serviços comuns, devendo constar justificativa expressa caso seja preterida a modalidade), ganha ainda mais importância durante o período de pandemia pelo qual o mundo todo atravessa.

Em virtude das orientações emanadas pelas autoridades de saúde para que seja feito distanciamento social, é natural que a disputa à distância seja a forma mais eficaz de proceder à contratação pública. O pregão eletrônico ajuda a ampliar a competitividade em um cenário com diversas restrições (como, por exemplo, os próprios obstáculos ao tráfego entre localidades distantes), além de contribuir para que sejam evitadas reuniões presenciais, diminuindo-se o risco de contágio pela enfermidade.

Para implantação da modalidade eletrônica nos municípios que ainda não têm essa prática estabelecida, este Tribunal de Contas recentemente publicou orientações sobre os procedimentos a serem adotados. Sugere-se a utilização do sistema Comprasnet, que é a plataforma da União e é disponibilizada gratuitamente aos demais entes públicos federados.

Além disso, aproveita-se a oportunidade para frisar que os prazos de transição fixados na Instrução Normativa nº 206/2019 do Ministério da Economia (a qual regulamentou o Decreto federal nº 10.024/2019, que obriga os municípios a realizarem licitação por pregão eletrônico quando utilizarem recursos federais) já se encerraram para boa parte dos jurisdicionados. Municípios com mais de 15.000 (quinze mil) habitantes devem utilizar preferencialmente o pregão eletrônico nos casos indicados pelo Decreto desde 06 de abril de 2020, enquanto os demais municípios têm até o dia 01 de junho de 2020 para procederem à adequação.



MUNICÍPIO DE CÊÚ AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

Na inviabilidade de realização do certame pelo formato eletrônico, orienta-se que o processo licitatório contenha justificativa expressa (reproduzida no edital, de forma pública) com as razões que obstam essa prática.

Há possibilidade de aderir a ata de registro de preços de outro órgão (carona)?

R: O Tribunal de Contas do Estado do Paraná possui entendimento firmado de forma contrária ao procedimento conhecido como "carona", conforme exemplificado nos Acórdãos 984/11-Pleno, 986/11-Pleno e 1344/11-Pleno.

Admite-se o procedimento apenas nos casos de adesão a ata de registro de preços do Ministério da Saúde (conforme artigo 2º, §1º da Lei Federal nº 10.191/01), de adesão a ata de registro de preços do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (conforme artigo 6º da Lei Federal nº 12.816/13), bem como nas hipóteses de celebração de convênio com o Estado do Paraná para a implementação de programas e projetos governamentais específicos, conforme externado no Acórdão nº 1105/14-Pleno deste Tribunal de Contas.

Com o advento da Medida Provisória nº 951, de 15 de Abril de 2020, que adicionou o §6º ao artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/20, abriu-se a possibilidade de os Municípios aderirem a processo licitatório realizado por entes maiores. Todavia, a solução carece de maior análise diante do incremento de custos de frete e tributos, bem como o tratamento preferencial aos micro e pequenos empresários por parte do fornecedor caso tal opção seja concretizada.

Qual o prazo de validade dos contratos celebrados?

R: A situação de calamidade pública enfrentada no país tem prazo de duração incerto. Nesse sentido, contrariamente às contratações emergenciais pautadas no artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, as quais devem ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), a solução definida pelo artigo 4º-II da Lei Federal nº 13.979/2020 define prazo de vigência contratual condicionado ao tempo de duração da necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência as saúde pública.

Esse prazo poderá ser inferior a 6 (seis) meses ou superior, hipótese na qual deverão ser prorrogados por períodos sucessivos, respeitada a vigência inicial de até 6 (seis) meses.

A Lei Federal nº 13.979/20 dispensou os licitantes e contratos da apresentação de todas as certidões de regularidade?

R: Não. Inicialmente é importante pontuar que a dispensa na apresentação de documentos de regularidade é excepcional, sendo admitida somente quando constatada e demonstrada a restrição de fornecedores ou de prestadores de serviço.

Ainda assim, o artigo 4º-F da normativa admitiu que fossem dispensadas somente as certidões de regularidade trabalhista, demais requisitos de habilitação episodicamente afastados e as certidões de regularidade fiscal, ressalvada a regularidade relativa à seguridade social, haja vista tratar-se de norma paulada em fundamento constitucional representado pelo artigo 7º, inciso XXXIII.



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

Ocorre que, na prática, como a certidão de regularidade junto à seguridade social é emitida conjuntamente com a certidão de tributos federais, caberá à administração pública contratante, mesmo nessa hipótese excepcional prevista no artigo 4º-F da normativa, exigir a certidão de regularidade dos tributos federais.

Por outro lado, a exigência de regularidade tributária passa a ser amenizada diante da prorrogação dos prazos de vigência das certidões anteriores, conforme exposto no tópico seguinte.

Qual o prazo de validade das certidões de regularidade tributária após a situação de calamidade pública decorrente do COVID-19?

R: Conforme exposto na questão anterior, a exigência das certidões de regularidade fiscal permanece como uma prática ordinariamente necessária nas licitações e nos contratos públicos celebrados, tratando-se o afastamento de sua exigência de exceção legal específica para a hipótese prevista no artigo 4º-F.

Todavia, praticamente todos os entes da federação já editaram atos normativos definindo a prorrogação da validade das certidões anteriormente em vigor, o que poderá simplificar o processo de contratação, conforme se passa a expor.

No âmbito federal, admitiu-se a prorrogação de validade das certidões de regularidade fiscal pelo prazo de 90 (noventa) dias além da validade original do documento, conforme teor da Portaria conjunta RFB/PGFN nº 555, de 23 de março de 2020.

A mesma solução foi aplicada pela certidão de regularidade junto ao FGTS (Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço), conforme se infere da Circular Caixa nº 893, de 24 de março de 2020, a qual definiu, no item 2, que: "os certificados de regularidade do FGTS vigentes em 22/03/2020 terão prazo de validade prorrogado por 90 (noventa) dias, a partir da data de seu vencimento."

No Estado do Paraná, a Lei Estadual nº. 20.170, de 07 de Abril de 2020, definiu a prorrogação do prazo de validade das certidões negativas de débito de tributos estaduais vigentes na data da publicação da norma também pelo período de 90 (noventa) dias.

Cada Município deverá aferir a validade das certidões emitidas no âmbito de seu território, bem como ponderar a respeito de eventuais normativas internas que tenham definido a dilação do prazo de validade dos documentos.

Quais alterações contratuais podem ser realizadas para atender as situações não previstas e emergenciais? Podem ser incluídos novos serviços ou alterada a forma de prestação?

R: Inicialmente é importante pontuar as diferenças entre os contratos assinados antes da publicação da Lei Federal nº. 13.979/2020 e os contratos assinados sob a égide da normativa.

Em relação aos contratos assinados antes da publicação da Lei nº 13.979/2020, observa-se o regramento da Lei nº 8.666/93; a Administração pode acrescentar ou



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

suprimir unilateralmente os contratos em até 25% do seu valor inicial atualizado (excepcionalmente o aumento pode ser de até 50% no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento), conforme o art. 65, §1º da lei. Ainda, cabe lembrar que os contratos de prestação de serviços continuados podem ter vigência pelo período de até 60 meses (art. 57, II), sendo que, excepcionalmente e mediante justificativa expressa, podem ser prorrogados por mais 12 meses após esse período máximo inicial (art. 57, § 4º). Em qualquer caso, evidentemente o contratado deverá comprovar que mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação para que possa manter o vínculo com a Administração (art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93).

Em relação aos contratos assinados em decorrência da Lei nº 13.979/2020, permite-se que os acréscimos ou supressões unilaterais da Administração sejam de até 50% para todos os casos (não apenas para os casos particulares de reformas), consoante dispõe o art. 4º-I da nova lei.

Em ambos os casos, contudo, recomenda-se equilíbrio e razoabilidade por parte dos gestores na relação com os particulares contratados. O cenário econômico atual é extremamente prejudicial, com alta volatilidade do mercado e muitas incertezas que afetam significativamente a capacidade de operação habitual dos fornecedores - assim como do próprio Estado. Dessa forma, por mais que a lei faculte alterações unilaterais por parte da Administração, sugere-se que haja diálogo aberto e negociação justa entre os entes públicos com os particulares, permitindo-se à empresa liberar-se da obrigação sem sancionamentos, caso apresente justificativa que comprove a inviabilidade de atender à alteração solicitada. Nesse caso, cabe à Administração buscar outro fornecedor interessado, seja por nova licitação ou por dispensa, caso a urgência impeça a realização de nova disputa.

Comportamento diferente por parte da administração pública (desconsiderando as dificuldades que os particulares também atravessam nesse período de pandemia) pode vir a afastar potenciais interessados em contratar com o ente público, além de trazer potencialmente contratos mais custosos, nos quais é embuído o valor conhecido como "risco de contratar com a Administração". De qualquer forma, reforça-se a cautela e a busca pela consensualidade nas alterações contratuais que se fizerem necessárias.

É permitido ao Estado e aos Municípios unirem esforços com vistas à realização de compras coletivas destinadas a gerar economia de escala e maior vantagemidade na contratação?

R: Sim. A Lei nº 11.107/05, responsável por estabelecer normas gerais sobre consórcios públicos, permite que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios se associem com vistas ao atendimento de um interesse comum, mediante a criação de pessoa jurídica própria, a qual fica autorizada a realizar a contratação de bens, serviços e obras em nome de seus integrantes.

No cenário de recessão econômica em vigor no país, gerado pelo isolamento social decorrente do enfrentamento da pandemia do coronavírus, a formação de consórcios públicos constitui importante ferramenta capaz de gerar economicidade às contratações entabladas pelo poder público, eis que viabiliza a aquisição de bens e serviços em larga escala, permitindo o alcance de preços



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

mais vantajosos se comparados aqueles praticados nas contratações feitas isoladamente por cada ente federativo.

Ademais, tratando-se de contratação voltada ao enfrentamento da emergência de saúde pública outrora mencionada, o consórcio público poderá se valer do regime estabelecido pela lei nº 13.979/20 em que se relativizaram regras aplicáveis às contratações públicas com vistas a facilitar a tomada de decisão por parte do gestor público, a exemplo da presunção de veracidade quanto às condições necessárias para a contratação direta mediante dispensa de licitação.

No que se refere à associação entre os entes federados por meio de convênios, acordos de cooperação ou outros ajustes congêneres este Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao responder processo de consulta (acórdão 4472/14 - STP) em que se questionava a viabilidade de realização de convênios entre municípios vizinhos para a prestação de serviços e iluminação pública, julgou pela sua impossibilidade.

Entendeu-se na ocasião, que a figura do convênio e demais instrumentos congêneres não contém os elementos necessários e suficientes para garantir o controle dos atos administrativos envolvidos nos procedimentos de licitação e contrato, assim como prescinde de elementos que permitam a qualquer dos entes públicos interessados reaver prejuízos decorrentes de eventual má gestão, prestação inadequada dos serviços, divisão desproporcional ou inadequada de custos ou mesmo desvio de recursos. Inclusive, uma situação como tal apresentaria inúmeras dificuldades aos envolvidos para discutir judicialmente eventuais demandas decorrentes da licitação e do contrato a ser firmado.

Ao final, firmou-se o entendimento de que o instrumento adequado deve ser o Consórcio Público, por ter validade jurídica e conferir garantias ao Município tanto de manter o controle sobre a prestação dos serviços necessários, quanto de acompanhamento imediato do adequado dispêndio dos recursos públicos a eles vinculados.

Assim, em sintonia com o precedente normativo já proferido pelo Órgão Pleno desta Casa, recomenda-se que os entes federativos se valham da figura do Consórcio Público caso optem pela realização de contratações coletivas com vistas ao alcance da maior economicidade decorrente de aquisições em larga escala.

Quais os impactos sobre os contratos de terceirização de mão de obra em vigor? Devo mantê-los inalterados ou não?

R: O questionamento se refere a ponto controverso que não encontra suporte em jurisprudência ou na legislação aplicável, haja vista que jamais havia ocorrido no país e no mundo um estágio de calamidade pública que resultou na suspensão completa da prestação de serviços, ressaltados os considerados essenciais. Nesse sentido, caberá ao Município aferir circunstancialmente quais os reflexos de sua decisão em termos financeiros e sociais.

Por um lado, em termos financeiros, sabe-se que o momento é de cautela para a administração pública, que ao mesmo tempo em que perde receitas em



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

valores relevantes passa a suportar um aumento expressivo nas demandas sociais, especialmente na área de saúde.

Por outro lado, nossa Constituição Federal estipula a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental da República, o qual deve ser aferido dentro de um contexto de solidariedade neste momento em que o aumento do desemprego não auxiliará na resolução do problema em um aspecto mais amplo.

O advento da Medida Provisória nº. 936/2020, com o chamado "Programa emergencial de manutenção do emprego e da renda", trouxe alternativas que possibilitam a administração pública conciliar os dois objetivos acima descritos, mediante soluções, que podem ser adotadas pela empresa contratada, como redução da jornada de trabalho e, proporcionalmente, do salário ou suspensão temporária do contrato de trabalho com o pagamento de um benefício emergencial pela União aos funcionários para que não percam sua renda.

Ademais, há que se ponderar que a situação não pode servir como escusa para benefício desproporcional de uma das partes. Por exemplo, se a administração pública decidir motivadamente pela manutenção regular dos pagamentos, não poderá a contratada/parceira demitir o empregado ou dar licença não remunerada e, de má-fé, seguir recebendo normalmente os valores correspondentes. Outro aspecto a ser avaliado se refere ao auxílio transporte e outros benefícios que, mesmo na hipótese de manutenção dos pagamentos pela administração pública, não serão repassados aos empregados, de modo que deverão ser glosados.

Nesse contexto, as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná vão no sentido de que a administração pública pondere a respeito das considerações acima no sentido de buscar soluções que, simultaneamente, preservem a saúde financeira da entidade e a dignidade dos trabalhadores que dependem de seu trabalho para a subsistência.

Recomenda-se ainda a leitura do Parecer nº. 00310/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Advocacia-Geral da União.

Conforme consta no parecer acima mencionado, não há como ser feita análise jurídica geral sobre a presença dos pressupostos para a recomposição da equação econômico-financeira do



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

contrato administrativo, o que deverá ser feito pela Administração em cada contrato específico.

Assim, no momento oportuno o controle externo avaliará as despesas de acordo com o contexto fático e a motivação externada pela administração pública para a opção que tiver dado ao caso concreto, o que será feito ponderando-se "circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente" (art. 22, § 1º da LINDB) e a motivação do ato (art. 20, p. único da LINDB e 50 da Lei Federal nº. 9.784/1999).

De forma exemplificativa, a Lei Estadual nº. 20.170, de 7 de Abril de 2020, autorizou a administração pública direta e indireta do Estado do Paraná, bem como os demais Poderes do Estado que, se assim optarem, mantenham os pagamentos às empresas cujos serviços tenham sido afetados com a diminuição ou paralisação das atividades contratadas em decorrência do surto da COVID-19.

Quais os impactos sobre a fiscalização dos contratos nesse momento de calamidade pública?

R: Inicialmente, é necessário que a administração pública questione seus prestadores de serviços, notadamente dos serviços contínuos, de forma a verificar quais fornecedores utilizam das medidas trabalhistas e tributárias facultadas às empresas. Existem impactos financeiros diretos oriundos das últimas Medidas Provisórias do governo federal que podem interferir no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos em execução e dos futuros que a administração pública venha a firmar com seus fornecedores.

Nesse sentido, **proceder à readequação contratual para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de terceirização é a consequência natural para que não exista prejuízo para a administração pública.**

Por exemplo, a Medida Provisória nº. 936/2020, com o chamado "Programa emergencial de manutenção do emprego e da renda", trouxe alternativas como a redução da jornada de trabalho e, proporcionalmente, do salário ou a suspensão temporária do contrato de trabalho com o pagamento de um benefício emergencial pela União aos funcionários para que não percam a totalidade de sua renda.

Ilustra afirmar que **no caso da suspensão temporária do contrato de trabalho, o fornecedor poderá pagar o salário com uma ajuda compensatória mensal ao empregado. Tributarmente, é importante deixar claro que a natureza do pagamento proporcional, por parte do governo federal, é indenizatória e não deve ser considerada como custeio na prestação de serviços à Administração Pública. Assim, tal parcela, como remuneração do empregado.**



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

Não integra a base de cálculo do IRRF;
Não integra a base de cálculo de INSS e demais contribuições;
Não integra a base de cálculo do FGTS;
Não integra a composição de custeio dos salários informados como custos à Administração Pública.

É evidente que se o fornecedor se utilizar de alguma das medidas trabalhistas ou, eventualmente, destinar os funcionários alocados no contrato com a administração pública para que prestem serviços em outro contrato, cabe à administração promover a glosa dos valores, evitando o enriquecimento indevido do particular.

Por outro lado, nesse período foram editadas uma série de Medidas Provisórias e Portarias na matéria tributária, a exemplo da Portaria ME nº 103, de 17/03/2020 e da Portaria ME nº 109, de 03/04/2020, que dispõem sobre medidas de suspensão, prorrogação e diferimento dos tributos federais. Cita-se também a Medida Provisória nº. 932/20, que alterou as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos nela especificados pelo período de 3 (três) meses.

Nesse resumo, a consequência natural é a diminuição momentânea do contrato administrativo, efetivando a possibilidade de reequilíbrio contratual para que o eventual fornecedor não enriqueça sem causa em desfavor da Administração Pública.

Caso a administração pública atrase os pagamentos ao contratado, qual a consequência financeira? Há a possibilidade de rescisão contratual pelo particular?

R: Estima-se que com o remanejamento financeiro de recursos para o efetivo enfrentamento da situação de calamidade pública que acomete o setor de saúde, outras áreas ou contratos poderão enfrentar a escassez de recursos que resulte em atrasos nos pagamentos. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pautado nos diâmetros dos artigos 40, inciso XIX, alíneas "c" e "d" e 55, inciso III da Lei Federal nº. 8.666/93, já definiu no Acórdão nº. 1847/19, Pleno que a previsão de correção monetária, minimamente, constitui condição obrigatória a ser inserida e cumprida pela administração pública nas contratações que celebre.

Muito embora se possa imaginar que, a princípio, a medida oneraria a administração pública, deve-se ter em conta que cabe aos entes públicos e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná fomentarem um ambiente que atribua segurança jurídica nas compras públicas, medida que atraia melhores fornecedores e, por conseguinte, melhores propostas.

Medidas como o cumprimento das obrigações contratuais em dia, definição de um quantitativo mais assertivo e próximo ao quantitativo requerido durante a execução contratual, respeito à ordem cronológica de pagamentos e abertura de processos sancionatórios para apurar condutas indevidas de licitantes ou contratantes podem parecer como onerosas, dificultosas ou desperdício de tempo,



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

mas asseguram justamente esse ambiente necessário para uma compra pública mais justa.

Ordinariamente, a previsão contida no artigo 78, inciso XV da Lei Federal nº. 8.666/93 permite ao particular cuja administração pública contratante tenha atrasado os pagamentos por mais de 90 (noventa) dias a rescindir unilateralmente o contrato. A hipótese legal, no entanto, não é aplicável para casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, casos nos quais o contratado terá o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

Orientamos ao Departamento de Compras e Licitações que faça o devido acompanhamento de forma constante do informativo do TCE/PR., em razão de novas informações e questionamentos por parte dos demais jurisdicionados no transcorrer do período de pandemia pelo endereço eletrônico, <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/infotce-pr-coronavirus-perguntas-frequentes-licitacoes-e-contratos/327961/area/254>.

Da mesma forma, A Controladoria Geral da União, por meio de Ofício nº 5697/2020/PARANA/CGU, (13/04/2020), cancelado de forma conjunta pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Município, (Ofício nº 115/2020/CSCI (15/04/2020), tratando das mesmas recomendações quanto as contratações de bens e serviços relacionados a pandemia.

A CGU, como a Lei nº 13.979/2020 e recomendação do TCE/PR., de forma especial, determina a necessidade de dar "publicidade" (princípio da publicidade e Lei de Acesso a Informação) de todos os atos (fases da contratação), obrigatoriamente, referente a contratação por dispensa de licitação de bens e serviços relacionados a pandemia, em razão das medidas de enfrentamento da emergência de saúde.

Para as demais situações em que NÃO envolva a aquisição/contratação de bens e serviços relacionados ao combate do pandemia, deverá seguir as regras estabelecidas pela Lei de Licitações nº 8.666/93.

2. DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES QUE NÃO SE TRATAM DA SITUAÇÃO DE EMERGENCIA - PANDEMIA COVID-19 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - LEI 8.666/93 - ART. 37, XXI DA CF.

Para as demais situações em que NÃO envolva a aquisição/contratação de bens e serviços relacionados ao combate do pandemia, das medidas de enfrentamento da emergência de saúde, deverá seguir as regras estabelecidas pela Lei de Licitações nº 8.666/93.



MUNICÍPIO DE CÊU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

3. DO DECRETO MUNICIPAL 5815/2020 - DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGENCIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CÊU AZUL - PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020

Diante da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e alterações promovidas pela Medida Provisória 926 de 2020, somado ao Decreto nº 4319/2020 do Governo do Estado do Paraná, que declarou estado de calamidade pública, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19 no âmbito do Estado do Paraná, e suas alterações, a Administração Municipal editou Decreto nº 5815/2020, que declara situação de emergência no Município.

O Decreto Municipal, no seu artigo 12, faz previsão quanto dispensa de licitação par aquisição de bens, medicamentos e insumos necessários às atividades de resposta à epidemia e de prestação de serviços relacionados ao controle da doença: (coronavírus e dengue).

Art. 12 Em razão da "situação de emergência" decretada, em face à prevenção e enfrentamento da epidemia da COVID-19, por se tratar de situação extraordinária de ameaça direta que pode causar instabilidade no município e sua população, assim como a infestação pelo mosquito "Aedes aegypti", poderão ser realizadas contratações temporárias e dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens, medicamentos, e insumos necessários às atividades de resposta à epidemia e de prestação de serviços relacionados ao controle das doenças (coronavírus e dengue).

§1º A contratação temporária tem por fundamento o art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e seguirá as regras da Lei Municipal nº 851/2009 e suas alterações, observadas as regras da lei complementar nº 101/2000 e lei federal nº 9.504/97 (lei eleitoral).

§2º A dispensa de licitação que trata sobre os contratos de aquisição de bens, medicamentos e insumos necessários às atividades de resposta à epidemia e de prestação de serviços relacionados ao controle das doenças (coronavírus e dengue), se dará com base no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e §10 do artigo 73 da Lei 9.504/1997



Procuradoria Geral do Município

4. DO DISPOSITIVO

Diante do exposto, passamos a proferir o seguinte parecer opinativo/consultivo quanto a contratação/aquisição relacionada a situação de pandemia do Covid-19, subscrevendo que:

Considerando a excepcionalidade da contratação/aquisição de "mascara" para uso dos profissionais envolvidos na Secretaria de Saúde como medida de proteção e segurança aos riscos causados pela situação de pandemia do COVID19, fundamentada pela **Lei Federal nº 13.979/2020**, *(que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019)*, com as alterações promovidas pela **Medida Provisória 926 de 2020**, *(que estabeleceu ferramentas de eliminação da fase do planejamento da contratação no sentido de otimizar e acelerar o procedimento para enfrentamento da situação decorrente do coronavírus)*, que visa, principalmente, desburocratizar e agilizar os processos de contratação, seja por dispensa, seja por pregão, dando concessões no sentido de privilegiar o conteúdo da contratação em detrimento de sua economicidade/celeridade formal.

Considerando o Decreto Municipal nº 5815/2020, que declarou Situação de Emergência no âmbito municipal;

Considerando que TCE/PR., colocou à disposição um informativo na forma de questionário em que são respondidas as dúvidas mais frequentes sobre licitações e contratos neste período excepcional da pandemia, para atender as demandas dos jurisdicionados, em especial com relação à possibilidade de dispensa de licitação para a aquisição de bens, serviços - incluindo de engenharia - e insumos destinados ao enfrentamento da situação emergencial em saúde pública causada pelo novo coronavírus, de acordo a Lei Federal nº 13.979/20 e Medida Provisória nº 926/20;

Considerando que a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, em Memorando nº 270/2020 (24/04/2020), reitera, no mesmo sentido, a observância da recomendação do TCE/PR;

Considerando que a Controladoria Geral da União (CGU), por meio de Ofício nº 5697/2020/PARANÁ/CGU, (13/04/2020), chancelado de forma conjunta pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Município, (Ofício nº 115/2020/CSCI (15/04/2020), tratando das mesmas recomendações quanto as contratações de bens e serviços relacionados a pandemia.

E ainda recomenda a CGU quanto a necessidade de dar "publicidade" (*princípio da publicidade e Lei de Acesso a Informação*) de todos os atos (fases da contratação), obrigatoriamente, referente a contratação por dispensa de licitação de bens e serviços relacionados a pandemia, em razão das medidas de enfrentamento da emergência de saúde.



Procuradoria Geral do Município

Recomenda esta Procuradoria Jurídica Geral no sentido de que, **toda e qualquer contratação relacionada ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, seja nos moldes e regras previstas Lei nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, (art. 4º da Lei nº 13.979/2020)** observado ainda os seguintes requisitos/condições (principais), dentre outros estabelecidos nas respectivas normas:

- a) ocorrência de situação de emergência (contratação temporária enquanto perdurar a emergência de saúde pública);
- b) necessidade de ponto atendimento da situação de emergência (enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19);
- c) existência de risco a segurança das pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;
- d) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência;
- e) que as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei sejam disponibilizadas no site oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo informações como: o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição, além de outras;
- f) elaboração termo de referência/processo simplificado ou de projeto básico simplificado, ou seja, com elaboração de estudos preliminares simplificados quando se tratar de bens e serviços comuns;
- g) que o procedimento de pesquisa de preços previstos na normativa é simplificado, podendo ser dispensado de forma excepcional e justificada (art. 4º-E, § 2º da Lei Federal nº. 13.979/2020);
- h) **em não se caracterizando a situação de emergência ou não sendo a contratação para atendimento específico da situação emergencial ao combate do Covid-19**, deve ser seguido as formalidades da lei de licitações (Lei nº 8.666/93), o que não estamos a dizer, caso seja possível, seja dispensado de procedimento licitatório ou que não deva ser realizado mesmo para atendimento a situação de emergência relacionada ao coronavírus. Caso a contratação seja específica para o combate ao Coronavírus, e esta não seja de emergência, deve ser precedido de processo licitatório;
- i) Seguir as normativas e orientações do TCE/PR no endereço eletrônico <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/infotce-pr-coronavirus-perguntas-frequentes-licitacoes-e-contratos/327961/area/254>



MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná

Procuradoria Geral do Município

Recomendamos ainda:

Que o Departamento de Compras e Licitações, além dos apontamentos em tela relacionados, que faça o devido acompanhamento de forma constante do informativo do TCE/PR., em razão de novas informações e questionamentos por parte dos demais jurisdicionados no transcorrer do período de pandemia pelo endereço eletrônico <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/infotce-pr-coronavirus-perguntas-frequentes-licitacoes-e-contratos/327961/area/254>.

Que, seguindo a orientação da CGU e TCE/PR., seja dada a "publicidade" (*princípio da publicidade e Lei de Acesso à Informação*) de todos os atos (fases da contratação), obrigatoriamente, referente a contratação por dispensa de licitação de bens e serviços relacionados a pandemia, em razão das medidas de enfrentamento da emergência de saúde, em sítio oficial.

O TCE/PR., recomenda a remessa das informações de 7 (sete) dias úteis antes do prazo para a abertura do certame licitatório, em qualquer das modalidades ou de até 5 (cinco) dias consecutivos após a data da ratificação nos casos de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade

O presente parecer também servirá como regra para as demais compras/contratações, tendo por objeto bens e serviços voltados a excepcionalidade, urgência e emergência por conta da pandemia do Covid-19.

Para as demais situações em que NÃO envolva a aquisição/contratação de bens e serviços relacionados ao combate da pandemia, das medidas de enfrentamento da emergência de saúde, deverá seguir as regras estabelecidas pela Lei de Licitações nº 8.666/93.

É o parecer.

Céu Azul, 16 de abril de 2020.

DR. SIDINEI VANIN JUSTO
PROCURADOR JURÍDICO GERAL
OAB/PR – 46.850

DRª KAMILA VALÉRIA ROCHA DA SILVA
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/PR – 66.479



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL

1www.ceuazul.pr.gov.br

TERÇA-FEIRA, 28/04/2020

ANO: X Nº: 2425 EDIÇÃO DE HOJE: 05 PÁGINA(S)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 8/2020

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 8/2020 – M.C.A

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2020 – M.C.A.

O Município de Céu Azul dispensa a licitação com fundamento no Artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, nos Inciso IV do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Artigo 12 do Decreto Municipal nº 5.815/2020

Do Objeto: Contratação de empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas unidades de saúde dos bairros e central, clínica de fisioterapia, sede administrativa da saúde e paço municipal, conforme Nota Técnica 22/2020/SEI/COSAN/GHCAS/DIRE3/ANVISA como medidas de proteção e segurança necessárias aos riscos de contaminação pelo Coronavírus - Covid 19. Em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.815/2020 que declara situação de emergência. Conforme Ofício 116/2020 – Saúde, Ofício 15/2020/ADM e termo de referência em anexo;

Da Ocorrência da Situação de Emergência (Justificativa da Necessidade da Contratação):

Considerando a confirmação de 3 (três) casos de Covid-19, com mais 4 (quatro) aguardando resultado na data de 28/04/2020.

Tendo em vista as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19.

Considerando a Lei Nº 13.979, de 6 fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Considerando que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde –OMS decretou a disseminação do novo coronavírus como uma pandemia mundial;

Considerando que o art. 37 da Constituição Federal de 1988, inciso XXI, admite a contratação de obras, serviços, compras e alienações com ressalvas em casos especificados na legislação;

Considerando, o Despacho do Presidente da República de 18 de março de 2020, com o reconhecimento pelo Congresso Nacional, da ocorrência de calamidade pública com, efeitos até 31 de dezembro de 2020;

Considerando a Portaria 428 de 19 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional

decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das unidades do Ministério da Saúde no Distrito Federal e nos Estados.

Considerando o Decreto Municipal 5.815/2020, do Município de Céu Azul de 20 de março de 2020, que declara "situação de emergência" no Município de Céu Azul e que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus Covid-19.

Com base no Art. 4º da Lei Nº 13.979, de 6 fevereiro de 2020, onde, Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

Da Necessidade de pronto atendimento da Situação:

Considerando que o serviço não é usualmente utilizado pela Administração Municipal, não tendo assim Registro de Preços ou Contrato em vigência para atender a demanda. Formalizamos a dispensa de licitação, para contratação dos serviços, conforme proposta de preços da empresa J C Soluções Ambientais Ltda, que possui a devida habilidade técnica e regularidade fiscal.

Da Fundamentação Legal para Dispensa:

- Artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.
- Inciso IV do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- Artigo 12 do Decreto Municipal nº 5.815/2020

Do Contratado:

J C Soluções Ambientais Ltda, CNPJ: 32.422.721/0001-86, Rua Arnaldo Busato, 866, Matelândia - PR, CEP 85.887-000.

Dos Serviços e Valor da Contratação:

Item	Qtde de aplic.	Unid.	Descrição dos serviços / local	R\$ Unit. aplicação	R\$ Total
01	32	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Bairro Boa Vista, com 57,19m², com periodicidade de: duas vezes por semana	25,02	800,64
02	64	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Bairro União, com 143,80m², com periodicidade de: quatro vezes por semana	35,95	2.300,80
03	80	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Central,	44,66	3.572,80



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Juraci Gallon.
A Prefeitura Municipal de Céu Azul da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de
<http://www.ceuazul.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

Início



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL

1www.ceuazul.pr.gov.br

TERÇA-FEIRA, 28/04/2020

ANO: X Nº: 2425 EDIÇÃO DE HOJE: 05 PÁGINA(S)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

			com 262,70m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.		
04	80	Aplicação	Serviço de desinfecção do Centro de Especialidades, com 550,69m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	66,08	5.286,40
05	32	Aplicação	Serviço de desinfecção da Clínica de Fisioterapia, com 214,85m², com periodicidade de: duas vezes por semana	36,52	1.168,64
06	80	Aplicação	Serviço de desinfecção da Sede Administrativa da Sec. Da Saúde, com 273,89m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	46,56	3.724,80
07	32	Aplicação	Serviço de desinfecção do paço Municipal, com 795,24m², com periodicidade de: duas vezes por semana	97,52	3.120,64
Total Geral				19.974,72	

Da compatibilidade do valor de contratação com o valor de mercado:

Considerando a comparação dos preços gastos por outro ente público na aquisição de insumos, epei's, bomba de aplicação. Bem como a comparação dos preços propostos aos praticados junto a empresas particulares na cidade constata-se a compatibilidade dos preços e condições a serem contratados. Atendendo ao Parágrafo Terceiro do Art. 4º-E da Lei Federal Nº 13.979/2020.

Da forma de pagamento:

O pagamento será formalizado em até 15 (quinze) dias após a execução dos serviços e apresentação da nota fiscal, mediante depósito em conta bancária do contratado.

Do prazo de execução:

Diante da relevante necessidade, os serviços deverão ser indicados imediatamente e serem mantidos constantemente conforme programação enquanto houver a demanda da desinfecção ou liquidação do serviço do contrato o qual poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites da Lei 13.979/2020.

Da Dotação Orçamentária:

As despesas com a aquisição correção na seguinte dotação orçamentária:
3.3.90.39.99.00.00 Demais Serviços Pessoa Jurídica
Desdobramento: 4773
Fonte: 495 – Atenção Básica

Da Fiscalização: Os serviços serão fiscalizados pela Secretaria de Saúde através de sua equipe técnica.

Dos Anexos: São anexos deste termo de dispensa: Ofício nº 116/2020 – Sec. Saúde, Ofício nº 15/2020 – ADM, Acompanhada do projeto básico, contendo os respectivos despachos, contendo parecer jurídico favorável, pesquisas de preços, documentação da empresa.

Céu Azul, 28 de abril de 2020.

DARY L. STOCCO
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

GERMANO BONAMIGO
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 08/2020

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2020 – M.C.A.

O Município de Céu Azul dispensa a licitação com fundamento no Artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, nos Inciso IV do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Artigo 12 do Decreto Municipal nº 5.815/2020

Do Objeto: Contratação de empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas unidades de saúde dos bairros e central, clínica de fisioterapia, sede administrativa da saúde e paço municipal, conforme Nota Técnica 22/2020/SEI/COSAN/GHCAS/DIRE3/ANVISA como medidas de proteção e segurança necessárias aos riscos de contaminação pelo Coronavírus - Covid 19. Em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.815/2020 que declara situação de



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Juraci Gallon.
A Prefeitura Municipal de Céu Azul da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.ceuazul.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

Início



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL

1www.ceuazul.pr.gov.br

TERÇA-FEIRA, 28/04/2020

ANO: X N°: 2425 EDIÇÃO DE HOJE: 05 PÁGINA(S)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

emergência. Conforme Ofício 116/2020 – Saúde, Ofício 15/2020/ADM e termo de referência em anexo;

Da Fundamentação Legal para Dispensa:

- Artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.
- Inciso IV do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- Artigo 12 do Decreto Municipal nº 5.815/2020

Do Contratado:

J C Soluções Ambientais Ltda, CNPJ: 32.422.721/0001-86, Rua Arnaldo Busato, 866, Matelândia - PR, CEP 85.887-000.

Dos Serviços e Valor da Contratação:

Item	Qtidade de aplic.	Unid.	Descrição dos serviços / local	R\$ Unit. aplicação	R\$ Total
01	32	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Bairro Boa Vista, com 57,19m², com periodicidade de: duas vezes por semana	25,02	800,64
02	64	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Bairro União, com 143,80m², com periodicidade de: quatro vezes por semana	35,95	2.300,80
03	80	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Central, com 262,70m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	44,66	3.572,80
04	80	Aplicação	Serviço de desinfecção do Centro de Especialidades, com 550,69m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	66,08	5.286,40
05	32	Aplicação	Serviço de desinfecção da Clínica de Fisioterapia, com 214,85m², com periodicidade de:	36,52	1.168,64

			duas vezes por semana		
06	80	Aplicação	Serviço de desinfecção da Sede Administrativa da Sec. Da Saúde, com 273,89m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	46,56	3.724,80
07	32	Aplicação	Serviço de desinfecção do paço Municipal, com 795,24m², com periodicidade de: duas vezes por semana	97,52	3.120,64
Total Geral					19.974,72

Céu Azul, 28 de abril de 2020.

GERMANO BONAMIGO
Prefeito Municipal



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Juraci Gallon.
A Prefeitura Municipal de Céu Azul da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.ceuazul.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

Início

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE

THE CHINESE



Município de Céu Azul

Prefeitura Municipal

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

[Início](#)[Geral](#)[Gestão de Pessoas](#)[Orçamento](#)[Administração](#)[Portal da transparência](#)[Administração](#)[Licitações na íntegra](#)[Dispensa de Licitação](#)[Atos normativos](#)[Voltar ao site](#)[Acesso rápido TAC MPPR](#)

Dispensa de Licitação N° 008/2020 - Desinfecção de ambientes

Dispensa de Licitação N° 008/2020 - Desinfecção d...

Categoria: Dispensa de Licitação

Publicado: Quarta, 29 Abril 2020

Download de arquivos

Arquivo	Descrição	Tamanho do	Modificado em
	Arquivo	Arquivo	
 Ratificação por Justificativa 8-2020 - Desinfecção.pdf		811 kB	29/04/2020 13:32
 Dispensa por Justificativa 8-2020 - Desinfecção.pdf		2156 kB	29/04/2020 13:32

Edital

Ratificação

[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais	
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Ano*	2020
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	8
Modalidade*	Processo Dispensa
Número edital/processo*	117
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito	
Instituição Financeira	
Contrato de Empréstimo	
Descrição Resumida do Objeto*	Contratação de empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas unidades de saúde dos bairros e central, clínica de fisioterapia, sede administrativa da saúde e paço municipal, conforme Nota Técnica 22/2020/SEI/COSAN/GHCAS/DIRE3/ANVISA como medidas de proteção
Dotação Orçamentária*	1220103010008105300033903900
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	19.974,72
Data Publicação Termo ratificação	28/04/2020
Data de Lançamento do Edital	
Data da Abertura das Propostas	
Há itens exclusivos para EPP/ME?	☐
Há cota de participação para EPP/ME?	☐
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	☐
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	☐
Percentual de participação:	0,00
Data Cancelamento	

[Editar](#) [Excluir](#)

CPF: 74060066915 ([Logout](#))



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail: sec.saude@netceu.com.br

Ofício nº 116/2020

Céu Azul, 28 de abril 2020.

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná
PROTOCOLADO

Nº 417
Data: 28/4/2020

Senhor

Germano Bonamigo

Prefeito Municipal.

Assunto: Contratação de Empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas Unidades de Saúde, dos Bairros União, Central, Iguaçu, Boa Vista, Clínica de Fisioterapia e Secretaria de Saúde.

Senhor

Considerando o Decreto Nº 5.815/2020, de 20 de março de 2020 que Declara “situação de emergência” no Município de Céu Azul, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19, e o Decreto N. 5.853/2020 de 06 de abril de 2020 que dispõe sobre novas medidas e consolidação de enfrentamento do COVID 19.

Considerando a necessidade imediata, pela confirmação de 3 casos de Covid-19 na data de 28/04/2020, com mais 4 aguardando resultado;

Considerando que trata-se de serviço comum a ser contratado diretamente, por dispensa de licitação, com fulcro no **art. 4º da Lei nº 13.979/20**.

A Secretaria de Saúde solicita a contratação por Dispensa de Licitação da Empresa JC Soluções Ambientais, pelo período de 16 semanas (4 meses), com o valor total de R\$ **16.854,08**. **Conforme Projeto Básico em anexo, juntamente com todo detalhamento e documentação para a Contratação do serviço.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Emendas Parlamentares para a Saúde.

Fonte: 495

Despesa: 4688

SUPERÁVIT 2019

— D despesa 21773.

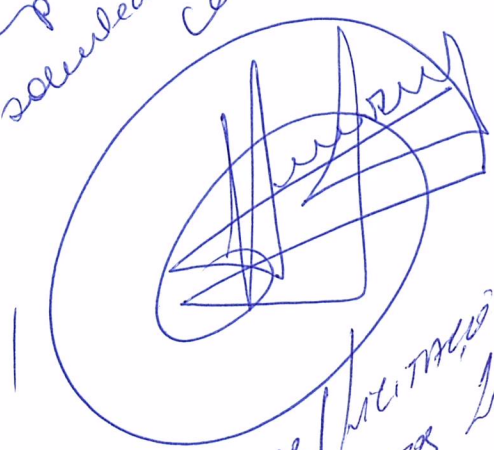
Atenciosamente,

Silvia Franceschini

Secretária de Saúde

Decreto 5.345/2018.

AC
Secretaria de Finanças
Depto de compras e licitações
p/ providências cabíveis e
saneado, anexo do
CCE nº 1, 28/04/2020



AO
DEPTO COMPRAS/LICITAÇÕES
PARA OS PROCEDIMENTOS LÉGIS
DE CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS
CONFORME OFÍCIO, PROJETO BÁSICO
E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM
ANEXO.

S.F. 28/04/2020


Dayvids Stocco
Secretário de Finanças
Decreto Nº 5.851/2020



Município de Céu Azul

Estado do Paraná

Ofício 015/2020/ADM
Céu Azul, 28 de abril de 2020.

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
Estado do Paraná
PROTOCOLO

Nº 422
Data 28/4/2020

Ao Excelentíssimo Senhor
Germano Bonamigo
Prefeito
Céu Azul - PR

Assunto: Solicita serviço de desinfecção do Paço com quaternário de amônia

Considerando que no Paço Municipal trabalham diariamente aproximadamente cinquenta servidores de diversas Secretarias e outros precisam se deslocar até o referido espaço para o desempenho, mesmo que temporário de suas funções;

Considerando que diariamente inúmeros representantes de fornecedores, empreiteiros e a população em geral, residentes ou não no Município de Céu Azul, adentram ao espaço público em questão;

Considerando o período de pandemia ocasionado pela COVID-19, que tem modificado as rotinas de trabalho em todo o mundo;

Considerando que muitas vezes podem existir pessoas contaminadas pela COVID-19 e serem assintomáticas;

Solicitamos à Vossa Senhoria a possibilidade de realizar a desinfecção do Paço Municipal com quaternário de amônia duas vezes por semana durante quatro meses, conforme termo de referência formulada pela Secretaria de Saúde (anexa).

A despesa decorrente deste serviço será de R\$ 97,52 por dia executado para uma área de 795,24 metros quadrados.

PAÇO MUNICIPAL

Área (m ²)	Valor m ²	Custo/dia	Custo/mês	Custo/4 meses
795,24	R\$ 0,10	R\$ 97,52	R\$ 780,16	R\$ 3.120,64

Respeitosamente,

Caroline Pasquetti
Secretária de Administração

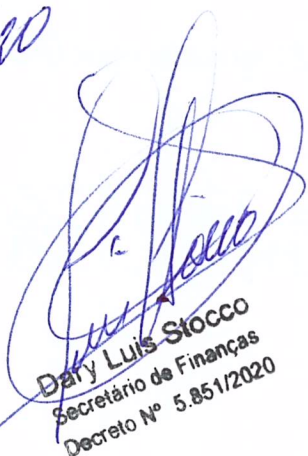
Do. M. Dary Stocco,
Secretário de Finanças,
Autorizo o envio.

28/04/2020



PO
DEBTO COMPRAS/LICITAÇÕES
PARA OS PROCEDIMENTOS LEBNIS
DE CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS
CONFORME OFÍCIO EM ANEXO.

S.F. 26/04/2020


Dary Luis Stocco
Secretário de Finanças
Decreto Nº 5.851/2020



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail: sec.saude@netceu.com.br

031

NOTA EXPLICATIVA

O presente Termo visa a subsidiar a Administração na contratação direta relacionada ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, causador da COVID-19.

PROJETO BÁSICO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – COVID-19 – LEI Nº 13.979/2020

Dispensa de Licitação

Anexo I ao Ofício 116/2020/Saúde e Ofício 015/2020/ADM

Secretaria de Saúde de Céu Azul

1.0 DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas Unidades de Saúde, dos Bairros União, Central, Iguaçu, Boa Vista, Clínica de Fisioterapia e Secretaria de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	METRAGEM ÚTIL	VALOR DIA R\$
1	UBS da Boa Vista	57,19 m2	25,02
2	UBS do Bairro União	143,80 m2	35,95
3	UBS Central	262,70 m2	44,66
4	Centro de Especialidades	550,69 m2	66,08
5	Clínica de Fisioterapia	214,85 m2	36,52
6	Secretaria de Saúde	273,89	46,56
7	Paço Municipal	795,24	97,52

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum de desinfecção de ambientes com quaternário de amônios nas Unidades de Saúde do Município de Céu Azul;



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cêú Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

032

- 1.3. Os quantitativos e respectivas metragens dos estabelecimentos são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por valor global, conforme a execução da desinfecção de cada estabelecimento.
- 1.5. O contrato terá vigência pelo período de 120 dias prorrogável por períodos sucessivos, **enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional**, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Sr. Ministro de Estado da Saúde.

***Nota explicativa:** Nos termos do art. 4º. –H da Lei 13.979, de 2020, os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.*

Valores e Pesquisa de Preços: O art. 4º-E, §1º, VI da Lei nº 13.979/20 prevê como elemento do Projeto Básico a estimativa de preços, obtida por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: a) Portal de Compras do Governo Federal; b) pesquisa publicada em mídia especializada; c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; d) contratações similares de outros entes públicos; ou e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores.

A utilização de mais de uma fonte de pesquisa (“cesta de preços”), bem como a preferência pela checagem de contratações anteriores do poder público tendem a gerar resultados melhores, mas nenhuma dessas medidas é indispensável para dar validade jurídica à pesquisa de preços realizada, bastando, nos termos da lei, o uso de uma das fontes lá indicadas. Cabe ao administrador verificar, de acordo com o objeto a ser contratado e a urgência da demanda, se o uso de uma “cesta de preços” e/ou a preferência pelo Painel de Preços ou contratações similares do Poder Público é viável, conveniente e oportuna.

Saliente-se que o art. 4º-E, §2º possibilita a dispensa de qualquer estimativa de preços, desde que mediante justificativa da autoridade competente. Além disso, o §3º do mesmo artigo permite a contratação, ainda que os preços sejam superiores ao obtido na estimativa. Nesse caso, se houver suspeita de abuso no preço, recomenda-se sejam acionados os órgãos de proteção ao consumidor e de defesa da concorrência, sem prejuízo de posterior busca, inclusive judicial, do ressarcimento dos valores indevidamente pagos, caso confirmado esse abuso.

Além disso, o §3º do mesmo artigo permite a contratação, ainda que os preços sejam superiores ao obtido na estimativa. Nesse caso, se houver suspeita de abuso no preço, recomenda-se sejam acionados



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail: sec.saude@netceu.com.br

033

os órgãos de proteção ao consumidor e de defesa da concorrência, sem prejuízo de posterior busca, inclusive judicial, do ressarcimento dos valores indevidamente pagos, caso confirmado esse abuso.

Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que:

a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo de contratação, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

Considerando o momento crítico que a saúde global está passando devido ao Coronavírus (COVID-19), o qual foi declarado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS, além de casos já confirmados no estado do Paraná pela Secretaria de Saúde, sendo 3 (três) casos confirmados até o presente momento na cidade de Céu Azul, e mais 4 (quatro) casos que aguardam resultado de exames em isolamento domiciliar, essa solicitação de compra emergencial visa garantir o atendimento a **Nota Técnica 22/2020** – para procedimentos de desinfecção em locais públicos realizados durante a pandemia do Corona Vírus do Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde, para a realização de desinfecção de espaços públicos do Município, com o intuito de diminuir a proliferação do vírus nesses espaços.

Considerando a nota técnica 22/2020 em anexo que trata da Recomendação e alertas sobre procedimentos de desinfecção em locais públicos realizados durante a pandemia da COVID-19, em anexo;

Considerando que, para a eficácia da aplicação, o produto deve ser diluído e aplicado de forma correta, por profissional treinado;

É importante ressaltar que são necessárias medidas de controle e prevenção de infecção para tentar reduzir ao máximo possível a transmissão do vírus. O descritivo e a quantidade foram levantadas considerando a necessidade de nebulização em diversos espaços públicos.

O uso de produtos para limpeza e desinfecção de superfícies (saneantes) é um aliado importante para prevenir infecções pelo novo coronavírus (Covid-19). Por isso, a Anvisa recomenda aos consumidores a utilização somente de produtos regularizados. O ideal é dar preferência aos saneantes classificados nas categorias “Água Sanitária” e “Desinfetante para Uso Geral”.

A capacidade do vírus permanecer por tanto tempo apenas ressalta a importância da higiene das mãos e da limpeza e desinfecção de superfícies. A pandemia de coronavírus fez com que governo federal, estados e municípios anunciassem diversas medidas para tentar conter a transmissão da doença Covid-19 no Brasil.



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

034

Além disso, o Município de Céu Azul elaborou o Decreto N. 5.853/2020 de 06 de abril de 2020 que dispõe sobre novas medidas e consolidação de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID 19.

O Artigo 4º, inciso X menciona que se deve intensificar a limpeza das superfícies e ambientes, devendo-se higienizar antes do início das atividades e durante o período de funcionamento com intervalo máximo de 03 horas, os pisos e banheiros, com desinfetante com potencial para desinfecção que incluem aqueles à base de cloro, álcool, fenóis e iodóforos e o quaternário de amônia.

O quaternário de amônia comercial é classificado como um desinfetante, agente químico de um grupo muito diversificado de produtos, que reduz o número de micro-organismos e vírus ambientais presentes, removendo-os ou destruindo-os.

Sua atividade virucida se baseia no rompimento do envelope, uma bicamada fosfolipídica que é altamente suscetível aos métodos de limpeza e desinfecção. Como regra geral, os quaternários de amônia não são corrosivos e são estáveis na diluição em uso. São amplamente utilizados como desinfetantes de equipamentos e superfície, são fungicidas, bactericidas e virucidas contra vírus lipofílicos envelopados.

***Nota Explicativa:** O art. 4º-G traz um procedimento especial de contratação apenas nos casos de bens ou serviços que sirvam ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Cabe ao Projeto Básico não só justificar a demanda da administração em si, mas também demonstrar a relação que há entre o serviço a ser contratado e o objetivo específico de enfrentar a situação de emergência tratada pela Lei.*

Registre-se que o art. 4º-B da mesma Lei já presume alguns pontos que dispensam justificativas ou comprovações, quais sejam: ocorrência de situação de emergência; necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

3. Justificativa da Escolha do Contratado:

Considerando a inexistência de demais fornecedores para fornecimento do objeto solicitado na região;

Considerando não haver parâmetros de valores de outros Entes Públicos para a finalidade;

Considerando as contratos firmados pelo fornecedor, com estabelecimentos comerciais em anexo, sendo **a Empresa Bazzo Gestão Empresarial e Contábil com o valor de R\$ 0,57 o m2, para um ambiente de 35m2, e da Empresa Stefanoski e Stefanoski Ltda, com o valor de R\$ 0,52 o m2**



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

035

em um ambiente de 38m², o que comparado com o Quadro 1 que trata dos valores por área do estabelecimento da proposta do fornecedor se enquadraria na faixa de preços 1, de 0-49,99m² sendo o valor apresentando para o Município a R\$ 0,50/m², comprovando que o valor praticado encontra-se dentro dos valores de mercado, estando em condições para a contratação;

Considerando que os Municípios estão formalizando a aquisição dos materiais para a execução da desinfecção utilizando a mão de obra própria da instituição;

Considerando que o Município não possui mão de obra para a realização dos serviços, por estar com seu quadro de funcionários públicos reduzidos; além dos valores dos itens necessários a execução do objeto pela administração serem proporcionalmente igual ou superior ao custo do serviço contratado; conforme compra efetuada pelo Município de Cascavel em anexo,

Considerando a necessidade imediata, pela confirmação de 3 casos de Convid-19 na data de 27/04/2020, com mais 4 aguardando resultado;

Considerando o resultado positivo para 3 Municípios, até a data de 28/04/2020, e com histórico de circulação na Unidade de Saúde do Bairro Iguaçu para coleta de material para investigação antes da confirmação do quadro, se fez necessário que os serviços se iniciassem na data de 28/04/2020 para prevenção e eliminação de possível meios de contaminação de forma emergencial;

Considerando que a Empresa apresentou a documentação pertinente ao produto a ser utilizado;

Considerando registro na ANVISA conforme anexo do produto a ser aplicado, da Marca **DUL GERM H**;

A solicitação da dispensa de licitação para contratação dos serviços especializados, obedecem os princípios norteadores da Lei 13-979/2020, que trata de forma clara a específica sobre os insumos e serviços destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância decorrente de coronavírus. E o DECRETO Nº 5.815/2020, de 20 de março de 2020 que Declara “situação de emergência” no Município de Céu Azul, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19, por se tratar de situação extraordinária de ameaça direta que pode causar instabilidade no Município, assim como a infestação pelo mosquito “Aedes Aegypti”.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A presente contratação consiste como medida de enfrentamento à Emergência em Saúde Pública declarada no Município de Céu Azul pelo DECRETO Nº 5.815/2020, de 20 de março de 2020 que Declara “situação de emergência” no Município de Céu Azul, para fins de prevenção e enfrentamento à



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail: sec.saude@netceu.com.br

036

epidemia da COVID-19, por se tratar de situação extraordinária de ameaça direta que pode causar instabilidade no Município, assim como a infestação pelo mosquito “Aedes Aegypti” em razão de pandemia de COVID-19.

A realização específica deste processo justifica-se pela necessidade do emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação das infecções respiratórias causadas pelo novo Coronavírus — COVID-19.

Soma-se a isso, a perspectiva de aumento exponencial dos casos de Coronavírus (COVID-19) no nosso Estado e no Município, o que poderá levar ao colapso de nosso sistema de saúde com demanda maior que a oferta de leitos, como tem ocorrido em outros países.

***Nota Explicativa:** O art. 4º-E, §1º, III prevê que basta que o Projeto Básico tenha a “descrição resumida da solução apresentada”. Ainda assim, é necessário incluir as informações necessárias à compreensão do objeto a ser contratado, de modo a evitar erros na prestação dos serviços e dar segurança ao próprio interessado em participar no certame.*

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Trata-se de serviço comum a ser contratado diretamente, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 4º da Lei nº 13.979/2020.

***Nota Explicativa:** A natureza comum do serviço é relevante para a dispensa de estudos preliminares de que trata o art. 4º-C da Lei nº 13.979/20, ainda que se trata de contratação direta.*

5.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.2. Ações a serem realizadas pela JC Soluções Ambientais:

Para o trabalho de desinfecção de ambientes com quaternário de amônios empreendimentos da área da saúde e afins do Município de Céu Azul -Pr, a JC Soluções Ambientais fará as seguintes ações:

- **Fornecimento de mão-de-obra treinada para a execução do trabalho;**



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

037

- Fornecimento do produto químico Dull Germ H(desinfetante à base de Quaternário de Amônia com adição de tensoativos biodegradáveis) com os documentos do produto impressos(Ficha Técnica, FISPQ e Registro da ANVISA–AnexoI)para o arquivamento em cada ponto de aplicação
- Fornecimento do Atomizador da marca Guarany para a desinfecção do ambiente;
- Fornecimento de adesivo para comunicação visual aos servidores e munícipes, e órgãos fiscalizadores referente às desinfecções realizadas pela JC Soluções Ambientais.
- Declaração do contratante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO

A aplicação do produto será realizada da seguinte forma:

- O horário de aplicação será acordado entre o contratante e a contratada e deverá acontecer sempre após a higienização do local, sendo possível antes ou após o expediente;
- O tempo de aplicação será de acordo com a área aplicada, não devendo exceder o tempo de 30 minutos para os empreendimentos com área maior de 900 m².
- Esta será feita através de uma camada fina que não escorra na parede
- Aparelhos eletrônicos como desktop, notebook e impressoras deverão ser cobertos com sacos plásticos para evitar quaisquer danos aos mesmos;
- O tempo para a secagem do produto é de aproximadamente 5 minutos. Posterior a isso, a circulação de pessoas pode retornar normalmente.

Resultados esperados:

Ao final da prestação de serviços espera-se:-Ambiente livre de qualquer contaminação por vírus, em especial o COVID-19, fungos e bactérias por um período de 24 horas;

-Servidores e munícipes satisfeitos e seguros;

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

ITEM	DESCRIÇÃO	METRAGEM ÚTIL	FREQUÊNCIA
1	UBS da Boa Vista	57,19 m ²	2 vezes por semana
2	UBS do Bairro União	143,80 m ²	Diária



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cêú Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

038

3	UBS Central	262,70 m2	Diária
4	Centro de Especialidades	550,69 m2	Diária
5	Clínica de Fisioterapia	214,85 m2	2 vezes por semana
6	Secretaria de Saúde	273,89m2	Diária
7	Paço Municipal	795,24	2 vezes por semana

7.2. A execução dos serviços será iniciada em 28/04/2020.

7.3. Do valores por área:

Quadro 1 Relação dos valores de acordo com a área do empreendimento

. Faixa de preços	Área (m2)	Valores (R\$/m2)
1	0 - 49,99 m2	R\$ 0,50/ m2
2	50 - 99,99 m2	R\$ 0,35/ m2
3	100 - 199,99 m2	R\$ 0,25/ m2
4	200 - 299,99 m2	R\$ 0,17/ m2
5	300 - 499,99 m2	R\$ 0,15/ m2
6	500 - 749,99 m2	R\$ 0,12/ m2
7	750 - 999,99 m2	R\$ 0,10/ m2
8	1.000 - 1.499,99 m2	R\$ 0,09/ m2
9	1.500 - 1.999,99 m2	R\$ 0,08/ m2

7.4. Do detalhamento dos estabelecimentos:

UNIDADES DE SAÚDE					
Local	Área total de aplicação	Faixa de preços	Valor (R\$/m2)	Custo deslocamento (R\$)	Custo Total (R\$/dia)
UBS Boa Vista	57,19	2	R\$0,35	R\$5,00	R\$25,02
UBS Bairro União	143,80	3	R\$0,25	R\$0,00	R\$35,95



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

039

UBS Central	262,70	4	R\$0,17	R\$0,00	R\$44,66
Centro de Especialidades	550,69	6	R\$0,12	R\$0,00	R\$66,08
Clínica de Fisioterapia	214,85	4	R\$0,17	R\$0,00	R\$36,52
Secretaria de Saúde	273,89	4	R\$0,17	R\$ 0,00	R\$ 46,56
Paço Municipal	795,24	7	R\$ 0,10	R\$ 0,00	R\$ 97,52

UBS BOA VISTA

Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Recepção	10,30	3,30	33,99
Ambulatório	3,60	2,00	7,20
Acolhimento	3,20	2,70	8,64
Banheiro M	2,30	1,60	3,68
Banheiro F	2,30	1,60	3,68
Área Total (m²)		57,19	

UBS BAIRRO UNIÃO

Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Recepção	5,37	4,00	21,48
Corredor	13,00	1,00	13,00
Banheiro	3,26	2,50	8,15
Banheiro M	2,52	1,56	3,93
Banheiro F	2,52	1,56	3,93
Saguão	11,13	3,35	37,29
Sala Preparo	3,42	2,51	8,58
Sala Curativo	3,42	2,05	7,01
Cons. Odonto	4,98	4,68	23,31
Cons. Ginec.	3,30	2,51	8,28
Cons. Médico	3,40	2,60	8,84
Área Total (m²)		143,80	



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

040

UBS CENTRAL

Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Hall entrada	6,00	4,80	28,80
Recepção	3,00	3,00	9,00
Circulação I	10,00	3,70	37,00
Circulação II	5,10	2,15	10,97
Circulação III	5,00	3,70	18,50
Saguão	12,00	4,70	56,40
Banheiro Func.	3,70	2,64	9,77
Banheiro M	2,84	2,66	7,55
Banheiro F	2,84	2,66	7,55
Preparo	3,70	2,50	9,25
Imunização	3,79	3,40	12,89
Ambulatório I	3,70	2,50	9,25
Ambulatório II	3,70	2,50	9,25
Sala Enfermeira	3,70	2,50	9,25
Cons. Médico I	3,70	2,50	9,25
Cons. Médico II	3,70	2,50	9,25
Cozinha	3,70	2,37	8,77
Área Total (m²)	262,70		

CENTRO DE ESPECIALIDADES

Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Hall	4,63	2,70	12,50
Epidemiologia	5,00	2,97	14,85
Ambulatório	5,00	2,97	14,85
Inalação	5,00	1,97	9,85
Imunização	5,00	2,97	14,85
CEAF	5,00	2,97	14,85
Farmácia	10,00	8,22	82,20
Consultório I	5,00	3,21	16,05
Consultório II	5,00	3,21	16,05
Consultório III	5,00	3,27	16,35



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

041

Sala Eco	5,00	3,47	17,35
Corredor	10,20	1,94	19,79
Coleta	5,00	3,25	16,25
Laboratório	7,66	5,21	39,91
Banheiro M	5,19	5,09	26,42
Banheiro F	5,19	5,09	26,42
Corredor WC	3,56	1,45	5,16
Saguão	17,00	11,00	187,00
Área Total (m²)	550,69		

CLÍNICA DE FISIOTERAPIA

Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Recepção	4,88	3,57	17,42
Área Fisio I	13,00	4,87	63,31
Circulação	6,90	3,47	23,94
Sala I	4,17	2,63	10,97
Sala II	4,17	2,63	10,97
Sala III	3,88	3,45	13,39
Área Fisio II	7,00	6,76	47,32
Escritório	3,88	3,50	13,58
Cozinha	3,90	1,95	7,61
Banheiro I	2,45	1,35	3,31
Banheiro II	2,34	1,30	3,04
Área Total (m²)	214,85		

SECRETARIA DE SAÚDE

Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Parte Frontal	7,20	2,00	14,40
Hall de entrada	6,70	5,20	34,84
Corredor geral	28,00	2,00	56,00
Depto. Administ.	5,45	2,60	14,17
Agend. Especialid.	3,55	2,60	9,23
Direção Administ.	3,55	2,60	9,23



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cêú Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

042

Secretária Saúde	3,55	2,60	9,23
Controle de Aval.	3,55	2,60	9,23
Administrativo	3,55	2,60	9,23
Ser. Social	3,55	2,60	9,23
Auditório	4,05	3,55	14,38
Cozinha	5,70	3,55	20,24
Psicologia	4,80	3,55	17,04
Escada acesso lat.	3,00	1,10	3,30
Porta acesso lateral	1,90	1,00	1,90
Vigilância Am. End.	5,90	3,55	20,95
Vigilância Sanitária	6,00	3,55	21,30
Área Total (m²)	273,89		

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- Fornecimento de mão-de-obra treinada para a execução do trabalho;
- Fornecimento do produto químico Dull Germ H(desinfetante à base de Quaternário de Amônia com adição de tensoativos biodegradáveis) com os documentos do produto impressos(Ficha Técnica, FISPQ e Registro da ANVISA–Anexo I)para o arquivamento em cada ponto de aplicação;-Fornecimento do Atomizador da marca Guarany para a desinfecção do ambiente;
- Fornecimento de adesivo para comunicação visual aos servidores e munícipes, e órgãos fiscalizadores referente às desinfecções realizadas pela JC Soluções Ambientais.

Nota explicativa: Este item só deverá constar no Projeto Básico caso os serviços englobem também a disponibilização de material de consumo e de uso duradouro em favor da Administração, devendo, nesse caso, ser fixada a previsão da estimativa de consumo e de padrões mínimos de qualidade. O CATMAT disponibiliza especificações técnicas de materiais com menor impacto ambiental (CATMAT Sustentável).

[Faint, illegible text covering the majority of the page, likely bleed-through from the reverse side.]



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cêu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail: sec.saude@netceu.com.br

043

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Nota explicativa: As obrigações que seguem, tanto da contratante como da contratada, são meramente ilustrativas. O órgão ou entidade contratante deverá adaptá-las ou suprimi-las, em conformidade com as peculiaridades do serviço de engenharia de que necessita.

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 9.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 1, 1861. It is a very long letter, and it contains a great deal of information about the state of the Union at that time. The President talks about the progress of the country, the state of the economy, and the state of the Union. He also talks about the problems that the country is facing, and he offers some suggestions for how to solve them.

The second part of the document is a report from the Secretary of the Treasury, dated January 1, 1861. It is a very long report, and it contains a great deal of information about the state of the Treasury at that time. The Secretary talks about the state of the Treasury, the state of the economy, and the state of the Union. He also talks about the problems that the Treasury is facing, and he offers some suggestions for how to solve them.

The third part of the document is a report from the Secretary of the Interior, dated January 1, 1861. It is a very long report, and it contains a great deal of information about the state of the Interior at that time. The Secretary talks about the state of the Interior, the state of the economy, and the state of the Union. He also talks about the problems that the Interior is facing, and he offers some suggestions for how to solve them.

The fourth part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It is a very long report, and it contains a great deal of information about the state of the War at that time. The Secretary talks about the state of the War, the state of the economy, and the state of the Union. He also talks about the problems that the War is facing, and he offers some suggestions for how to solve them.

The fifth part of the document is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1861. It is a very long report, and it contains a great deal of information about the state of the Navy at that time. The Secretary talks about the state of the Navy, the state of the economy, and the state of the Union. He also talks about the problems that the Navy is facing, and he offers some suggestions for how to solve them.

The sixth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It is a very long report, and it contains a great deal of information about the state of the State at that time. The Secretary talks about the state of the State, the state of the economy, and the state of the Union. He also talks about the problems that the State is facing, and he offers some suggestions for how to solve them.

The seventh part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It is a very long report, and it contains a great deal of information about the state of the War at that time. The Secretary talks about the state of the War, the state of the economy, and the state of the Union. He also talks about the problems that the War is facing, and he offers some suggestions for how to solve them.

The eighth part of the document is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1861. It is a very long report, and it contains a great deal of information about the state of the Navy at that time. The Secretary talks about the state of the Navy, the state of the economy, and the state of the Union. He also talks about the problems that the Navy is facing, and he offers some suggestions for how to solve them.

The ninth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It is a very long report, and it contains a great deal of information about the state of the State at that time. The Secretary talks about the state of the State, the state of the economy, and the state of the Union. He also talks about the problems that the State is facing, and he offers some suggestions for how to solve them.

The tenth part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It is a very long report, and it contains a great deal of information about the state of the War at that time. The Secretary talks about the state of the War, the state of the economy, and the state of the Union. He also talks about the problems that the War is facing, and he offers some suggestions for how to solve them.



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

044

- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.12. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 9.13. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Nota Explicativa. Nas contratações de serviços, cada vício, defeito ou incorreção verificada pelo fiscal do contrato reveste-se de peculiar característica. Por isso que, diante da natureza do objeto contratado, é impróprio determinar prazo único para as correções devidas, devendo o fiscal do contrato, avaliar o caso concreto, para o fim de fixar prazo para as correções.

- 9.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.15. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem
- 9.16. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 9.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

[Faint, illegible text covering the majority of the page, likely bleed-through from the reverse side.]



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail: sec.saude@netceu.com.br

045

- 9.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.19. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 9.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 9.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.23. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 9.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico;
- 9.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 9.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.28. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cêu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

046

9.29. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

9.29.1. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.29.2. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Emendas Parlamentares para a Saúde.

Fonte: 495 Despesa: 4688 SUPERÁVIT 2019

11. Execução e valores DO OBJETO:

- Os dias e horários serão executados conforme solicitação da Secretaria de Saúde.

ITE M	Estabelecimento	Frequência Semana	Valor	Previsão para 4 meses ou 16 semanas	Total geral R\$
1	UBS da Boa Vista	2	R\$25,02	32 aplicações	800,64
2	UBS do Bairro União	4	R\$35,95	64 aplicações	2.300,80
3	UBS Central	5	R\$44,66	80 aplicações	3.572,80
4	Centro de Especialidades	5	R\$66,08	80 aplicações	5.286,40
5	Clínica de Fisioterapia	2	R\$36,52	32 aplicações	1.168,64
6	Secretaria de Saúde	5	R\$ 46,56	80 aplicações	3.724,80
7	Paço Municipal	2	R\$ 97,52	32 aplicações	3.120,64
Total geral					19.974,72



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cêu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail: sec.saude@netceu.com.br

047

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

Nota Explicativa: A fiscalização deve amoldar-se às peculiaridades do serviço. Os itens a seguir apresentados são ilustrativos, são integralmente modificáveis.

Independentemente da utilização desse item, registre-se que, no caso de serviços, o Gerenciamento de Riscos de que trata a IN SEGES/MP nº 5/2017 passa a ser exigível durante a gestão contratual, conforme art. 4º-D da Lei nº 13.979/2020, de modo que a Administração deve, pelo menos, elaborar Mapa de Riscos relativo a essa fase e monitorá-lo, na forma da Instrução Normativa supracitada.

12.1. O Controle e fiscalização, irá acontecer diariamente, pela Enfermeira responsável por cada estabelecimento mencionado acima, devendo para tanto, ser preenchido planilha diária da execução dos serviços.

12.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

12.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail: sec.saude@netceu.com.br

048

legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13. GESTOR

Nome: Silvia Franceschini

Cargo: Secretária da Saúde de Céu Azul

14. FISCAL RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO OBJETO

Nome: Nilda Maria dos Santos

Cargo: Coordenadora de Atenção Primária.

14.1. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.2. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

049

14.3. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.4. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.5. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.6. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

- A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- Será autuado o processo de dispensa de licitação, nos termos da Lei. Após, serão lavrados os respectivos termos de contrato com o fornecedor.

The fifth part of the document outlines the responsibilities of the personnel involved in the record-keeping process. It states that all staff members should be trained in the proper procedures for recording transactions and should be held accountable for their actions. This ensures that the records are maintained consistently and accurately.

The seventh part of the document outlines the process for archiving the records. It states that once the records have been reviewed and found to be accurate, they should be archived in a secure location. This ensures that the records are preserved for future reference and that they are not lost or damaged.

The ninth part of the document outlines the process for updating the records. It states that any changes to the records should be made in a systematic and controlled manner. This ensures that the records remain accurate and that any updates are properly documented.

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

050

- O pagamento será feito por meio de depósito ou transferência bancária.
- O prazo de pagamento será feito mensalmente, com apresentação do formulário de controle de aplicações conforme anexo III da Proposta de preços;
- **Caso no corrente mês, não seja executado todos os dias previsto, por situações como feriados, ponto facultativo ou outro motivo, a data deverá ser descontada no montante total para pagamento;**
- O pagamento será feito no dia 10 de cada mês.
- **Deverá ser entregue juntamente com a NF, os relatórios mensais da desinfecção por estabelecimento, assinado pelo profissional responsável.**

Nota explicativa: O Art. 40 da Instrução Normativa nº 5/2017 estabelece os tipos de fiscalização possíveis de serem utilizadas nas contratações públicas. Cabe à área demandante estabelecer, de acordo com as características e a complexidade do objeto a ser contratado, quais tipos de fiscais e quais procedimentos de fiscalização e gestão contratual serão utilizados em cada caso.

15.1.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.1.1.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Nota Explicativa 2: A IN 05/2017 SEGES/MP alterou profundamente a sistemática de pagamento, deixando claro que a emissão da Nota Fiscal só se dará após o recebimento do serviço. Ademais, houve uma pormenorização do procedimento de recebimento, definindo-se os papéis dos atores envolvidos. Assim, a emissão da Nota somente após todas as verificações e acertamento do valor devido facilita o pagamento dentro do prazo máximo de 30 dias, conforme disposto no artigo 40, XIV, "a", da Lei 8.666, de 1993, bem como de acordo com a alínea "b" do item 4 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, e possibilita que a retenção tributária seja realizada no tempo adequado para o efetivo recolhimento.



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

15.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Nota Explicativa: Atentar para o prazo máximo de 30 dias para pagamento, conforme disposto no artigo 40, XIV, “a”, da Lei 8.666, de 1993.

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do serviço, conforme este Projeto Básico

15.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 15.3.1. o prazo de validade;
- 15.3.2. a data da emissão;
- 15.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 15.3.4. o período de prestação dos serviços;
- 15.3.5. o valor a pagar; e
- 15.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.3.7. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços



Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Céu Azul - Estado do Paraná
Rua Santos Dumont, 325 Centro – CEP 85840-000 Fone/Fax (45) 3266 1687
CNPJ 762064730001-01 e-mail:sec.saude@netceu.com.br

052

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

13.1.5. cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

Nota explicativa: A autoridade poderá incluir na tabela de infrações outras condutas que entender necessárias, pertinentes ao serviço prestado, ou retirar as que entender serem inadequadas ao objeto contratual em questão.

Céu Azul, 28 de abril de 2020

Silvia Franceschini
Secretária de Saúde
Decreto 5.345/2018.

The first of these is the fact that the
 second of these is the fact that the
 third of these is the fact that the
 fourth of these is the fact that the
 fifth of these is the fact that the
 sixth of these is the fact that the
 seventh of these is the fact that the
 eighth of these is the fact that the
 ninth of these is the fact that the
 tenth of these is the fact that the
 eleventh of these is the fact that the
 twelfth of these is the fact that the
 thirteenth of these is the fact that the
 fourteenth of these is the fact that the
 fifteenth of these is the fact that the
 sixteenth of these is the fact that the
 seventeenth of these is the fact that the
 eighteenth of these is the fact that the
 nineteenth of these is the fact that the
 twentieth of these is the fact that the
 twenty-first of these is the fact that the
 twenty-second of these is the fact that the
 twenty-third of these is the fact that the
 twenty-fourth of these is the fact that the
 twenty-fifth of these is the fact that the
 twenty-sixth of these is the fact that the
 twenty-seventh of these is the fact that the
 twenty-eighth of these is the fact that the
 twenty-ninth of these is the fact that the
 thirtieth of these is the fact that the
 thirty-first of these is the fact that the
 thirty-second of these is the fact that the
 thirty-third of these is the fact that the
 thirty-fourth of these is the fact that the
 thirty-fifth of these is the fact that the
 thirty-sixth of these is the fact that the
 thirty-seventh of these is the fact that the
 thirty-eighth of these is the fact that the
 thirty-ninth of these is the fact that the
 fortieth of these is the fact that the
 forty-first of these is the fact that the
 forty-second of these is the fact that the
 forty-third of these is the fact that the
 forty-fourth of these is the fact that the
 forty-fifth of these is the fact that the
 forty-sixth of these is the fact that the
 forty-seventh of these is the fact that the
 forty-eighth of these is the fact that the
 forty-ninth of these is the fact that the
 fiftieth of these is the fact that the
 fifty-first of these is the fact that the
 fifty-second of these is the fact that the
 fifty-third of these is the fact that the
 fifty-fourth of these is the fact that the
 fifty-fifth of these is the fact that the
 fifty-sixth of these is the fact that the
 fifty-seventh of these is the fact that the
 fifty-eighth of these is the fact that the
 fifty-ninth of these is the fact that the
 sixtieth of these is the fact that the
 sixty-first of these is the fact that the
 sixty-second of these is the fact that the
 sixty-third of these is the fact that the
 sixty-fourth of these is the fact that the
 sixty-fifth of these is the fact that the
 sixty-sixth of these is the fact that the
 sixty-seventh of these is the fact that the
 sixty-eighth of these is the fact that the
 sixty-ninth of these is the fact that the
 seventieth of these is the fact that the
 seventy-first of these is the fact that the
 seventy-second of these is the fact that the
 seventy-third of these is the fact that the
 seventy-fourth of these is the fact that the
 seventy-fifth of these is the fact that the
 seventy-sixth of these is the fact that the
 seventy-seventh of these is the fact that the
 seventy-eighth of these is the fact that the
 seventy-ninth of these is the fact that the
 eightieth of these is the fact that the
 eighty-first of these is the fact that the
 eighty-second of these is the fact that the
 eighty-third of these is the fact that the
 eighty-fourth of these is the fact that the
 eighty-fifth of these is the fact that the
 eighty-sixth of these is the fact that the
 eighty-seventh of these is the fact that the
 eighty-eighth of these is the fact that the
 eighty-ninth of these is the fact that the
 ninetieth of these is the fact that the
 ninety-first of these is the fact that the
 ninety-second of these is the fact that the
 ninety-third of these is the fact that the
 ninety-fourth of these is the fact that the
 ninety-fifth of these is the fact that the
 ninety-sixth of these is the fact that the
 ninety-seventh of these is the fact that the
 ninety-eighth of these is the fact that the
 ninety-ninth of these is the fact that the
 hundredth of these is the fact that the

NOTA TÉCNICA Nº 22/2020/SEI/COSAN/GHCOS/DIRE3/ANVISA

Processo nº 25351.911132/2020-61

Ementa: Recomendações e alertas sobre procedimentos de desinfecção em locais públicos realizados durante a pandemia da COVID-19.**1. Introdução**

Trata-se de recomendações sobre procedimentos de desinfecção de locais públicos durante a atual situação de pandemia da COVID-19, considerando as práticas já em uso no país, que não estão padronizadas, e visa responder a questionamentos de Prefeituras e órgãos de Vigilância Sanitária locais, com orientações voltadas à prevenção dos riscos à saúde humana associados a esta prática.

São objetivos desta nota técnica:

1. Esclarecer sobre as medidas mais recomendadas pelos organismos nacionais e internacionais no combate à COVID-19 e o papel da desinfecção de áreas públicas;
2. Recomendar o uso de produtos que sejam auxiliares no combate à COVID-19 e fornecer as orientações específicas sobre seu uso;
3. Apresentar orientações gerais sobre equipamentos de aplicação dos produtos desinfetantes;
4. Apresentar recomendações sobre a proteção da saúde dos trabalhadores e da população em geral, eventualmente expostas durante esses procedimentos.

Estas diretrizes não se destinam à desinfecção voltada às instalações de saúde ou aos locais de grande permanência de idosos, para as quais já existem orientações específicas.

2. Situação e Recomendações

Muitas prefeituras estão utilizando a prática de desinfecção das ruas das cidades como forma de combater o avanço da pandemia da COVID-19. Entretanto, muitas delas não seguem orientações em relação aos produtos, equipamentos de aplicação, pessoal capacitado, dentre outras, o que pode gerar outros riscos à saúde dos trabalhadores e da própria população. Geralmente, as ações não são concentradas em pontos de maior circulação de pessoas, mas feitas indiscriminadamente em toda a cidade.

Ressalta-se que o uso indiscriminado desses produtos pode elevar o risco de resistência dos microrganismos aos produtos utilizados na desinfecção.

As recomendações a seguir pretendem orientar as ações de desinfecção em ambientes externos, de forma a prevenir os riscos inerentes a estas medidas.

Esclarecimentos sobre a forma de transmissão da doença e as formas de prevenção em geral

O conhecimento atual de como o vírus causador da doença por coronavírus de 2019 (COVID-19) se transmite, se baseia amplamente no que se sabe sobre outros coronavírus semelhantes.

* Propagação de pessoa para pessoa:

- Acredita-se que o vírus se espalhe principalmente de pessoa para pessoa.
- Entre as pessoas que mantêm contato íntimo (a cerca de um metro e meio de distância).
- Através de gotículas respiratórias produzidas quando uma pessoa infectada tosse ou espirra. Essas gotículas podem atingir a boca ou o nariz das pessoas próximas ou possivelmente entrar nos pulmões ao respirar.

* Propagação por contato com superfícies ou objetos contaminados:

- Pode ser possível que uma pessoa se contamine ao tocar uma superfície ou objeto que tenha o vírus e depois seja levado pelas mãos a sua boca, nariz ou possivelmente seus olhos, embora não se acredite que essa seja a principal maneira de propagação do vírus.

Em razão disso, uma das estratégias adotadas mundialmente envolve medidas de como evitar o contato direto com pessoas e superfícies, bem como medidas de higiene pessoal como são a lavagem frequente das mãos com água e SABONETE, antisepsia com preparações alcoólicas ou outras substâncias.

As evidências atuais sugerem que o novo coronavírus pode permanecer viável por horas e até dias em determinadas superfícies, dependendo do tipo de material. Portanto, a limpeza de objetos e superfícies, seguida de desinfecção, são medidas recomendadas para a prevenção da COVID-19 e de outras doenças respiratórias virais em ambientes comunitários.

Limpeza - refere-se à remoção de germes, sujeiras e impurezas das superfícies. A limpeza não mata os germes, mas, ao removê-los, diminui o número e o risco de propagação da infecção.

Desinfecção - refere-se ao uso de produtos químicos para matar germes em superfícies. Esse processo não limpa necessariamente superfícies sujas ou remove germes, mas ao matar germes em uma superfície após a limpeza, ele pode reduzir ainda mais o risco de propagação de infecções.

Embora já em prática em muitas cidades do mundo e no Brasil, até o momento, a desinfecção de ambientes externos como as ruas de cidades inteiras, não tem sido recomendada oficialmente pelos organismos de saúde internacionais.

Por essa razão, caso se decida por sua realização, as ações de desinfecção em ambientes externos deverão ser concentradas, preferencialmente, em pontos da cidade com maior circulação de pessoas.

Recomendações sobre os produtos químicos utilizados para desinfecção

Somente devem ser utilizados produtos regularizados na Anvisa ou no Ibama, observado o seu prazo de validade.

Devem ser seguidas as instruções do fabricante para todos os produtos de desinfecção (por exemplo, concentração, método de aplicação e tempo de contato, diluição recomendada, etc.), constantes no rótulo (ou bula) do produto.

Nunca misturar os produtos, utilize somente um produto para o procedimento de desinfecção.

Os produtos desinfetantes aprovados pela Anvisa para o combate de microrganismos semelhantes ao novo coronavírus, foram disponibilizados no sítio eletrônico da Agência.

Link: [http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/saneantes-populacao-deve-usar-produtos-regularizados/219201?](http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/saneantes-populacao-deve-usar-produtos-regularizados/219201?_p_auth=0sh4MCw3&inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fportal.anvisa.gov.br%2Fnoticias%3Fp_auth%3D0sh4MCw3%26p_id%3D101_INSTANCE2%26p_col_count%3D2)

Especificamente para desinfecção de ambientes externos, muito se tem noticiado sobre o uso do álcool 70%, contudo também podemos utilizar outros produtos à base de:

1. Hipoclorito de sódio, na concentração 1%,
2. Quaternários de amônio, como o cloreto de benzalcônio,
3. Desinfetantes de uso geral com ação virucida.

Riscos específicos decorrentes da utilização dos produtos desinfetantes

O **hipoclorito de sódio** na concentração 1% é um produto corrosivo, à semelhança da água sanitária cuja concentração de hipoclorito é maior (2,0% e 2,5%), podendo causar lesões severas dérmicas e oculares. Portanto, devem ser tomadas as precauções necessárias para a proteção dos trabalhadores envolvidos nos procedimentos de desinfecção, bem como para a população em geral, com a emissão de alertas de como devem se proteger durante os procedimentos de desinfecção externa, em especial se afastando do local, enquanto durar o procedimento. A aplicação de hipoclorito de sódio sobre superfícies metálicas pode levar à oxidação, de forma que, podem ser usados outros produtos como aqueles a base de quaternários de amônio e os desinfetantes para uso geral com ação virucida para os lugares nos quais há predominância de metal.

Os compostos de **quaternário de amônio** são amplamente empregados nas indústrias de cosmético, farmacêutica e domissanitária, tanto em produtos domésticos com propriedades desinfetantes e cosméticas, quanto em medicamentos. Há risco de efeitos adversos como irritação e sensibilização dérmica, especialmente nos trabalhadores que se expõem constantemente aos produtos com esses compostos. Mas, tem a vantagem de não corroer os metais.

Para outros produtos é necessário observar as informações constantes do rótulo, bula e/ou Ficha de Segurança (FISPQ).

Equipamentos de aplicação a serem utilizados para desinfecção de ambientes externos

Os equipamentos apropriados para aplicação dos produtos desinfetantes, conforme suas características, constam dos rótulos dos produtos devidamente aprovados pela Anvisa ou Ibama. Tais orientações também podem constar na bula ou Ficha de Segurança (FISPQ).

Devem ser consultadas as recomendações emanadas pelos órgãos de saúde e ambientais da sua localidade para escolha dos equipamentos mais recomendados para aplicação dos produtos desinfetantes. Não utilizar veículos que são usados para outros fins, como por exemplo, os de distribuição de água e outros.

Equipamento de proteção individual (EPI) e higiene das mãos:

A equipe de desinfecção, nestes casos, deve usar luvas, máscaras, aventais, entre outros EPIs, durante todo o procedimento de desinfecção.

Os EPIs devem ser compatíveis com os produtos desinfetantes em uso. EPIs adicionais podem ser necessários com base nos produtos desinfetantes usados devido ao risco de respingos. Os EPIs devem ser removidos com cuidado para evitar a contaminação do usuário e da área circundante. As luvas devem ser removidas após a desinfecção.

A equipe de desinfecção deve relatar imediatamente violações no EPI (por exemplo, rasgo nas luvas) ou qualquer exposição potencial ao supervisor.

A equipe de desinfecção deve limpar as mãos com frequência com água e sabonete ou álcool gel 70%, inclusive imediatamente após remover as luvas.

Considerações adicionais para os empregadores:

Os empregadores devem trabalhar com seus departamentos de saúde locais e estaduais para garantir que os protocolos e diretrizes apropriados, como orientações atualizadas/adicionais para desinfecção, sejam seguidos.

Antes de realizar os procedimentos, os empregadores devem desenvolver políticas para proteção dos trabalhadores e fornecer treinamento a toda a equipe de desinfecção no local antes de realizar os procedimentos. O treinamento deve incluir quais EPIs são necessários, bem como a maneira de vestir, utilizar, retirar e descartar corretamente os mesmos.

Os empregadores devem garantir também que os trabalhadores sejam treinados sobre os riscos dos produtos químicos utilizados.

3. Conclusão

As medidas recomendadas na presente Nota Técnica voltadas ao combate da COVID-19, por meio da desinfecção de áreas públicas nas cidades visa, principalmente, a prevenção dos riscos à saúde humana, especialmente no que se refere aos trabalhadores envolvidos no procedimento e da população em geral provavelmente exposta. Também busca promover as orientações gerais sobre os procedimentos, equipamentos de aplicação e produtos eficazes contra o novo coronavírus.

Estas recomendações poderão ser atualizadas à medida em que informações adicionais estejam disponíveis.

BIBLIOGRAFIA:

1. BRASIL/MS/ANVISA. Covid 19: só use saneantes regularizados. Acesso em: 20/03/20. Disponível em: [http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/saneantes-populacao-deve-usar-produtos-regularizados/219201?](http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/saneantes-populacao-deve-usar-produtos-regularizados/219201?_p_auth=0sh4MCw3&inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fportal.anvisa.gov.br%2Fnoticias%3Fp_auth%3D0sh4MCw3%26p_id%3D101_INSTANCE2%26p_col_count%3D2)
2. ANVISA. NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo corona*virus (SARS-CoV-2). Acesso em: 24/03/20. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+T%C3%A9cnica+n+04-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28>
3. ANVISA. NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 05/2020. Orientações para a prevenção e o controle de infecções pelo novo coronavírus (sars-cov-2) em instituições de longa permanência para idosos (ilpi). Acesso em: 24/03/20. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+T%C3%A9cnica+n+05-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA+-+ORIENTA%C3%87%C3%95ES+PARA+A+PREVEN%C3%87%C3%83O+E+O+CONTROLE+DE+INFEC%C3%87%C3%95ES+PELO+NOVO+CORONAV%C3%84+INST+fe26-49dd-adf9-1cee4e6d3096>



4. CDC. Coronavirus Disease 2019 (COVID-19). Infection Control. Acesso em: 14/03/20. Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-nCoV/infection-control/index.html>
5. ECDC/European Centre for Disease Prevention and control. TECHNICAL REPORT Infection prevention and control for COVID-19 in healthcare settings March 2020. Acesso em: 14/03/20. Disponível em: <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/infection-prevention-and-control-covid-19-healthcare-settings>
6. ECHA. ECHA to support EU-wide action against COVID-19. ECHA/NR/20/10. Acesso em: 14/03/20. Disponível em: <https://echa.europa.eu/-/echa-to-support-eu-wide-action-against-covid-19>
7. EPA. List N: Disinfectants for Use Against SARS-CoV-2. Acesso em: 20/03/20. Disponível em: <https://www.epa.gov/pesticide-registration/list-n-disinfectants-use-against-sars-cov-2>
8. GOV.UK. Coronavirus (COVID-19): what you need to do. Acesso em: 24/03/20. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/covid-19-decontamination-in-non-healthcare-settings/covid-19-decontamination-in-non-healthcare-settings>
9. OSHA. <https://www.osha.gov/Publications/OSHA3990.pdf> Acesso em: 24/03/20. Disponível em: <https://www.osha.gov/Publications/OSHA3990.pdf>
10. Science. Does disinfecting surfaces really prevent the spread of coronavirus?. Acesso em: 24/03/20. Disponível em: <https://www.sciencemag.org/news/2020/03/does-disinfecting-surfaces-really-prevent-spread-coronavirus>
11. WHO. Water, sanitation, hygiene and waste management for the COVID-19 virus. Technical brief, 3 March 2020. Acesso em: 24/03/20. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/getting-workplace-ready-for-covid-19.pdf>
12. WHO. Getting your workplace ready for COVID-19 . 27 February 2020. Acesso em: 14/03/20. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/getting-workplace-ready-for-covid-19.pdf>



Documento assinado eletronicamente por **Mirtha Susana Yamada Tanaka, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária**, em 27/03/2020, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm.



Documento assinado eletronicamente por **Webert Gonçalves de Santana, Coordenador de Saneantes**, em 27/03/2020, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm.

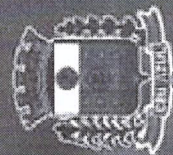


Documento assinado eletronicamente por **Itamar de Falco Junior, Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes**, em 27/03/2020, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0957746** e o código CRC **D9AA4862**.

CÉU AZUL 2 CASOS CONFIRMADOS DE COVID-19



CÉU AZUL
GOVERNO MUNICIPAL
Secretaria Municipal de Saúde

COMISSÃO DE
ENFRENTAMENTO
AO CONONAVÍRUS



100

100

100



BOLETINS SAÚDE



27/04/2020

CÉU AZUL CONFIRMA 3º CASO DE CORONAVÍRUS

 /PrefeituraMunicipalDeCeuAzul

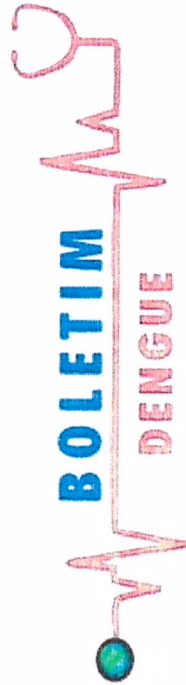


CASOS CONFIRMADOS	02 ^{*(+1)}
CASOS SUSPEITOS/NOTIFICADOS	05
CASOS DESCARTADOS	03
CASOS EM MONITORAMENTO	06
ALTA DO MONITORAMENTO	24

*O resultado do exame do 3º caso positivo foi recebido depois do fechamento deste boletim. Agora são 3.

FONTE:
Divisão Epidemiológica
Data: 27/04/2020 - 16h30

Secretaria de Saúde
Município de Ceu Azul



CASOS CONFIRMADOS	108
PACIENTES EM INVESTIGAÇÃO	31
CASOS DESCARTADOS	134
PACIENTES HOSPITALIZADOS	00
CASOS NOTIFICADOS	273

FONTE:
Divisão Epidemiológica
Coordenação de Endemias
Data: 27/04/2020 - 17h00

Secretaria de Saúde
Município de Ceu Azul

sinônima de Amônia com o Quaternário de Amônia **Céu Azul - Pr, 27 de abril de 2020** (1)

Proposta Comercial

Proposta 033/2020.

Rev.01

A

Secretária de Saúde Silvia Franceschini

Município de Céu Azul - Pr

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA: Desinfecção de ambientes com Quaternário de Amônia.

Temos por objetivo apresentar a nossa proposta comercial para a desinfecção de ambientes com quaternário de amônia dos empreendimentos da área da saúde e afins do município de Céu Azul - Pr.

Permanecemos à disposição de V. Sa. para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

James Morais

Sócio Proprietário

(45) 99901-3235

james@jcsolambientais.com.br



1) Considerações gerais referente ao COVID-19 e a desinfecção com o Quaternário de Amônia

Vírus são organismos acelulares (não apresentam células), basicamente constituídos por proteínas e que podem infectar organismos vivos. Os vírus são considerados parasitas intracelulares obrigatórios, por não possuírem metabolismo próprio, sendo capazes de se reproduzir apenas em células hospedeiras, como células eucariontes (células têm carioteca). Tipicamente, estas partículas carregam uma pequena quantidade de ácido nucléico (seja DNA ou RNA, ou os dois) sempre envolto por uma cápsula proteica denominada capsídeo.

Um novo coronavírus (COVID-19) associado à transmissão humana infecção humana grave foi recentemente relatado na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China (Organização Mundial da Saúde, 2020). Podemos pegar o COVID-19 tocando superfícies contaminadas. Um aspecto que não está claro é exatamente quanto tempo o COVID-19 pode sobreviver fora do corpo humano. Alguns estudos sobre outros coronavírus, incluindo Sars e Mers, descobriram que eles podem sobreviver em metal, vidro e plástico por até nove dias (Holbrook et al., 2020). A capacidade do vírus permanecer por tanto tempo apenas ressalta a importância da higiene das mãos e da limpeza e desinfecção de superfícies.

A pandemia de coronavírus fez com que governo federal, estados e municípios anunciassem diversas medidas para tentar conter a transmissão da doença Covid-19 no Brasil. Além disso, o município de Céu Azul – PR elaborou o Decreto N.º 5.853/2020 de 06 de abril de 2020 que dispõe sobre novas medidas e consolidação de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID 19. O Artigo 4º, inciso X menciona que se deve intensificar a limpeza das superfícies e ambientes, devendo-se higienizar antes do início das atividades e durante o período de funcionamento com intervalo máximo de 03 horas, os pisos e banheiros, com desinfetante com potencial para desinfecção que incluem aqueles à base de cloro, álcool, fenóis e iodóforos e o quaternário de amônia.

O quaternário de amônia comercial é classificado como um desinfetante, agente químico de um grupo muito diversificado de produtos, que reduz o número de micro-organismos e vírus ambientais presentes, removendo-os ou destruindo-os. Sua atividade virucida se baseia no rompimento do envelope, uma bicamada fosfolipídica que é altamente suscetível aos métodos de limpeza e desinfecção.

Como regra geral, os quaternários de amônia não são corrosivos e são estáveis na diluição em uso. São amplamente utilizados como desinfetantes de equipamentos e superfície, são fungicidas, bactericidas e virucidas contra vírus lipofílicos envelopados. O saneamento ambiental comum de superfícies não críticas, como pisos, móveis e paredes, possuem uma boa estabilidade química e toxicológica. Apresentam odor suave diferentemente de sanitizantes oxidantes como ácido peracético e compostos clorados que são extremamente voláteis. Para desinfecção e sanitização

ambiental o quaternário de amônia tem um efeito positivo, pois adere a superfície por mais tempo que outros sanitizantes aumentando sua eficiência na inativação. Essas propriedades o torna adequado para utilização com outros produtos de consumo que combinam com limpeza e desinfecção.

2) Pontos pré-definidos para a aplicação

No dia 13 de abril de 2020 fora realizada uma reunião entre a JC Soluções juntamente da Secretaria de Saúde do município de Céu Azul nas pessoas das Sras. Silvia Franceschini e Caroline Cavallari. A Diretora do Hospital Bom Samaritano, Sra. Rose, também participou da reunião. Nesta, foram apresentados os serviços de desinfecção de pessoas e de ambientes, o Health Control System da empresa DUX que é representada pela JC Soluções Ambientais no estado do Paraná e Santa Catarina. Conforme conversado na reunião, ficou definido que, no primeiro momento, seria mais interessante a desinfecção de ambientes. Foram definidos os seguintes pontos de aplicação:

- 1- UBS da Boa Vista
- 2- UBS do Bairro União
- 3- UBS Central
- 4- Centro de Especialidades
- 5- Secretaria de Saúde
- 6- Clínica de Fisioterapia

Além das unidades de saúde, também fora solicitado a elaboração de orçamentos dos seguintes locais:

- Prefeitura Municipal
- CRAS
- Pátio de Máquinas
- Hospital

3) Metodologia de elaboração do orçamento

Para a elaboração do orçamento, a Secretária da Saúde Silvia Franceschini designou uma pessoa responsável em cada ponto de aplicação para o acompanhamento da equipe técnica da JC Soluções Ambientais e levantamento dos locais onde há um fluxo considerável de pessoas que necessite de desinfecção.

Segue abaixo a relação do responsável pelo acompanhamento em cada local:

- 1- UBS da Boa Vista: Rosângela
- 2- UBS do Bairro União: Marisa
- 3- UBS Central: Maiara
- 4- Centro de Especialidades: Eliane
- 5- Secretaria de Saúde: Caroline C.
- 6- Clínica de Fisioterapia: Edna
- Prefeitura Municipal: Caroline P.
- CRAS: Lise
- Pátio de Máquinas: Vanderléia
- Hospital: Rose

Cada responsável mencionou os locais com fluxo de pessoas e a equipe técnica da JC Soluções Ambientais executou a medição das áreas com o auxílio de uma trena de laser. A especificação dos cômodos e das áreas destes de cada ponto estão descritas no Anexo I. Segue abaixo a área total à ser desinfetada de cada ponto de aplicação de acordo com o solicitado por cada gestora.

- 1- UBS da Boa Vista: 57,19 m²
- 2- UBS do Bairro União: 143,80 m²
- 3- UBS Central: 262,70 m²
- 4- Centro de Especialidades: 550,69 m²
- 5- Secretaria de Saúde: 273,89 m²
- 6- Clínica de Fisioterapia: 214,85 m²

- Prefeitura Municipal: 975,24 m²

- CRAS: 126,90 m²

- Pátio de Máquinas: 70,70 m²

- Hospital: 49,52 m²

4) Ações a serem realizadas pela JC Soluções Ambientais

Para o trabalho de desinfecção de ambientes com quaternário de amônia dos empreendimentos da área da saúde e afins do município de Céu Azul - Pr, a JC Soluções Ambientais fará as seguintes ações:

- Fornecimento de mão-de-obra treinada para a execução do trabalho;
- Fornecimento do produto químico Dull Germ H (desinfetante à base de Quaternário de Amônia com adição de tensoativos biodegradáveis) com os documentos do produto impressos (Ficha Técnica, FISPQ e Registro da ANVISA – Anexo I) para o arquivamento em cada ponto de aplicação;
- Fornecimento do Atomizador da marca Guarany para a desinfecção do ambiente;
- Fornecimento de adesivo para comunicação visual aos servidores e munícipes, e órgãos fiscalizadores referente às desinfecções realizadas pela JC Soluções Ambientais.

5) Obrigações do cliente

- Fornecimento do local higienizado e livre de circulação de pessoas;
- Ponto de energia (monofásica - 110 V).

6) Considerações sobre a aplicação do produto

A aplicação do produto será realizada de tal forma que:

DEMAIS ÁREAS					
Prefeitura Municipal	975,24	7	R\$0,10	R\$0,00	R\$97,52
CRAS	126,9	3	R\$0,25	R\$0,00	R\$31,73
Pátio de Máquinas	70,70	2	R\$0,35	R\$0,00	R\$24,75
Hospital	330,15	5	R\$0,15	R\$0,00	R\$49,52
TOTAL DEMAIS ÁREAS (R\$/dia)					R\$203,52
TOTAL GERAL(R\$/dia)					R\$458,31

* Apenas para a desinfecção da UBS de Boa Vista que haverá o acréscimo do custo de deslocamento.

OBSERVAÇÃO: Caso haja o acréscimo igual ou superior a 5% da área de cada ponto devido à demanda levantada pelo gestor de cada ponto, o valor será acrescentado no Quadro 2 e repassado ao setor de compras da Prefeitura Municipal de Céu Azul – Pr.

Conforme se observa no Quadro 2, o custo total para a desinfecção nas unidades de saúde ficou em R\$ 254,79/dia. Já o custo total para aplicação na Prefeitura Municipal, CRAS, Pátio de Máquinas e no Hospital ficou em R\$ 203,52/dia. O valor total para a aplicação tanto nas unidades de saúde como nestes últimos ficará em R\$ 458,31/dia.

9) Prazo de pagamento dos serviços.

O controle das aplicações será feito por meio do uso do FO 001-05 (Controle de Desinfecção de Ambientes – Anexo III), onde tanto o responsável pela aplicação como o responsável pelo acompanhamento irá assinar o formulário após cada aplicação. Concluído o mês, a equipe da JC Soluções Ambientais fará a coleta do formulário com o visto de todos os responsáveis e fará um relatório mensal o qual será relatado a quantidade de aplicações em cada ponto. Será anexada uma cópia do formulário ao relatório mensal. Neste, estará relatado o custo mensal do serviço de desinfecção.

Será feita uma Nota Fiscal com o valor total dos serviços e enviado por e-mail ou via física entregue em mãos no setor de compras da Prefeitura Municipal de Céu Azul – Pr. O pagamento

deverá ser feito por meio de depósito ou transferência bancária. O prazo de pagamento será sempre para o dia 10 de cada mês.

10) Validade da proposta

A presente proposta tem validade de 15 (quinze) dias.

Atenciosamente,

James Morais

Sócio Proprietário

(45) 99901-3235

james@jcsolambientais.com.br


JAMES MORAIS
SOCIO PROPR.
JC SOL. AMBIENT.
217
04
2020

ANEXO I
(Documentos de Produto Químico a ser utilizado na Desinfecção dos Ambientes)

Este documento é uma cópia do produto químico e deve ser utilizado de acordo com as instruções de uso e os dados de segurança.

Atenção: Este produto é altamente inflamável.

Este produto é altamente inflamável e deve ser armazenado em local seguro.

Atenção: Este produto é altamente inflamável.

Atenção: Este produto é altamente inflamável.

Atenção: Este produto é altamente inflamável.

Atenção: Este produto é altamente inflamável.

Atenção: Este produto é altamente inflamável.

ANEXO I

(Documentos do Produto Químico à ser utilizado na Desinfecção dos Ambientes)

MODO DE USO:

Produto concentrado, deve ser diluído para uso.

Para aplicação através de mecanismos de nebulização com contato direto a pessoas, deve-se utilizar concentrações de 1:150 a 1:200.

Para aplicação manual e desinfecção de superfícies, deve-se utilizar a diluição de 1:100.

Para desinfecção de superfícies fixas: Lavar, enxaguar e secar os artigos. Aplicar uma solução de 5,0% de DUL GERM H em água (V/V).

Para desinfecção de artigos não críticos: Lavar, enxaguar e secar os artigos. Imergir os artigos em uma solução de 5,0% de DUL GERM H em água (V/V). Enxaguar e secar os artigos. Utilizá-los o mais breve possível.

PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS:

Aspecto: Líquido Límpido, Odor: Característico, Cor: Verde, pH (puro): 7,30 - 8,30, Densidade (25°C): 0,990 - 1,010 g/cm³ Princípio ativo catiônico: 8,00 - 9,00%, DL 50 do produto: 6.250 mg/kg, Solubilidade: Solúvel em água.

COMPOSIÇÃO:

Cloreto de Benzalcônio., corante e veículo – Princípio: Cloreto de Benzalcônio 6,0 % p/p.

APRESENTAÇÃO/EMBALAGEM:

- Caixa com 4 bujões de PEAD contendo 5 L cada
 - Bombona de PEAD contendo 20 L
-

PARA DE MAIS INFORMAÇÕES: Consulte a FISPQ [clicando aqui](#), acessando nosso site <https://www.duxcontroledeodores.com.br/desinfeccao-de-virus-e-bacterias> ou entrando em contato através do nosso canal telefônico +55 11 4447-7190.

PRODUTO SANEANTE REGISTRADO NA ANVISA Aut. Func. Nº 3.06351-6 – Embalagem de 5 litros Registro no MS: 3635100110016 – Embalagem de 20 litros Registro no MS: 3635100110024

DUL GERM H

DESCRIÇÃO:

O Dul Germ é um produto com alto poder bactericida, possuindo como seu ativo principal o Cloreto de Benzalcônio (6%) altamente efetivo contra bactérias Gram positivas e Gram negativas, fungos e vírus.

APRESENTAÇÃO:

Nossa solução foi desenvolvida para desinfecção de pessoas, ambientes e superfícies, que dentro das concentrações corretas, não causam mal aos seres humanos.

Nosso ativo é difundido em diversas aplicações como: Fármacos, cosméticos, antimicrobianos, desinfetantes, fungicidas, entre outros, uma aplicação muito comum e que utiliza a mesma concentração de nossa solução final, são os antissépticos nasais que utilizam concentrações de 1:3000 de Cloreto de Benzalcônio.

INDICAÇÃO DE USO

O Dul Germ H realiza desinfecção de superfícies, sendo lisas ou rugosas, através de ação manual, ou através de nebulização (fixa ou móvel) por possuir ação rápida e sem necessidade de atrito mecânico.

CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:

- Produto super concentrado;
- Não necessita ação mecânica;
- Possui ação antimicrobiana mesmo em pequena concentração;
- Biodegradável;
- Eficácia antimicrobiana sobre bactérias, fungos e vírus;
- Não corrosivo;

1- IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DA EMPRESA**Nome do produto:** DUL GERM H**Código interno de identificação do produto:** DUL GERM H**Uso:** HOSPITALAR E DE USO GERAL**Fabricante:** DULLIMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELLI EPP**Distribuidor:** DUX CONTROLE DE ODORES LTDA**Endereço:** Waldomiro Bertassi, 1198 – Rio Acima, Itupeva /SP – CEP 13295-000**Telefone:** +55 11 4447-7190**E-mail:** contato@duxgrupo.com.br**Informação em caso de emergência:****Telefone:** +55 11 4447-7190**Bombeiros:** 193**2 - IDENTIFICAÇÃO DE PERIGOS****Classificação da Substância:** Agente de limpeza**Principais perigos:** Produto não apresenta perigo em seu estado normal de manuseio e armazenamento. O produto não é irritante, todavia, evite contato com os olhos ou pele.**Efeitos adversos à saúde humana:** Produto não oferece riscos em seu estado normal.

Risco a Saúde=0 Inflamabilidade = 0 Reatividade= 0

Frases de Precaução:**Mantenha fora do alcance de crianças e animais domésticos.****Não ingerir.****Evite a inalação ou aspiração, contato com os olhos e contato prolongado com a pele.****Depois de utilizar este produto lave e seque as mãos.****Em caso de contato com os olhos, lavar imediatamente com água em abundância.****Em caso de ingestão, não provoque vômitos e consulte imediatamente o centro de intoxicação (0800-7713-773) ou o médico levando o rótulo do produto.****Não reutilizar a embalagem vazia.****Mantenha o produto na embalagem original.****Não dê nada por via oral a uma pessoa inconsciente.**

3 - COMPOSIÇÃO / INFORMAÇÃO SOBRE INGREDIENTES

Classificação da Substância: Saneante

Composição:

Componentes	Número CASNA	Concentração (%)
Cloreto de Benzalcônio	121-54-0	0,5 – 12,0

4 – MEDIDAS DE PRIMEIROS SOCORROS

Inalação: Remova para ar fresco.

Ingestão: Enxague a boca com muita água. Não induza o vômito. Beba muita água a fim de diluir o produto.

Contato com a pele: Lave à área exposta com água corrente.

Contato com os olhos: Lave com água corrente por no mínimo 15 minutos, caso ocorra irritação, consultar um médico.

5 - MEDIDAS DE COMBATE A INCÊNDIOS

Meios adequados de extinção: Água, Pó Químico e espuma tipo universal.

Riscos especiais: Em caso de incêndio formam-se gases CO₂ e CO.

Equipamentos especiais de proteção para o combate ao incêndio: Roupas protetoras e equipamento de respiração autônomo devem ser utilizados quando no combate a incêndios envolvendo substâncias químicas.

Outras Informações: evitar a infiltração dos resíduos de extinção nas águas superficiais ou subterrâneas.

6- MEDIDAS PARA DERRAMAMENTOS ACIDENTAIS

Medidas de proteção para as pessoas: Não é requerida a utilização de protetores respiratórios, para os olhos ou pés.

Medidas de proteção do meio ambiente: Não deixar escapar para a canalização de águas residuais.

Método de limpeza / absorção: Lave qualquer derrame com bastante água a fim de diluir. Não deixar escapar o concentrado para a canalização de águas residuais. Para absorção utilizar areia, serragem ou qualquer outro material absorvente disponível no local. Após absorção destinar o material para descarte.

7 – MANUSEIO E ARMAZENAGEM

Manuseio: Evitar contato com os olhos e a pele, durante o manuseio.

Armazenagem: Armazenar em embalagem fechada, em local seco, longe de fontes de calor, faíscas, chama aberta e todos os incompatíveis.

Requisitos impostos às salas de armazenamento e aos recipientes: Manter o local de estocagem bem ventilado e dispor adequadamente as embalagens vazias, de acordo com a legislação local.

8 – CONTROLES DE EXPOSIÇÃO / PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Limite exposição ocupacional: Não aplicável.

Indicadores biológicos: Não aplicável.

Equipamentos de proteção individual: não são requeridos porem é indicado manter disponível kit de lavagem de olhos para exposições crônicas ao concentrado.

Higiene Industrial: Depois de terminar o trabalho, lavar as mãos.

9 – PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS

Aparência:	Líquido límpido
Odor:	Característico
pH:	7,0 – 8,0
Temperatura de Fusão (°C):	Não aplicável
Temperatura de ebulição:	Não aplicável
Temperatura de ignição (°C):	Não aplicável
Flashpoint:	Não aplicável
Pressão do vapor:	Não determinada
Taxa de evaporação:	< 1
Densidade:	1,010 – 1,050 g/cm³
<u>Solubilidade:</u>	
Água (20° C)	Completa
Etanol (25° C)	Completa
Decomposição térmica:	Não determinada

10 – ESTABILIDADE E REATIVIDADE

Condições a serem evitadas: Evitar exposição ao calor, faíscas e chama aberta.

Substâncias a serem evitadas: Proximidades de materiais incompatíveis.

Produtos de decomposição perigosa: Não aplicável.

Outras informações: Este produto não apresenta riscos de reatividade que possa ser prejudicial; polimerização perigosa não ocorre.

11 – INFORMAÇÕES TOXICOLÓGICAS**Toxicidade aguda:** LD50 (oral, rato): 12.981 mg/kg**Sintomas específicos em estudos com animais:****Teste de irritação dos olhos (coelho):** Irritante moderado**Teste de irritação da pele (coelho):** Irritante moderado

Consultas - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Página 1 de 3

Consultas / Saneantes - Produtos / Saneantes - Produtos

Detalhe do Produto: DUL GERM H

Nome da Empresa	marcelo junqueira di ninno indústria, comércio e serviço eireli - epp		
CNPJ	19.270.046/0001-59	Autorização	3.06.351-6
Nome Comercial	DUL GERM H		
Classe Terapêutica	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS		
Registro	363510007		
Processo	25351.156358/2016-62		
Vencimento do Registro	08/2021		

Rótulo

Visualizar 1º rótulo (api/consulta/produtos/3/25351156358201662/rotulo/1804075?
Authorization=Guest)

Apresentação	Forma	Nº Apres.	Data de Publicação
ATIVA	Farmacêutica		
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELÃO	LIQUIDO	1	01/08/2016
Validade	24 meses	Registro	3635100070016
Princípio Ativo			
Embalagem	• Primária - GALAO PLASTICO • Secundária - CAIXA DE PAPELÃO		

Local de Fabricação	Fabricantes Nacionais • marcelo junqueira di ninno indústria, comércio e serviço eireli - epp - VINHEDO - BRASIL Fabricantes Internacionais [sem dados cadastrados]
Via de Administração	[sem dados cadastrados]
IFA único	Não
Conservação	INDICADO NO TEXTO DE ROTULAGEM
Restrição de prescrição	[sem dados cadastrados]
Restrição de uso	[sem dados cadastrados]
Destinação	[sem dados cadastrados]
Restrito a hospitais	Não Informado
Tarja	[sem dados cadastrados]
Medicamento referência	Não
Apresentação fracionada	Não

Apresentação	Forma Farmacêutica	Nº Apres.	Data de Publicação
ATIVA			
BOMBONA PLASTICA	LIQUIDO	2	01/08/2016
Validade	24 meses	Registro	3635100070024
Princípio Ativo			
Embalagem	• Primária - BOMBONA PLASTICA		

Local de Fabricação	Fabricantes Nacionais marcelo junqueira di ninno indústria, comércio e serviço eireli - epp - VINHEDO - BRASIL Fabricantes Internacionais [sem dados cadastrados]
Via de Administração	[sem dados cadastrados]
IFA único	Não
Conservação	INDICADO NO TEXTO DE ROTULAGEM
Restrição de prescrição	[sem dados cadastrados]
Restrição de uso	[sem dados cadastrados]
Destinação	[sem dados cadastrados]
Restrito a hospitais	Não Informado
Tarja	[sem dados cadastrados]
Medicamento referência	Não
Apresentação fracionada	Não

[Voltar](#)

URB DOA VISTA			
Área (m²)	Comp. (m)	Compr. (m)	Área (m²)
22,89	3,30	10,30	Recepção
7,30	3,00	3,60	Ampliação
8,64	3,30	3,30	Acabamento
3,68	3,30	3,30	Banheiro M
3,68	3,30	3,30	Banheiro F
27,19			Área Total (m²)

URB BARRIO URBANO			
Área (m²)	Comp. (m)	Compr. (m)	Área (m²)
21,48	4,00	5,37	Recepção
13,00	1,00	13,00	Corredor
8,12	3,30	4,36	Banheiro
3,93	3,30	3,52	Banheiro M
3,93	3,30	3,52	Banheiro F
37,29	3,30	11,13	Sala
8,28	3,30	3,42	Sala Preparo
7,01	3,30	3,42	Sala Curativo
23,81			Cons. Odonto
8,18	3,30	3,30	Cons. Ginec
8,64	3,30	3,30	Cons. Médico
149,80			Área Total (m²)

ANEXO II

(Detalhamento das áreas de cada ponto de aplicação)

UBS BOA VISTA			
Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Recepção	10,30	3,30	33,99
Ambulatório	3,60	2,00	7,20
Acolhimento	3,20	2,70	8,64
Banheiro M	2,30	1,60	3,68
Banheiro F	2,30	1,60	3,68
Área Total (m²)			57,19

UBS BAIRRO UNIÃO			
Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Recepção	5,37	4,00	21,48
Corredor	13,00	1,00	13,00
Banheiro	3,26	2,50	8,15
Banheiro M	2,52	1,56	3,93
Banheiro F	2,52	1,56	3,93
Saguão	11,13	3,35	37,29
Sala Preparo	3,42	2,51	8,58
Sala Curativo	3,42	2,05	7,01
Cons. Odonto	4,98	4,68	23,31
Cons. Ginec.	3,30	2,51	8,28
Cons. Médico	3,40	2,60	8,84
Área Total (m²)			143,80



UBS CENTRAL (m²)			
(m) Ambiente	(m) Comp. (m)	(m) Larg. (m)	Área (m²)
Hall entrada	6,00	4,80	28,80
Recepção	3,00	3,00	9,00
Circulação I	10,00	3,70	37,00
Circulação II	5,10	2,15	10,97
Circulação III	5,00	3,70	18,50
Saguão	12,00	4,70	56,40
Banheiro Func.	3,70	2,64	9,77
Banheiro M	2,84	2,66	7,55
Banheiro F	2,84	2,66	7,55
Preparo	3,70	2,50	9,25
Imunização	3,79	3,40	12,89
Ambulatório I	3,70	2,50	9,25
Ambulatório II	3,70	2,50	9,25
Sala Enfermeira	3,70	2,50	9,25
Cons. Médico I	3,70	2,50	9,25
Cons. Médico II	3,70	2,50	9,25
Cozinha	3,70	2,37	8,77
Área Total (m²)			262,70

CENTRO DE ESPECIALIDADES			
Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Hall	4,63	2,70	12,50
Epidemiologia	5,00	2,97	14,85
Ambulatório	5,00	2,97	14,85
Inalação	5,00	1,97	9,85
Imunização	5,00	2,97	14,85
CEAF	5,00	2,97	14,85
Farmácia	10,00	8,22	82,20
Consultório I	5,00	3,21	16,05
Consultório II	5,00	3,21	16,05
Consultório III	5,00	3,27	16,35
Sala Eco	5,00	3,47	17,35
Corredor	10,20	1,94	19,79
Coleta	5,00	3,25	16,25
Laboratório	7,66	5,21	39,91
Banheiro M	5,19	5,09	26,42
Banheiro F	5,19	5,09	26,42
Corredor WC	3,56	1,45	5,16
Saguão	17,00	11,00	187,00
Área Total (m²)			550,69

SECRETARIA DE SAÚDE			
Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Parte Frontal	7,20	2,00	14,40
Hall de entrada	6,70	5,20	34,84
Corredor geral	28,00	2,00	56,00
Depto. Administ.	5,45	2,60	14,17
Agend. Especialid.	3,55	2,60	9,23
Direção Administ.	3,55	2,60	9,23
Secretária Saúde	3,55	2,60	9,23
Controle de Aval.	3,55	2,60	9,23
Administrativo	3,55	2,60	9,23
Ser. Social	3,55	2,60	9,23
Auditório	4,05	3,55	14,38
Cozinha	5,70	3,55	20,24
Psicologia	4,80	3,55	17,04
Escada acesso lat.	3,00	1,10	3,30
Porta acesso lateral	1,90	1,00	1,90
Vigilância Am. End.	5,90	3,55	20,95
Vigilância Sanitária	6,00	3,55	21,30
Área Total (m²)			273,89

CLÍNICA DE FISIOTERAPIA			
Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Recepção	4,88	3,57	17,42
Área Fisio I	13,00	4,87	63,31
Circulação	6,90	3,47	23,94
Sala I	4,17	2,63	10,97
Sala II	4,17	2,63	10,97
Sala III	3,88	3,45	13,39
Área Fisio II	7,00	6,76	47,32
Escritório	3,88	3,50	13,58
Cozinha	3,90	1,95	7,61
Banheiro I	2,45	1,35	3,31
Banheiro II	2,34	1,30	3,04
Área Total (m²)			214,85

PREFEITURA			
Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Pav. Térreo	26,56	17,01	451,79
Pav. Superior	26,56	19,51	518,19
Porta	2,10	1,70	3,57
Calç. Entrada	1,70	1,00	1,70
Área Total (m²)			975,24

CRAS			
Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Entrada	5,40	3,40	18,36
Psicóloga	3,30	3,30	10,89
Leite Crianças	3,30	3,30	10,89
Bolsa Família	3,30	2,95	9,74
Jurídico	3,30	3,30	10,89
Depósito	2,86	2,00	5,72
Corredor Dep.	4,00	1,00	4,00
Refeitório	3,19	2,90	9,25
Corredor ref.	4,60	0,90	4,14
Banheiro func.	1,60	1,00	1,60
Banheiro M.	3,30	3,00	9,90
Banheiro F.	3,30	3,00	9,90
Corredor Central	12,00	1,15	13,80
Coordenação	3,40	2,30	7,82
Área Total (m²)			126,90

PÁTIO DE MÁQUINAS			
Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Escritório	7,50	4,42	33,15
Refeitório	2,83	2,23	6,31
Banheiro	2,20	1,50	3,30
Guarita	2,67	2,30	6,14
Cozinha	5,00	4,36	21,80
Área Total (m²)			70,70

HOSPITAL			
Ambiente	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)
Hall de entrada	5,00	3,63	18,15
Consultório I	3,86	3,63	14,01
Consultório II	3,86	3,63	14,01
Banheiro M.	3,39	1,38	4,68
Banheiro F.	3,39	1,38	4,68
Corredor Cons.	21,10	1,47	31,02
Hall P. Socorro	6,61	3,48	23,00
Atend. P. Socorro	7,67	3,32	25,46
P. Socorro	3,94	2,00	7,88
Corredor acesso	15,20	2,00	30,40
Corredor enf.	27,67	2,00	55,34
Enf. Masc.	5,64	4,50	25,38
Enf. Fem.	5,64	4,50	25,38
Enf. Obst.	5,64	4,50	25,38
Enf. Pediátrica	5,64	4,50	25,38
Área Total (m²)			330,15

III OXENA

(Formulário de Controle das Aplicações)

ANEXO III			
Área	Conc. (mg/L)	Conc. (mg/L)	Conc. (mg/L)
Área 1	10,0	10,0	10,0
Área 2	10,0	10,0	10,0
Área 3	10,0	10,0	10,0
Área 4	10,0	10,0	10,0
Área 5	10,0	10,0	10,0
Área 6	10,0	10,0	10,0
Área 7	10,0	10,0	10,0
Área 8	10,0	10,0	10,0
Área 9	10,0	10,0	10,0
Área 10	10,0	10,0	10,0
Área 11	10,0	10,0	10,0
Área 12	10,0	10,0	10,0
Área 13	10,0	10,0	10,0
Área 14	10,0	10,0	10,0
Área 15	10,0	10,0	10,0
Área 16	10,0	10,0	10,0
Área 17	10,0	10,0	10,0
Área 18	10,0	10,0	10,0
Área 19	10,0	10,0	10,0
Área 20	10,0	10,0	10,0
Área 21	10,0	10,0	10,0
Área 22	10,0	10,0	10,0
Área 23	10,0	10,0	10,0
Área 24	10,0	10,0	10,0
Área 25	10,0	10,0	10,0
Área 26	10,0	10,0	10,0
Área 27	10,0	10,0	10,0
Área 28	10,0	10,0	10,0
Área 29	10,0	10,0	10,0
Área 30	10,0	10,0	10,0
Área 31	10,0	10,0	10,0
Área 32	10,0	10,0	10,0
Área 33	10,0	10,0	10,0
Área 34	10,0	10,0	10,0
Área 35	10,0	10,0	10,0
Área 36	10,0	10,0	10,0
Área 37	10,0	10,0	10,0
Área 38	10,0	10,0	10,0
Área 39	10,0	10,0	10,0
Área 40	10,0	10,0	10,0
Área 41	10,0	10,0	10,0
Área 42	10,0	10,0	10,0
Área 43	10,0	10,0	10,0
Área 44	10,0	10,0	10,0
Área 45	10,0	10,0	10,0
Área 46	10,0	10,0	10,0
Área 47	10,0	10,0	10,0
Área 48	10,0	10,0	10,0
Área 49	10,0	10,0	10,0
Área 50	10,0	10,0	10,0
Área 51	10,0	10,0	10,0
Área 52	10,0	10,0	10,0
Área 53	10,0	10,0	10,0
Área 54	10,0	10,0	10,0
Área 55	10,0	10,0	10,0
Área 56	10,0	10,0	10,0
Área 57	10,0	10,0	10,0
Área 58	10,0	10,0	10,0
Área 59	10,0	10,0	10,0
Área 60	10,0	10,0	10,0
Área 61	10,0	10,0	10,0
Área 62	10,0	10,0	10,0
Área 63	10,0	10,0	10,0
Área 64	10,0	10,0	10,0
Área 65	10,0	10,0	10,0
Área 66	10,0	10,0	10,0
Área 67	10,0	10,0	10,0
Área 68	10,0	10,0	10,0
Área 69	10,0	10,0	10,0
Área 70	10,0	10,0	10,0
Área 71	10,0	10,0	10,0
Área 72	10,0	10,0	10,0
Área 73	10,0	10,0	10,0
Área 74	10,0	10,0	10,0
Área 75	10,0	10,0	10,0
Área 76	10,0	10,0	10,0
Área 77	10,0	10,0	10,0
Área 78	10,0	10,0	10,0
Área 79	10,0	10,0	10,0
Área 80	10,0	10,0	10,0
Área 81	10,0	10,0	10,0
Área 82	10,0	10,0	10,0
Área 83	10,0	10,0	10,0
Área 84	10,0	10,0	10,0
Área 85	10,0	10,0	10,0
Área 86	10,0	10,0	10,0
Área 87	10,0	10,0	10,0
Área 88	10,0	10,0	10,0
Área 89	10,0	10,0	10,0
Área 90	10,0	10,0	10,0
Área 91	10,0	10,0	10,0
Área 92	10,0	10,0	10,0
Área 93	10,0	10,0	10,0
Área 94	10,0	10,0	10,0
Área 95	10,0	10,0	10,0
Área 96	10,0	10,0	10,0
Área 97	10,0	10,0	10,0
Área 98	10,0	10,0	10,0
Área 99	10,0	10,0	10,0
Área 100	10,0	10,0	10,0

ANEXO III
(Formulário de Controle das Aplicações)

		CONTROLE DE DESINFECÇÃO DE AMBIENTES			NÚMERO			
					FO 001-05			
LOCAL		CIDADE		MÊS/ANO		Emissão	Revisão	Nº
				____/____		08/04/20	-	00

DATA	HORÁRIO	*MÉTODO DE APLICAÇÃO	RESPONSÁVEL APLICAÇÃO	RESPONSÁVEL ACOMPANHAMENTO
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				

* Métodos de aplicação: A: Atomização P: Pulverização F: Fumigação

OBSERVAÇÕES:

VERIFICAÇÃO MENSAL		
RESPONSÁVEL APLICAÇÃO	RESPONSÁVEL EMPRESA CONTRATANTE	RESPONSÁVEL JC SOLUÇÕES AMBIENTAIS



CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DE MICRO-EMPRESA **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

CERTIFICADO Nº. 6/2020

NOME OU RAZÃO SOCIAL:

J C SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

PORTE DA EMPRESA: ME (Micro Empresa)

CNPJ: 32.422.721/0001-86

ENDEREÇO: Rua Arnaldo Busato, 866

CIDADE: Matelândia - PR

FONE: 45-99901-3235

Ramo de Atividade:

Comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicas;

Comércio varejistas de produtos saneantes domissanitários;

Coleta de resíduos não perigosos;

Descontaminação e serviços de gestão de resíduos;

Treinamento de desenvolvimento profissional e gerencial;

Atividade de consultoria em gestão empresarial;

Atividade de consultoria em gestão ambiental;

Tratamento e disposição de resíduos perigosos;

Gestão de redes de esgoto;

Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;

Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos.

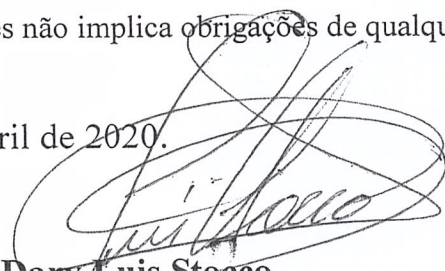
A empresa acima citada está devidamente cadastrada nesta Prefeitura, pelo período de 01 (um) ano a partir da data de emissão deste Certificado.

O presente registro cadastral foi emitido em conformidade com a Lei Complementar Municipal n. 1/2015 e Lei federal 8.666/93.

O presente registro cadastral não dispensa o cadastrado a revalidar as certidões vencidas.

OBS: O registro no Cadastro de Fornecedores não implica obrigações de qualquer natureza por parte do Município.

Céu Azul, 22 de abril de 2020.


Dary Luis Stocco

Pres. Com. Permanente de Cadastro

Dados Cadastrais JC Soluções Ambientais

Razão Social: J C SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 32.422.721/0001-86

Inscrição Estadual: 90801458-85

Endereço: Rua Arnaldo Busato, 866, Vila Pinto, Matelândia-Pr, CEP: 85887-000

E-mail: james@jcsolambientais.com.br

Fone: (45) 99901-3235

Sócios: James Morais

RG: 8.368.613-8 CPF: 060.986.419-00

Rua São Salvador, 955, Parque Verde, Céu Azul – Pr, CEP: 85840-000

Rafael Franco de Camargo

RG: 6.680.265-5 CPF: 028.739.229-58

Rua Arnaldo Busato, 866, Vila Pinto, Matelândia-Pr, CEP: 85887-000

Dados Bancários:

Banco Sicredi

JC SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Agência: 0710 Conta Corrente: 21717-3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

075

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.422.721/0001-86 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/01/2019
NOME EMPRESARIAL J C SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.87-7-02 - Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.22-0-00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos 39.00-5-00 - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos 46.12-5-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos 46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R ARNALDO BUSATO	NÚMERO 866	COMPLEMENTO
CEP 85.887-000	BAIRRO/DISTRITO VILA PINTO	MUNICÍPIO MATELANDIA
ENDEREÇO ELETRÔNICO JAMES_MORAIS@HOTMAIL.COM		UF PR
TELEFONE (45) 8404-0046		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/01/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 11/01/2019 às 17:13:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: J C SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 32.422.721/0001-86

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:09:13 do dia 28/04/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/10/2020.

Código de controle da certidão: **BB38.B7AC.AFD2.59B5**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.422.721/0001-86

Razão Social: J C SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Endereço: RUA ARNALDO BUSATO 866 / VILA PINTO / MATELANDIA / PR / 85887-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/03/2020 a 02/07/2020

Certificação Número: 2020030504135035106065

Informação obtida em 28/04/2020 09:16:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: J C SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 32.422.721/0001-86

Certidão nº: 10013808/2020

Expedição: 28/04/2020, às 09:17:42

Validade: 24/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **J C SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.422.721/0001-86**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA**

Estado do Paraná

DIVISÃO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO

079

**Licença de Verificação de Funcionamento
Regular de Estabelecimentos**

Cadastro Municipal

1098551

De acordo com o despacho exarado pela Secretaria de Fazenda e Orçamento na declaração para fins de inscrição no CADASTRO TÉCNICO ECONÔMICO SOCIAL da Prefeitura Municipal de Matelândia, é concedida a renovação da licença tendo em vista a verificação realizada no Estabelecimento, prevista na Lei nº 1129/98, de 18/12/98, Código Tributário do Município para o estabelecimento infra qualificado, enquanto satisfazer as exigências da Legislação em vigor.

OBS: A presente renovação de licença de verificação de funcionamento regular de estabelecimento, está sendo concedido em caráter precário, podendo a mesma ser tornada sem efeito, se por ventura, no decorrer do exercício a fiscalização da Secretaria de Fazenda e Orçamento, ou da Secretaria de Saúde Pública constatar que o estabelecimento estiver em desacordo com a legislação específica.

RAZÃO SOCIAL**J C SOLUÇÕES AMBIENTAIS****NOME FANTASIA**

ENDEREÇO: RUA ARNALDO BUSATO, 866 CEP.: 85887-000**BAIRRO: VILA PINTO COMPLEMENTO:****CNPJ/CPF: 32.422.721/0001-86**

INSC. ESTADUAL

9080145885

RAMO DE ATIVIDADE PRINCIPAL

INICIO DA ATIVIDADE **11/01/2019**

COMERCIO ATACADISTA DE RESÍDUOS E SUCATAS NÃO-METÁLICOS, EXCETO DE PAPEL E PAPELÃO.

HORÁRIOS

1 - SEGUNDA A SABADO DAS 07:00 ÀS 18:00

OBSERVAÇÕES

PARECER AMBIENTAL Nº 065/2020 FAVORAVEL A PARTIR DE 15/04/2020; CONFORME DECRETO 2.590 DE 15/04/2020 ART 4º LICENÇA SANITÁRIA RENOVADA AUTOMATICAMENTE ATÉ 15/06/2020 APENAS PONTO DE REFERENCIA NÃO NECESSITA C.V.F

Prefeitura Municipal de Matelândia, em 16 de abril de 2020

VALIDADE ATÉ: 15/06/2020**MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL**
Certidão de Regularidade para o Exercício**Elizabete F. dos Santos**
Fiscal**Decreto nº 61/2006**

Matrícula 230491

Elizabete F. dos Santos



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

080

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 021770980-35

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **32.422.721/0001-86**
Nome: **J C SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/08/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



Certidão Negativa de Débitos N° 956

CERTIFICAMOS, conforme requerido por **JAMES MORAIS**, CPF/CNPJ nº 060.986.419-00, para fins **SIMPLES VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários), até a presente data em nome de **J C SOLUÇÕES AMBIENTAIS**, CPF/CNPJ nº 32.422.721/0001-86, situado(a) na cidade de Matelândia - PR.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:

BE4C28788AB0B78A587299664A33BF7C

A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 13/05/2020

Matelândia - PR, segunda-feira, 13 abril



Certidão Negativa de Débitos N° 956

CERTIFICAMOS, conforme requerido por JAMES MORAIS, CPF/CNPJ nº 060.986.419-00, para fins **SIMPLES VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários), até a presente data em nome de J C SOLUÇÕES AMBIENTAIS, CPF/CNPJ nº 32.422.721/0001-86, situado(a) na cidade de Matelândia - PR.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:

BE4C28788AB0B78A587299664A33BF7C

A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 13/05/2020

Matelândia - PR, segunda-feira, 13 abril

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
(SERVIÇO DE DESCONTAMINAÇÃO DE AMBIENTES)

CONTRATADA: J C SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 32.422.721/0001-86, com sede na rua Amaldo Busato, 866, Matelândia/PR, CEP: 85887-000, neste ato representada por seu sócio JAMES MORAIS, brasileiro, casado, sócio proprietário, inscrito no CPF 060.986.419-00 e portador do RG nº 8.368.613-8, doravante denominada JC

CONTRATANTE: **BAZZO GESTAO EMPRESARIAL E CONTABIL**, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 10.660.977/0001-99, sediada na rua Maceió, nº 192, Céu Azul/PR, CEP: 85840-000, neste ato representado por RODIMAR BAZZO, inscrito no CPF 809.861.539-15 e portador do RG nº 4.732.989-2, doravante denominada BAZZO.

Têm justo e acertado o presente Instrumento Particular de Prestação de Serviços (Descontaminação de Ambientes) mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

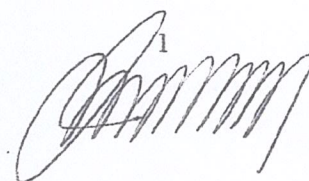
I.1. O objeto do presente instrumento particular é a prestação de serviços de descontaminação de ambientes com quaternário de amônia pela JC à BAZZO.

I.2. Como resultados da prestação de serviços da JC à BAZZO, espera-se:

- Ambiente livre de qualquer contaminação por vírus, em especial o COVID-19, fungos e bactérias por um período de 24 horas;
- Funcionários e clientes satisfeitos e seguros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PERIODICIDADE DA APLICAÇÃO

II.1. A aplicação do Quaternário de Amônia dar-se-á de segunda à sexta-feira em horário agendado entre ambas as partes.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE E PRAZO

III.1. O presente instrumento particular é celebrado pelo prazo determinado de 3 (três) meses, com início das obrigações nele constante na data da assinatura por ambas as partes;

III.2. Não se alcançando os resultados esperados listados na Cláusula Primeira no, a **BAZZO** poderá rescindir o presente contrato sem ônus de qualquer natureza, não tendo direito de pleitear indenização de qualquer natureza da JC.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

IV.1.A **BAZZO** se compromete em efetuar o pagamento de R\$ 20,00 por aplicação do produto. A área a ser aplicada totaliza 35 m², sendo a entrada e recepção de clientes;

IV.2. Nos valores a serem recebidos pela JC os quais estão especificados acima, estão inclusos os custos do produto químico, do deslocamento, administração, impostos, taxas, seguros, encargos trabalhistas/sociais/fiscais, municipais, estaduais e federais;

IV.3. O valor estipulado dos serviços prestados pela JC, objeto deste instrumento, terá como data base de vencimento o dia 10 de cada mês.

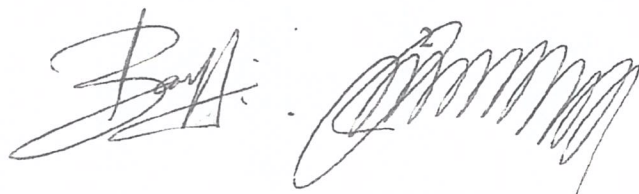
CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

V.1. A **BAZZO** se obriga a pagar a prestação de serviços na data combinada, sob pena de incorrer em mora e multa;

V.2. A **BAZZO** deve liberar o acesso dos funcionários da JC aos locais onde será feita a prestação de serviços;

V.3. A **BAZZO** deverá fornecer do local higienizado e livre de circulação de pessoas;

V.5. A **BAZZO** deverá fornecer ponto de energia (monofásica - 110 V).



CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

VI.1. A JC garante o atendimento dos itens mencionados na Cláusula I.2 desde que todos os equipamentos do sistema primário de tratamento de efluentes estejam em perfeitas condições de uso;

VI.2 A JC se compromete em apresentar a Ficha Técnica, FISPQ e Registro na ANVISA do Produto Químico, além do formulário do Controle Mensal de Desinfecção.

VI.3 A JC se compromete em seguir todas as normas internas da BAZZO enquanto estiver em atividade nas dependências da empresa contratante.

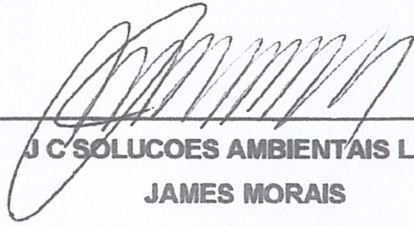
CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

VII.1. O presente instrumento constitui o único e exclusivo documento firmado entre as partes;

VII.2. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Instrumento Particular, as partes elegem o Foro da Comarca de Matelândia/PR;

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas, assinam este instrumento particular em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Matelândia - Pr, 27 de abril de 2020.



J C SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

JAMES MORAIS

CNPJ: 32.422.721/0001-86



BAZZO GESTAO EMPRESARIAL E CONTABIL

RODIMAR BAZZO

CNPJ: 10.660.977/0001-99

TESTEMUNHAS:

Ana Carolina P. M.

NOME Ana Carolina de Alb. Pisanes Moraes

RG/CPF 13.402.112-8

Kelen Cristina Stracke

NOME Kelen Cristina Stracke

RG/CPF 7.077.764-9 PR

[Handwritten signature]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
(SERVIÇO DE DESCONTAMINAÇÃO DE AMBIENTES)

CONTRATADA: J C SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 32.422.721/0001-86, com sede na rua Arnaldo Busato, 866, Matelândia/PR, CEP: 85887-000, neste ato representada por seu sócio JAMES MORAIS, brasileiro, casado, sócio proprietário, inscrito no CPF 060.986.419-00 e portador do RG nº 8.368.613-8, doravante denominada JC

CONTRATANTE: STEFANOSKI & STEFANOSKI LTDA, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 85.845.027/0001-74, sediada na rua Curitiba, nº 1510, Céu Azul/PR, CEP: 85840-000, neste ato representada por KARINA LUCIA STEFANOSKI, inscrita no CPF 077.450.869-81 e portadora do RG nº 8.542.327-4, doravante denominada STEFANOSKI.

Têm justo e acertado o presente Instrumento Particular de Prestação de Serviços (Descontaminação de Ambientes) mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

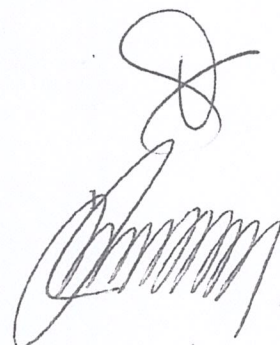
I.1. O objeto do presente instrumento particular é a prestação de serviços de descontaminação de ambientes com quaternário de amônia pela JC à STEFANOSKI.

I.2. Como resultados da prestação de serviços da JC à STEFANOSKI, espera-se:

- Ambiente livre de qualquer contaminação por vírus, em especial o COVID-19, fungos e bactérias por um período de 24 horas;
- Funcionários e clientes satisfeitos e seguros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PERIODICIDADE DA APLICAÇÃO

II.1. A aplicação do Quaternário de Amônia dar-se-á de segunda à sexta-feira em horário agendado entre ambas as partes.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE E PRAZO

III.1. O presente instrumento particular é celebrado pelo prazo determinado de 3 (três) meses, com início das obrigações nele constante na data da assinatura por ambas as partes;

III.2. Não se alcançando os resultados esperados listados na Cláusula Primeira no, a **STEFANOSKI** poderá rescindir o presente contrato sem ônus de qualquer natureza, não tendo direito de pleitear indenização de qualquer natureza da JC.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

IV.1.A **STEFANOSKI** se compromete em efetuar o pagamento de R\$ 20,00 por aplicação do produto. A área a ser aplicada totaliza 38 m², sendo a entrada, recepção de clientes e área de circulação dos atendentes;

IV.2. Nos valores a serem recebidos pela JC os quais estão especificados acima, estão inclusos os custos do produto químico, do deslocamento, administração, impostos, taxas, seguros, encargos trabalhistas/sociais/fiscais, municipais, estaduais e federais;

IV.3. O valor estipulado dos serviços prestados pela JC, objeto deste instrumento, terá como data base de vencimento o dia 10 de cada mês.

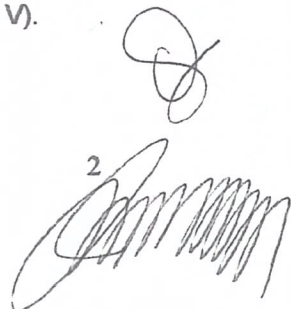
CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

V.1. A **STEFANOSKI** se obriga a pagar a prestação de serviços na data combinada, sob pena de incorrer em mora e multa;

V.2. A **STEFANOSKI** deve liberar o acesso dos funcionários da JC aos locais onde será feita a prestação de serviços;

V.3. A **STEFANOSKI** deverá fornecer do local higienizado e livre de circulação de pessoas;

V.5. A **STEFANOSKI** deverá fornecer ponto de energia (monofásica - 110 V).



CLÁUSULA SEXTA -DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

VI.1. A JC garante o atendimento dos itens mencionados na Cláusula I.2 desde que todos os equipamentos do sistema primário de tratamento de efluentes estejam em perfeitas condições de uso;

VI.2 A JC se compromete em apresentar a Ficha Técnica, FISPQ e Registro na ANVISA do Produto Químico, além do formulário do Controle Mensal de Desinfecção.

VI.3 A JC se compromete em seguir todas as normas internas da STEFANOSKI enquanto estiver em atividade nas dependências da empresa contratante.

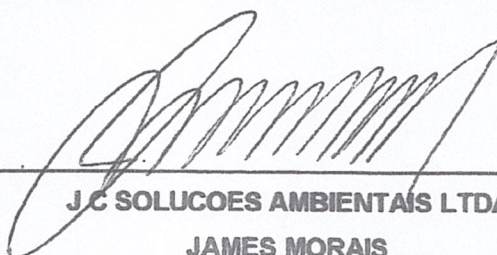
CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

VII.1. O presente instrumento constitui o único e exclusivo documento firmado entre as partes;

VII.2. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Instrumento Particular, as partes elegem o Foro da Comarca de Matelândia/PR;

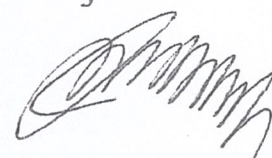
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas, assinam este instrumento particular em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Matelândia - Pr, 27 de abril de 2020.



J.C. SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
JAMES MORAIS

CNPJ: 32.422.721/0001-86

280

Karina Lucia Stefanoski

STEFANOSKI & STEFANOSKI LTDA

KARINA LUCIA STEFANOSKI

CNPJ: 10.660.977/0001-99

TESTEMUNHAS:

Ana Carolina R.M.

NOME

RG/CPF 13.402.112-8

Ri - 12

NOME

RG/CPF 42760235049

8
4
Stefanoski

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**

Pág. 1 / 7

Estado do Paraná

CNPJ: 76.208.867/0001-07

Endereço: RUA PARANA - CASCAVEL - 5000

CEP: 85810011

Telefone:

Cidade: Cascavel

Requisição ao Compras

Req. Nº: 1767/2020

Emitida em: 31/03/2020

Processo Digital: 24120/2020

Dados da Licitação

Modalidade/Nro:

Registro de Preços? -

Dispensa/Inexigibilidade? - Sim

Todos os Itens Exclusivos para ME/MEI/EPP? -

Centro de Custo: 26.003.002 - COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

Responsável: LEONALDO PARANHOS DA SILVA

Objetivo/Aplicação dos Produtos:

Dispensa de licitação para aquisição Desinfetante à base de amônia quaternária, Equipamentos de Nebulização e Equipamentos de Proteção e Segurança, para a desinfecção de espaços públicos no Município de Cascavel devido ao COVID-19, conforme Decreto 15.263/2020.

Recursos Utilizados

Código Reduzido:	1370
Funcional Programática	26361823920983.339.030.280.000.000.000
Órgão:	26 - Governo Municipal
Unidade:	3 - Defesa Civil
Ação:	2098 - Desenvolver ações voltadas as atividades da Defesa Civil
Vínculo:	31 - Defesa Civil (Lei nº 6570 - 30% - Taxa Proteção a Desastres)
Subelemento:	3.339.030.280.000.000.000 - Material de proteção e segurança
Recurso:	Federal - Não Estadual - Não

Item	Qtde.	Unid.	Código - Descrição do Material/Serviço	Preço Unit.	Preço Total
1	8	UND	497112 - VESTIMENTA TIPO CONJUNTO CAPA DE CHUVA COM FAIXA REFLETIVA. OBJETIVO: PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E DAS PERNAS DO USUÁRIO CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÃO COM ÁGUA. DESCRIÇÃO: JAQUETA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM NAILON (POLIAMIDA REVESTIDA COM PVC), FECHAMENTO COM COSTURAS SELADAS POR MEIO DO PROCESSO TERMO ELETRÔNICAS, CAPUZ FIXO AJUSTADO POR CORDÃO, PUNHOS AJUSTADOS POR VELCRO, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER E PELA AFIXADA COM VELCRO, FAIXAS REFLETIVAS NA CIRCUNFERÊNCIA DAS MANGAS E TÓRAX. CALÇA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM NAILON (POLIAMIDA REVESTIDA COM PVC), FECHAMENTO COM COSTURAS SELADOS ATRAVÉS DO PROCESSO TERMO ELETRÔNICO, ELÁSTICO NA CINTURA, BARRA COM ACABAMENTO RETO, FAIXAS REFLETIVAS NA CIRCUNFERÊNCIA DAS PERNAS. TAMANHOS: LIVRE ESCOLHA (P, M, G E GG) MARCA PRÉ APROVADA: SEM INDICAÇÕES. UNIDADE DE MEDIDA: PRODUTO ADQUIRIDO EM UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO A DATA DE FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVE TER NO MÁXIMO (06) MESES. OBSERVAÇÃO: NO MOMENTO DA ENTREGA DO E.P.I. O (CA) DEVERÁ TER VIGÊNCIA POR MAIS 15 (QUINZE) MESES. IDENTIFICAÇÃO O EPI DEVE SER IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO DA PEÇA E O NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) DO MTE. NORMAS: NORMA REGULAMENTADORA - NR 06. DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE.	280,00	R\$2.240,00

RECEBIDO EM
02/04/20 AS 16:14
Secretaria de Planejamento e Gestão
Divisão de Licitação e Contratos
Amanda

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**

Pág. 2 / 7

088

Estado do Paraná

CNPJ: 76.208.867/0001-07

Endereço: RUA PARANA - CASCAVEL - 5000

CEP: 85810011

Telefone:

Cidade: Cascavel

Requisição ao Compras

Req. Nº: 1767/2020

Emitida em: 31/03/2020

Processo Digital: 24120/2020

Item	Qtde.	Unid.	Código - Descrição do Material/Serviço	Preço Unit.	Preço Total
2	12	UND	497099 - ÓCULOS DE SEGURANÇA AMPLA VISÃO. OBJETIVO PROTEÇÃO DOS OLHOS CONTRA PARTÍCULAS VOLANTES LEVES MULTIDIRECIONAIS, RESPINGOS DE PRODUTOS QUÍMICOS E CONTRA POEIRAS TOTAIS. DESCRIÇÃO: ARMAÇÃO COM BORDA LARGA EM PVC ANATÔMICO, INCOLOR EM PEÇA ÚNICA, COM VÁLVULAS LATERAIS PARA VENTILAÇÃO. VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR COM TRATAMENTO ANTE EMBAÇANTE E ELÁSTICO EM NEOPRENE CONTENDO REGULAGENS. TAMANHO: ÚNICO. CONFORME PARECER DA DIVISÃO DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO. MARCA PRÉ APROVADA: 3M. UNIDADE DE MEDIDA: PRODUTO ADQUIRIDO EM UNIDADE. VALIDADE DO PRODUTO A DATA DE FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVE TER NO MÁXIMO (06) MESES. OBSERVAÇÃO: NO MOMENTO DA ENTREGA DO E.P.I. O (CA) DEVERÁ TER VIGÊNCIA POR MAIS 15 (QUINZE) MESES. IDENTIFICAÇÃO O EPI DEVE SER IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO DA PEÇA E O NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) DO MTE. NORMAS: NORMA REGULAMENTADORA - NR 06. DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE.	28,92	R\$347,04
3	12	PAR	497055 - CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTINA SEM BIQUEIRA COM SOLADO POLIURETANO. OBJETIVO: PROTEÇÃO DOS PÉS E TORNOZELOS CONTRA ESCORIAÇÕES PROVOCADAS POR AGENTES EXTERNOS. NÃO UTILIZAR EM TEMPERATURAS ELEVADAS COMO PAVIMENTAÇÃO. COM ELÁSTICO LATERAL ENCOBERTO; CABEDAL: CONFECCIONADO EM COURO VAQUETA, HIDROFUGADA COM ESPESSURA DE 1,6 A 2,0 MM. RESISTENTE A CORTES, ESCORIAÇÕES, AGENTES QUÍMICOS E DESGASTE EM CONDIÇÕES NORMAIS DE USO, FORRO DE GASPEA EM COURO RASPA CAMURÇA NATURAL; PALMILHA: EM COURO NATURAL, REMOVÍVEL ESPESSURA MÍNIMA DE 2,5 MM, COSTURADA ATRAVÉS DO SISTEMA STROBEL E PALMILHA DE LIMPEZA ANTIBACTERICIDA; ALMA EM FIBRA PLÁSTICA; SOLADO EM POLIURETANO INJETADO DIRETAMENTE AO CABEDAL, CONTRAFORTE TERMOPLÁSTICO, FORMATO ANATÔMICO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,6 MM; COSTURAS EM LINHA DE NYLON FIO 30, SENDO 4 COSTURAS PARA UNIAO DA GASPEA COM AS PARTES LATERAIS; TALONEIRA REFORÇADAS; COR: PRETA; GARANTIA: DE 6 (SEIS) MESES, DADA PELO FABRICANTE. TAMANHO: LIVRE ESCOLHA DE NUMERAÇÃO 33 AO 46. CONFORME PARECER DA DIVISÃO DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO. MARCAS PRÉ APROVADAS: KADESH; BOMPEL. UNIDADE DE MEDIDA: PRODUTO ADQUIRIDO EM PARES. VALIDADE DO PRODUTO A DATA DE FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVE TER NO MÁXIMO (06) MESES. OBSERVAÇÃO: NO MOMENTO DA ENTREGA DO E.P.I. O (CA) DEVERÁ TER VIGÊNCIA POR MAIS 15 (QUINZE) MESES. IDENTIFICAÇÃO O EPI DEVE SER IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO DA PEÇA E O NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) DO MTE. NORMAS: NORMA REGULAMENTADORA - NR 06. DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE.	39,99	R\$479,88

**MUNICÍPIO DE CASCAVEL**

Pág. 4 / 7

Estado do Paraná

CNPJ: 76.208.867/0001-07

Endereço: RUA PARANA - CASCAVEL - 5000

CEP: 85810011

Telefone:

Cidade: Cascavel

Requisição ao Compras

Req. Nº: 1767/2020

Emitida em: 31/03/2020

Processo Digital: 24120/2020

Item	Qtde.	Unid.	Código - Descrição do Material/Serviço	Preço Unit.	Preço Total
5	30	CX	497088 - LUVA DE SEGURANÇA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICOS NITRILICA. OBJETIVO PROTEÇÃO DAS MÃOS DOS USUÁRIOS QUE TENHAM ALERGIA AO LÁTEX E CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS. DESCRIÇÃO: LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICOS, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRILICA, AMBIDESTRA, NÃO ESTERILIZADA, SEM PÓ. TAMANHOS: LIVRE ESCOLHA (PP - P - M - G - GG) CONFORME PARECER DA DIVISÃO DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO. MARCA PRÉ APROVADA: DESCARPACK. UNIDADE DE MEDIDA: PRODUTO ADQUIRIDO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES POR CAIXAS. VALIDADE DO PRODUTO A DATA DE FABRICAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVE TER NO MÁXIMO (06) MESES. OBSERVAÇÃO: NO MOMENTO DA ENTREGA DO E.P.I. O (CA) DEVERÁ TER VIGÊNCIA POR MAIS 15 (QUINZE) MESES. IDENTIFICAÇÃO O EPI DEVE SER IDENTIFICADO COM O NOME DO FABRICANTE, TAMANHO DA PEÇA E O NÚMERO DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) DO MTE. NORMAS: NORMA REGULAMENTADORA - NR 06. DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE.	31,50	R\$945,00
6	30	UND	505224 - LUVAS ANTIMICROBIANAS DE SEGURANÇA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO NITRILICA OBJETIVO PROTEÇÃO DAS MÃOS DOS USUÁRIOS QUE TENHAM ALERGIA AO LÁTEX E CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS ANTIMICROBIANAS. NITRILICO - 100 UNIDADES - PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO LUVAS ANTIMICROBIANAS NÃO LIXIVANTES - ELIMINAM ATÉ 99,999% DAS BACTÉRIAS SELECIONADAS. DERMATOLOGICAMENTE TESTADAS, COMBATEM COM EFICIÊNCIA AS INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE (IRAS). TAMANHO: LIVRE ESCOLHA (P, M, G, GG). UNIDADE DE MEDIDA: PRODUTO ADQUIRIDO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES	52,00	R\$1.560,00

Código Reduzido:	1370
Funcional Programática:	26361823920983.339.030.220.000.000.000
Órgão:	26 - Governo Municipal
Unidade:	3 - Defesa Civil
Ação:	2098 - Desenvolver ações voltadas as atividades da Defesa Civil
Vínculo:	31 - Defesa Civil (Lei nº 6570 - 30% - Taxa Proteção a Desastres)
Subelemento:	3.339.030.220.000.000.000 - Material de limpeza e produtos de higienização
Recurso:	Federal - Não Estadual - Não

Item	Qtde.	Unid.	Código - Descrição do Material/Serviço	Preço Unit.	Preço Total
8	300	L	505218 - DESINFETANTE À BASE DE AMÔNIA QUATERNÁRIA, INDICADO PARA DESINFECÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE PAREDES E PISOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS, ABATEDOUROS, INDÚSTRIA LEITEIRA, PEDILÚVIOS, RODOLÚVIOS E VEÍCULOS DE TRANSPORTES. INDICADO PARA DESINFECÇÃO DOS LOCAIS DEDICADOS À MANIPULAÇÃO, PRODUÇÃO E ELABORAÇÃO DE ALIMENTOS. ALTAMENTE EFETIVO NO COMBATE DE BACTÉRIAS, FUNGOS E VÍRUS. COMPOSIÇÃO: QUATERNÁRIO DE AMÔNIA, CLORETO DE DIDECL DIMETIL E CLORETO DE BABASSUAMIDOPROPOLCÔNIO 60%, CONFORME USO INDICADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE - SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE EM SEU INFORME TÉCNICO - MERS-COV(NOVO CORONAVÍRUS), APRESENTAÇÃO 1 LITRO	80,00	R\$24.000,00

Código Reduzido:	1383
------------------	------

091
 6
 JH

	MUNICÍPIO DE CASCAVEL		Pág. 5 / 7
	Estado do Paraná		
	CNPJ:	76.208.867/0001-07	
	Endereço:	RUA PARANA - CASCAVEL - 5000	CEP: 85810011
	Telefone:		Cidade: Cascavel
Requisição ao Compras			
Req. Nº: 1767/2020		Emitida em: 31/03/2020	Processo Digital: 24120/2020

Funcional Programática:	26361823923253.449.052.999.900.000.000
Órgão:	26 - Governo Municipal
Unidade:	3 - Defesa Civil
Ação:	2325 - Adquirir Equipamentos para o Desenvolvimento das Atividades da Defesa Civil.
Vínculo:	31 - Defesa Civil (Lei nº 6570 - 30% - Taxa Proteção a Desastres)
Subelemento:	3.449.052.999.900.000.000 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
Recurso:	Federal - Não Estadual - Não

Item	Qtde.	Unid.	Código - Descrição do Material/Serviço	Preço Unit.	Preço Total
7	4	UND	505219 - ATOMIZADOR / NEBULIZADOR COSTAL MOTORIZADO - 11 LITROS (UBV) - SAÚDE PÚBLICA CAPACIDADE DO TANQUE QUÍMICO MÍNIMO: 11 LITROS, CONFECCIONADO EM POLIETILENO TRANSLUCIDO DE ALTA DENSIDADE, MÉDIA 3MM, ADITIVADO CONTRA EFEITOS DOS RAIOS SOLARES. FIXADO AO CHASSI POR MEIO DE AMORTECEDOR, TANQUE DE COMBUSTÍVEL CAPACIDADE: 2 LITROS, CONFECCIONADO EM POLIETILENO TRANSLUCIDO DE ALTA DENSIDADE, MÉDIA 3MM, ADITIVADO CONTRA EFEITOS DOS RAIOS SOLARES/UV, TAMPAS ROSQUEÁVEL, COM GUARNIÇÃO, VÁLVULA DE RESPIRO E FILTROS, FIXADO AO CHASSIS DO MOTOR P/ FACILITAR A MANUTENÇÃO. MOTOR: 2 TEMPOS GASOLINA, CILINDRADA MÍNIMA: 64,7 CC, POTÊNCIA MÁXIMA: 4,6 HP (3,4 KW) VAZÃO MÁXIMA APLICAÇÃO ESPACIAL: 250 ML/MIN (0,07 GAL/MIN) APLICAÇÃO RESIDUAL: 600 ML/MIN (0,16 GAL/MIN) ALCANCE HORIZONTAL: 18 M ALCANCE VERTICAL: 12 M PESO VAZIO PESO MÍNIMO: 11,5 KG VAZÃO MÁXIMA GRANULADOS LARVICIDA COM DENSIDADE 540 G/L: 2430 G/MIN (5,4 LBS/MIN) LARVICIDA COM DENSIDADE 1560 G/L: 7160 G/MIN (15,8 LBS/MIN) ALCANCE HORIZONTAL COM GRANULADOS: 11 M (39,4 FT) OPERA EM ULTRA BAIXO VOLUME (UBV) OBS. FACE DE CONTATO COM AS COSTAS DO OPERADOR POSSUIR ALMOFADA DE ENCOSTO, CINTO DE SUSTENTAÇÃO (IMPERMEÁVEIS), FIVELAS REGULÁVEIS PARA MELHOR CONFORTO DO OPERADOR. MANUAL TÉCNICO: ACOMPANHAR CADA EQUIPAMENTO, MANUAL DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, PEÇAS E AÇÕES CORRETIVAS, NO IDIOMA PORTUGUÊS. FRASCO DOSADOR DE MISTURA: ACOMPANHAR CADA EQUIPAMENTO, 1 FRASCO PARA MISTURA COMBUSTÍVEL. CERTIFICADO DE GARANTIA: 1 ANO (CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO)	3.890,00	R\$15.560,00

Valor Total: R\$47.530,84

(quarenta e sete mil, quinhentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos)

Valor Total Requisição: 47.530,84

Local de Entrega:	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil	Telefone: (45) - 4539021725
Rua:	MARTIN AFONSO DE SOUZA	Nro: 590
Bairro:	PACAEMBÚ	CEP: 85.816-560
Prazo de Entrega:	1 Dias	
Condição de Pagamento:	15 dias após apresentação da Nota Fiscal	
Prazo de Vigência do Contrato:	1 meses	

Emissor: TABTA KELINE SOUZA DA CUNHA Telefone: (45) - 4539021725

	MUNICÍPIO DE CASCAVEL		Pág. 6 / 7
	Estado do Paraná		
	CNPJ:	76.208.867/0001-07	
	Endereço:	RUA PARANA - CASCAVEL - 5000	CEP: 85810011
Telefone:		Cidade: Cascavel	
Requisição ao Compras			
Req. Nº: 1767/2020		Emitida em: 31/03/2020	Processo Digital: 24120/2020

Resp. Setor. Solicitante

Data: ____/____/____

Secretário(a) Solicitante

Data: ____/____/____

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****CONTRATO Nº 19/2020 – M.C.A****REF.: Dispensa por Justificativa nº 8/2020 – M.C.A.****REF.: Processo Administrativo nº 117**

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CÊU AZUL** e a empresa **J C SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, nos termos da Lei nº 13.979/2020 e Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e na forma abaixo:

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CÊU AZUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Av. Nilo Umberto Deitos nº 1426, inscrito no CNPJ/MF nº 76.206.473/0001-01, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **GERMANO BONAMIGO**, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.449.599-1 SSP-PR e do CPF/MF sob nº 211.566.389-68, e

CONTRATADA(O): J C SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, situada na Rua Arnaldo Busato, 866, na cidade de Matelândia – PR, inscrito no CNPJ sob o nº 32.422.721/0001-86, neste ato devidamente representado pelo Sr. **JAMES MORAIS**, inscrito no CPF sob o nº 060.986.419-00, residente e domiciliado na cidade de Cêú Azul–PR, tem justo e contratado o que se regerá pelas normas do direito público, pela Lei nº. 8.666/93 e pelas regras dispostas nas cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **Contratação de empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas unidades de saúde dos bairros e central, clínica de fisioterapia, sede administrativa da saúde e paço municipal, conforme Nota Técnica 22/2020/SEI/COSAN/GHCAS/DIRE3/ANVISA como medidas de proteção e segurança necessárias aos riscos de contaminação pelo Coronavírus - Covid 19. Em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.815/2020 que declara situação de emergência. Conforme Ofício 116/2020 – Saúde, Ofício 15/2020/ADM e termo de referência em anexo;.** A(O) CONTRATADA(O) se declara em condições de executar os serviços em estrita observância com o indicado nas especificações (Projeto Básico), proposta apresentada e na documentação levada a efeito pelo Dispensa por Justificativa nº 8/2020 – M.C.A.

Dos Serviços e Valor da Contratação:

Item	Qtdade de aplic.	Unid.	Descrição dos serviços / local	RS Unit. aplicação	RS Total
01	32	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Bairro Boa Vista, com 57,19m², com periodicidade de: duas vezes por semana	25,02	800,64
02	64	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Bairro União, com 143,80m², com periodicidade de: quatro vezes por semana	35,95	2.300,80
03	80	Aplicação	Serviço de desinfecção da UBS Central, com 262,70m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	44,66	3.572,80
04	80	Aplicação	Serviço de desinfecção do Centro de Especialidades, com 550,69m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de	66,08	5.286,40



			atendimento.		
05	32	Aplicação	Serviço de desinfecção da Clínica de Fisioterapia, com 214,85m², com periodicidade de: duas vezes por semana	36,52	1.168,64
06	80	Aplicação	Serviço de desinfecção da Sede Administrativa da Sec. Da Saúde, com 273,89m², com periodicidade de: diariamente em dia útil de atendimento.	46,56	3.724,80
07	32	Aplicação	Serviço de desinfecção do paço Municipal, com 795,24m², com periodicidade de: duas vezes por semana	97,52	3.120,64
Total Geral					19.974,72

1.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- Fornecimento de mão-de-obra treinada para a execução do trabalho;
- Fornecimento do produto químico Dull Germ H(desinfetante à base de Quaternário de Amônia com adição de tensoativos biodegradáveis) com os documentos do produto impressos(Ficha Técnica, FISPQ e Registro da ANVISA–Anexo I)para o arquivamento em cada ponto de aplicação;-Fornecimento do Atomizador da marca Guarany para a desinfecção do ambiente;
- Fornecimento de adesivo para comunicação visual aos servidores e munícipes, e órgãos fiscalizadores referente às desinfecções realizadas pela JC Soluções Ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor global para a execução dos serviços objeto do Contrato é de **R\$ 19.974,72**, (dezenove mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos), daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”, conforme itens e valores constante na tabela da Cláusula Primeira

Os pagamentos serão formalizado em até quinze dias após apresentação da Nota Fiscal, devidamente preenchida em nome do Município de Céu Azul e aceite dos serviços pela Secretaria solicitante. Acompanhado do relatório de execução dos serviços.

Os pagamentos serão formalizados exclusivamente através de depósito bancário em conta bancária da empresa contratada.

Irregularidades na execução dos serviços será motivo de suspensão dos pagamentos até a regularização dos serviços, sem que caiba qualquer direito ou reclamação, por parte da contratada, pelo suspensão do pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

O regime será de execução do objeto do presente contrato é a Serviços.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução do objeto do presente contrato será pelo período de 4 (quatro) meses, com início imediato.

O prazo de vigência do presente contrato será de **28 de abril de 2020 a 24 de outubro de 2020**.



O contrato poderá ser prorrogado mediante termos aditivos, desde que haja interesse e conveniência por parte da CONTRATANTE e/ou mediante justificativa aceita pela mesma, observadas as condições previstas na Lei nº 13.979/2020.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

As despesas, objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte Orçamentaria nº:

339039999900	4773	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	DEPARTAMENTO DE SAÚDE
--------------	------	--	-----------------------

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

É assegurado a CONTRATANTE, através de seus órgãos técnicos, o direito de fiscalizar os serviços prestados. Sendo assim indicado a Sr(a). Silvia Franceschini como gestora do Contrato e a Sra Nilda Maria dos Santos, como fiscal do Contrato.

A fiscalização tomará por referência as especificações e obrigações constantes no Projeto Básico, anexo a solicitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

A(o) CONTRATADA(O) fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado na Lei nº 13.979/2020.

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato, somente será reputada válida por acordo de ambas as partes contraentes, tomada expressamente por Termo Aditivo que ao presente aderirá, passando a fazer parte dele integrante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

DA(o) CONTRATADA(o):

São obrigações da(o) CONTRATADA(O):

- (a) assegurar a execução do objeto deste contrato, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- (b) não ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE;
- (c) é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- (d) a(o) CONTRATADA(o) fica responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente Contrato;
- (e) Manter a regularidade fiscal, exigida na habilitação da licitação, durante a vigência do contrato.
- (f) Executar os serviços conforme Projeto Básico, anexo ao processo.

**DA CONTRATANTE:**

A CONTRATANTE se obriga a:

- a) proporcionar a(ao) CONTRATADA(o), todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93;
- b) providenciar os pagamentos a(ao) CONTRATADA(o), conforme pactuado no presente instrumento.
- c) propiciar as condições de execução dos serviços conforme constante no Projeto Básico.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas na Lei 8.666/93, inclusive:

- a) Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, à:
 - i) Advertência;
 - ii) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;
 - iii) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
 - iv) Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:
 - I) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - II) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - III) Comportar-se de modo inidôneo;
 - IV) Fizer declaração falsa;
 - V) Cometer fraude fiscal;

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, o fornecedor ficará isento das penalidades.

As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do contrato poderá ser:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados na Cláusula Décima Primeira;
- II - Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação.
- III - Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CASOS DE RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão do contrato:



- I - O não cumprimento de cláusulas contratuais especificações e prazos;
- II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III - O atraso injustificado no início dos serviços;
- IV - A paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
- V - A subcontratação total ou parcial do seu objeto ou a associação da contratada com outrem, sem comunicação a contratante.
- VI - O desatendimento das determinações regulares de autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- VII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do Art. 67 parágrafo 1º e 2º da Lei 8.666/93 com suas alterações;
- VIII - A decretação de falência, pedido de concordata ou instalação de insolvência civil;
- IX - A dissolução da sociedade;
- X - Razões de interesse do público, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa municipal;
- XI - Demais situações previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante contratada, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



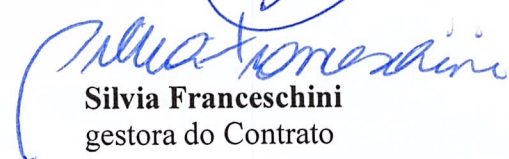
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES E FORO

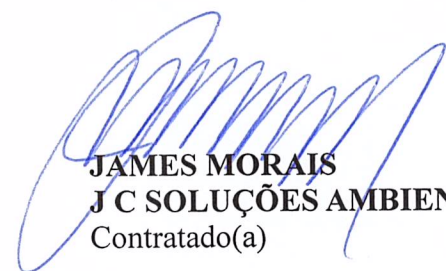
Fica eleito o Foro da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, para dirimir as dúvidas e os casos omissos.

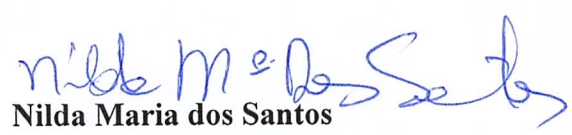
E por assim estarem justos e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para o mesmo efeito.

Céu Azul, 28 de abril de 2020


GERMANO BONAMIGO
Prefeito Municipal
Contratante


Silvia Franceschini
gestora do Contrato


JAMES MORAIS
J C SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
Contratado(a)


Nilda Maria dos Santos
fiscal do Contrato.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL

[1www.ceuazul.pr.gov.br](http://www.ceuazul.pr.gov.br)

QUARTA-FEIRA, 29/04/2020

ANO: X Nº: 2426 EDIÇÃO DE HOJE: 17 PÁGINA(S)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LICITAÇÕES

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 6/2019

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

CONTRATO Nº. 6/2019 – Aditivo nº. 2

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

CONTRATADO(A): ALIANÇA S B ENGENHARIA LTDA EPP

OBJETO: Execução de Obra de construção de Parque Ecológico de Céu Azul, compreendendo, calçadas, lago ornamental do bosque, pavimentação e drenagem, alambrado e mureta de proteção, auditório ecológico, barragem do lago, monge e extravasor, pista de caminhada e iluminação, playground e academia, referente plano de aplicação do convênio 4500049083 – Itaipu, conforme projetos e demais condições do edital

ALTERAÇÃO: Promover o aumento de metáfora da obra no valor de R\$ 197.600,38 (cento e noventa e sete mil, seiscentos reais e trinta e oito centavos), conforme planilha anexa, equivalente a 8,45% do valor inicial da obra.

VIGÊNCIA: 16/02/2021

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ALTERAÇÃO: 24/04/2020

VALOR DO ADITIVO: R\$ 197.600,38 (cento e noventa e sete mil, seiscentos reais e trinta e oito centavos)

ASSINATURAS: Germano Bonamigo e Sandro Borges

339039999900	4773	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR
--------------	------	--

ASSINATURAS: GERMANO BONAMIGO e JAMES MORA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2020

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

CONTRATO Nº. 19/2020 de 28/04/2020 – Ref.

Dispensa por Justificativa nº. 8/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

CONTRATADO(A): J C SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas unidades de saúde dos bairros e central, clínica de fisioterapia, sede administrativa da saúde e paço municipal, conforme Nota Técnica 22/2020/SEI/COSAN/GHCAS/DIRE3/ANVISA como medidas de proteção e segurança necessárias aos riscos de contaminação pelo Coronavírus - Covid 19. Em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.815/2020 que declara situação de emergência. Conforme Ofício 116/2020 – Saúde, Ofício 15/2020/ADM e termo de referência em anexo;

VALOR: R\$ 19.974,72 (dezenove mil novecentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos)

PRAZO VIGÊNCIA: 24/10/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Juraci Gallon.
A Prefeitura Municipal de Céu Azul da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.ceuazul.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)

077-1700710



Município de Céu Azul

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Finanças
C.N.P.J. 76.206.473/0001-01
AV. NILO U. DEITOS, 1426
FONE (45) 3226-1122 - CX. POSTAL 91

Página: 1/ 2
102

NOTA DE EMPENHO

Nº EMPENHO/TIPO		RECURSO			
002448/20 Ordinário		Especial			
ORGÃO		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
12 Fundo de Saúde do Município de Cé 20 Departamento de Saúde		PRINCIPAL			
103010008.1.053.3390.39.99.99 DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA		SECUNDÁRIA			
CREDOR		000			
6685 J C SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA		CNPJ/CPF: 32.422.721/0001-86			
Rua Arnaldo Busato 866 Vila Pinto		FONE 45-99901-3235 CIDADE Matelândia PR			
ENDEREÇO		PR			
LICITAÇÃO		NÚMERO / ANO			
Dispensa por Justificativa		8 / 2020			
CONTRATO / ANO		EMIÇÃO			
19/2020		30.04.20			
VENCIMENTO		30.04.20			
VALOR ORÇADO		SALDO ANTERIOR			
219.625,29		91.044,64			
VALOR DO EMPENHO		SALDO ATUAL			
19.974,72		71.069,92			
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	32	SER	Serviço de desinfecção da UBS		
2	64	SER	Bairro Boa Vista, com 57,19m²	25,0200	800,64
3	80	SER	Serviço de desinfecção da UBS	35,9500	2.300,8
4	80	SER	Bairro União, com 143,80m²,	44,6600	3.572,8
5	80	SER	Central, com 262,70m²,	66,0800	5.286,4
6	32	SER	Serviço de desinfecção do Centro	36,5200	1.168,64
7	80	SER	de Especialidades, com 550,69m²	46,5600	3.724,8
	32	SER	Serviço de desinfecção da Clínica	97,5200	3.120,64
		SER	de Fisioterapia, com 214,85m²,		
		SER	Serviço de desinfecção da Sede		
		SER	Administrativa da Sec. Da Saúde,		
		SER	com 273,89m²,		
		SER	Serviço de desinfecção do paço		
		SER	Municipal, com 795,24m²,		
		SER	SERVICOS DE DESINFECCAO DE		
		SER	AMBIENTES COM QUATENARIO DE AMONIA		
		SER	NAS UNIDADES BASICAS SAUDE DOS		
		SER	BAIRROS BOA		
		SER	VISTA, UNIAO, CENTRAL, CENTRO		
		SER	ESPECIALIDADES, CLINICA		
		SER	FISIOTERAPIA, SEDE ADMINISTRATIVA		
		SER	SECRETARIA SAUDE, PACO		
		SER	MUNICIPAL.CFE NOTA TECNICA		
		SER	22/2020/SEI/COSAN/GHCAS/DIR3/ANVIS		
		SER	A, COMO MEDIDA DE PROTECAO E		
		SER	SEGURANCA NECESSARIAS AOS RISCOS		
		SER	DE CONTAMINACAO PELO		
		SER	CORONAVIRUS-COVID 19.CFE DECRETO		
		SER	MUNICIPAL 5815/2020 QUE DECLARA		
				TOTAL GERAL	
Proj/Atividade				Fonte recurso	
A DESPESA FOI EMPENHADA NA DOTAÇÃO CORRESPONDENTE				AUTORIZO/PAGUE-SE	
LANÇADOR				CONTADOR	
SECRETARIO DE FINANÇAS				ORDENADOR	
Dados Bancários				Anulação ()	
CHEQUE	BANCO	CONTA	O.B		
TESOURARIA					
DECLARO(AMOS PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA ORDEM DE PAGAMENTO					
CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELO QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGAVEL QUITAÇÃO					
Céu Azul, / /					
ASSINATURA					



Município de Céu Azul

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Finanças
C.N.P.J. 76.206.473/0001-01
AV. NILO U. DEITOS, 1426
FONE (45) 3226-1122 - CX. POSTAL 91

Página: 2 / 2

103

NOTA DE EMPENHO

Nº EMPENHO/TIPO	RECURSO
002448/20 Ordinário	Especial

ORGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PRINCIPAL
12 Fundo de Saúde do Município de Céu	20 Departamento de Saúde	4688
DOTAÇÃO	103010008.1.053.3390.39.99.99	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSO
		SECUNDÁRIA 4773

CREDOR	6685 J C SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	000
ENDEREÇO	Rua Arnaldo Busato 866 Vila Pinto	CNPJ/CPF: 32.422.721/0001-86
	FONE 45-99901-3235	CIDADE Matelândia PR

LICITAÇÃO	NÚMERO / ANO	CONTRATO / ANO	EMIÇÃO	VENCIMENTO
Dispensa por Justific	8 / 2020	19/2020	30.04.20	30.04.20

VALOR ORÇADO	SALDO ANTERIOR	VALOR DO EMPENHO	SALDO ATUAL
219.625,29	91.044,64	19.974,72	71.069,92

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			SITUACAO DE EMERGENCIA.CFE PEDIDO EMPENHO 1806/2020.		
				TOTAL GERAL	19.974,72

Proj/Atividade	Fonte recurso
053 - Recursos de Emendas Parlamentar par	00495 Atenção Básica

A DESPESA POTEMPENHADA NA DOTAÇÃO CORRESPONDENTE

AUTORIZO/PAGUE-SE

LANÇADOR

CONTADOR

SECRETARIO DE FINANÇAS

ORDENADOR

Dados Bancários

Anulação ()

CHEQUE

BANCO

CONTA

O.B

TESOURARIA

DECLARO(AMOS PARA OS DEVIDOS FINS, QUE RECEBI(EMOS) A IMPORTÂNCIA DESTA ORDEM DE PAGAMENTO CORRESPONDENTE AO ACIMA DESCRITO, E PELO QUAL DOU(AMOS) PLENA E IRREVOGAVEL QUITAÇÃO

Céu Azul, / /

ASSINATURA

**PEDIDO DE EMPENHO** (x) Ordinário () Global () Estimativa

DATA EMISSÃO: 30/04/2020

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 8 ANO 2020 - PROCESSO: 117/2020

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 28/04/2020

CONTRATO Nº. 19 Ano 2020

I - EMPRESA AUTORIZADA

FORNECEDOR: J C SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	CNPJ: 32.422.721/0001-86
--	--------------------------

II – DESPESA

FONTE	DESPESA	NOME A CATEGORIA ECONÔMICA	NOME DA UNIDADE
495	4773	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	Departamento de Saúde

III - AUTORIZAÇÃO

Pela presente autorizamos a empresa acima discriminada, a fornecer os materiais/serviços abaixo especificados, para uso deste órgão público, nas condições preestabelecidas, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

IV – OBJETO

Contratação de empresa especializada para desinfecção de ambientes com quaternário de amônia nas unidades de saúde dos bairros e central, clínica de fisioterapia, sede administrativa da saúde e paço municipal, conforme Nota Técnica 22/2020/SEI/COSAN/GHCAS/DIRE3/ANVISA como medidas de proteção e segurança necessárias aos riscos de contaminação pelo Coronavírus - Covid 19. Em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.815/2020 que declara situação de emergência. Conforme Ofício 116/2020 – Saúde, Ofício 15/2020/ADM e termo de referência em anexo;

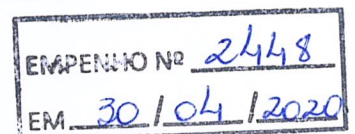
Item	Quant.	Und	Discriminação	R\$ Unitário	Total do item
1	32	SER	Serviço de desinfecção da UBS Bairro Boa Vista, com 57,19m²	25,0200	800,64
2	64	SER	Serviço de desinfecção da UBS Bairro União, com 143,80m²,	35,9500	2.300,80
3	80	SER	Serviço de desinfecção da UBS Central, com 262,70m²,	44,6600	3.572,80
4	80	SER	Serviço de desinfecção do Centro de Especialidades, com 550,69m²	66,0800	5.286,40
5	32	SER	Serviço de desinfecção da Clínica de Fisioterapia, com 214,85m²,	36,5200	1.168,64
6	80	SER	Serviço de desinfecção da Sede Administrativa da Sec. Da Saúde, com 273,89m²,	46,5600	3.724,80
7	32	SER	Serviço de desinfecção do paço Municipal, com 795,24m²,	97,5200	3.120,64
					19.974,72

PEDIDO DE EMPENHO: 1806

EMPENHO:

Da Fundamentação Legal para Dispensa:

- Artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020.
- Inciso IV do Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- Artigo 12 do Decreto Municipal nº 5.815/2020



Date		Description		Amount	
1915	Jan 1	Balance		100.00	
1915	Jan 15	Received from A. B. C.		50.00	
1915	Feb 1	Received from D. E. F.		25.00	
1915	Mar 1	Received from G. H. I.		75.00	
1915	Apr 1	Received from J. K. L.		100.00	
1915	May 1	Received from M. N. O.		150.00	
1915	Jun 1	Received from P. Q. R.		200.00	
1915	Jul 1	Received from S. T. U.		250.00	
1915	Aug 1	Received from V. W. X.		300.00	
1915	Sep 1	Received from Y. Z. A.		350.00	
1915	Oct 1	Received from B. C. D.		400.00	
1915	Nov 1	Received from E. F. G.		450.00	
1915	Dec 1	Received from H. I. J.		500.00	
1915	Dec 31	Total		2000.00	

1915-1916
 1915-1916